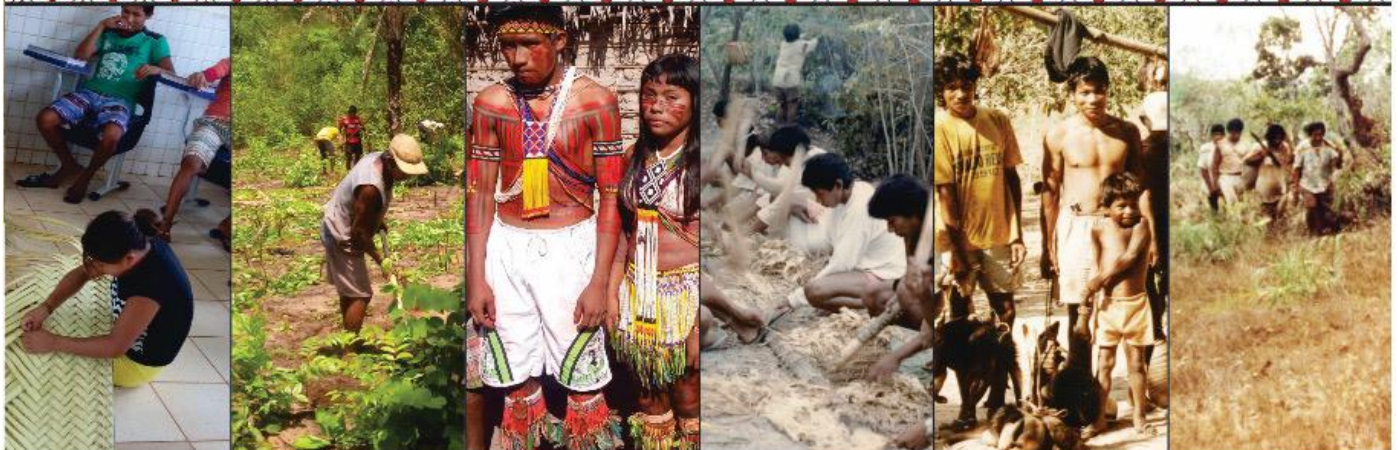




UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE

CASSIANO SOTERO APINAGÉ

ESCOLA, MEIO AMBIENTE E CONHECIMENTOS: FORMAS DE ENSINAR
E APRENDER NA TEORIA E NA PRÁTICA ENTRE OS APINAJÉ



PALMAS-TO
2017



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE – PGCIAMB**

Cassiano Sotero Apinagé

**ESCOLA, MEIO AMBIENTE E CONHECIMENTOS: FORMAS DE ENSINAR E APRENDER
NA TEORIA E NA PRÁTICA ENTRE OS APINAJÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins-UFT, para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Odair Giraldin

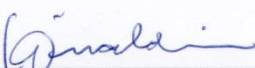
**PALMAS/TO
2017**

Cassiano Sotero Apinagé

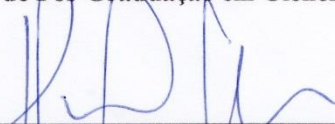
**ESCOLA, MEIO AMBIENTE E CONHECIMENTOS: FORMAS DE ENSINAR E APRENDER NA
TEORIA E NA PRÁTICA ENTRE OS APINAJÉ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau Mestre no curso de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Tocantins.

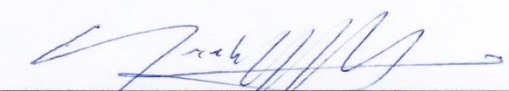
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Odair Giralдин (Orientador)
Universidade Federal do Tocantins - UFT
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente



Examinador: Prof. Dr. Heber Rogério Gracio
Universidade Federal do Tocantins - UFT
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente



Examinadora: Prof.ª. Dr.ª. Marcela Stockler Coelho de Souza
Universidade de Brasília – UNB
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

Examinador: Prof. Dr. André Luís Campanha Demarchi (membro suplente)
Universidade Federal do Tocantins-UFT
Programa de Pós-Graduação Comunicação e Sociedade (PPGCM/UFT)

Data da defesa: 11 de dezembro de 2017.

Palmas - TO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A642e Apinagé, Cassiano Sotero

Escola, meio ambiente e conhecimentos: formas de ensinar e aprender na teoria e na prática entre os Apinajé. Cassiano Sotero Apinagé. Palmas, TO: UFT, 2017. 184 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Palmas – Curso de Pós – Graduação (Mestrado) em Ciências do Ambiente, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Odair Giralдин

Fotos da capa: Cassiano Sotero Apinagé e Odair Giralдин.

Arte: Adailson Rodrigues Soares

1. Apinajé. 2. Meio ambiente. 3. Educação. 4. Território. I. Título

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (**Lei nº 9.610/98**) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedicatória

A Ana Rosa Saawô, Gislene Pãxyk, Marden Kakrô,
Karla Xômkuka, Terezinha Amnhàk e José Sotero
Wanhmê (in memorian).

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho de dissertação é o resultado de um esforço individual, junto ao meu povo na terra indígena Apinajé no município de Tocantinópolis- TO, durante o meu percurso de estudo teórico e a pesquisa de campo. Porém ele é também o resultado de um coletivo de apoio ao longo desse percurso. Não poderia deixar de lembrar o meu eterno agradecimentos a todos aqueles que me ajudaram a construir este trabalho que é o fruto do meu incansável esforço de estudo e de batalha durante todo o tempo em que estive vinculado com a Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas, e que com a graça de Deus que me concedeu força e coragem para chegar até esse momento.

Meus sinceros abraços e agradecimentos especiais são para a minha esposa Ana Rosa (Saawô), pelo apoio e companheirismo de 24 anos de união. Mulher trabalhadora de casa e como colega professora na Escola Mãtÿk e muito cuidadosa, que nunca se queixou das minhas ausências, pelos tempos que me dediquei ao estudo para a elaboração deste trabalho;

Aos meus filhos Gislene (Pãxtÿk), Marden (Kakrô) e minha filha adotiva Karla (Xômkkuka), que por vezes me deixaram saudade imensa quando morei em Palmas para fazer o curso;

A minha querida mãe, D. Terezinha (Amnhàk), que com sua riquíssima experiência forneceu conhecimentos e que foi uma das pessoas sábias (anciãos) que contribuiu para a elaboração deste trabalho;

Ao meu querido pai José Sotero Wanhmẽ (in memorian) que me deixou quando ainda estudava Ensino Médio. Eu jamais esqueci dele o quanto ele faz falta para o momento como esse;

Ao meu orientador prof. Odair Giraldin, considerado como **ixtõ** (irmão classificatório), esse incansável pesquisador compromissado com os Apinajé que me ajudou muito na orientação dessa dissertação. Foi ele quem me guiou para a porta de entrada do mestrado e nunca se queixou das vezes que precisei para ocupar o tempo de está comigo na aldeia, em Porto Nacional e via telefone para tirar dúvidas sobre a dissertação. Pelo acolhimento em sua casa, por dias que fiquei, e ele prestando todo apoio necessário no andamento do trabalho. Admiro muito a sua competência e capacidade de estar me

orientando. É um experiente conhecedor de cultura indígena Timbira, pois aprendi muito com ele. O meu muito obrigado;

A Lígia Soares, esposa do meu orientador e também pesquisadora dos povos Timbira, que muito colaborou com suas informações para este trabalho, me ajudando por alguns momentos que precisei. Suas duas filhas, Irepti e Imaru, que nunca que se incomodaram com a minha permanência na casa dos seus pais;

Ao meu amigo Adailson Soares, um excelente profissional em computador que elaborou a arte da capa da minha dissertação, tendo todo o trabalho minucioso de criação dessa arte;

Aos anciãos Francisco Kagro, Miguel Wanhmê, Cláudio Amnhimy, Pedão Kunĩtyk, Abílio Kagàpxi (in memorian), Santana Katàm Koxêt, Cândido Mõnhgô, Albino Kaprà̀m, Damasio Krākamrêk, Querino Katàm Kaàk e João Nhĩnô.

Às anciãs Terezinha Amnhàk, Maria de Jesus Cirax, Beatriz Pãxmy, Rosalina Sikra, Maria José Sipamnu, Elena de Jesus Nhààti, Josina Kamêr Kamrô, Joanita Nhiikukênh e Adelina Amnhi Mykô. Suas contribuições foram importantes para este trabalho;

À direção e a coordenação da escola Mãtyk que me permitiram a minha saída nesse percurso e aos alunos em especial as turmas de 1ª e 2ª série do Ensino Médio que contribuíram com suas valiosas experiências cotidianas. Eles foram de suma importância na participação deles na elaboração dos mapas do território Apinajé e os questionários com perguntas respondidas por eles, que serviu como material para subsidiar na elaboração deste trabalho;

A todos os jovens e comunidade da Aldeia São José que me apoiaram e a confiança em mim depositada;

Aos professores da minha banca examinadora, prof. Dr. Heber R. Gracio, profª Drª Marcela Stockler Coelho de Souza, por terem aceitados de fazer parte da banca e ao prof. Dr. André Demarchi (membro suplente);

À coordenação e secretaria do PGCIAMB que prestaram todo o auxílio de informação e fornecimento de documentos acadêmicos e também aos professores do curso colegas alunos que tiveram todo tempo junto a batalha de estudo durante todo mestrado.

Finalmente, agradeço a CAPES pelos dois anos de bolsa que muito contribuiu para minha permanência no curso e ao sucesso final dessa empreitada.

A todos, meu muitíssimo obrigado.

RESUMO

Nesta dissertação discuto a forma de relação dos Apinajé com a sua terra indígena para uma possível compreensão mais aprofundada de como é a percepção indígena na relação de contato com o espaço do ambiente. O trabalho envolveu os velhos anciãos das diferentes aldeias (homens e mulheres), os jovens da comunidade da aldeia de São José e da escola Mãtyk. Nesta pesquisa terminei descobrindo que os velhos têm a relação mais ampla tanto com seu território (pela memória que tem dos espaços ocupados tradicionalmente), quanto com a terra indígena atual, por conta de utilizarem mais o espaço do ambiente, enquanto que os jovens têm o conhecimento restrito sobre o seu território, porque utiliza pouco o espaço da terra indígena e conhecem pouco da história de seu território. Neste caso, não tem tempo suficiente para circular no território para as atividades práticas culturais, ficando a maior parte do tempo envolvido com outras atividades do kupê (não-indígenas), em especial o futebol, que interferiram muito na vida cotidiana, sendo a própria escola como uma forma de ocupar esses jovens todo o dia na vida na aldeia. Outra reflexão que faço é a escola atual como responsável pela formação dos seus discentes no conhecimento não-indígena, como também uma referência para os jovens no sentido de estimular para o conhecimento tradicional. O que se percebe, na maioria das vezes, é que a escola se ausenta na formação de conhecimento indígena na prática, realizando ao contrário daquele objetivo de que a escola deve transformar esses conhecimentos em práticas pedagógicas em sala de aula.

Palavras-chaves: Apinajé, Território, Conhecimentos, Educação.

HAKOT

Ý mẽ àpênhja kamã na pa Apinajejê kot ri õ pyka hkôt tamnhmã àhpumunh to ho mẽ tamnhmã kãm kute ho hkôt ixte ixprĩ hã ja mar mex mẽ hkôt omunh mẽ hã ixukapi mex prãm ho kaxyw. Nẽ mẽ àpênhja kaxyw na pre mẽ hpigêjtjaja ahpÿnhã krĩ hkôt kaxyw mẽ kãm anẽ (mẽ myjaja mẽ mẽ nijaja) mẽ haxwÿj krĩ maati pê Sãw Joje mẽ skore pê Mãtyk kamã na pre mẽ àptàr nywjaja (mẽ hprõ hkêt jaja mẽ mẽ ni nywjaja) na prem haxwÿj mẽ kaêx hã. Nẽ mẽ àpêxja kamã na pa pre mẽ hpigêt kot arĩ àhpumunh tũm o arĩ õ pã kapi ho pa ja kôt pa ja mã ixkato (mẽ õ pyka mẽ pá kumrêx kôt já ho amnhĩ krã mex kãm jamnênh mẽ o pa ho o pa) no nhũm mẽ àhptàr nywjaja te ho kot mẽ pigêjtjê pyrãr kêt ja kamã mẽ hkĩnhã õ pyka mẽ õ pã hã àhpumunh kriire. Ri pu õ pyka hkôt hapôx kêt ãm skore kamã õ kagã pix tã nopxar tÿx ja o kupẽ xã hpumunh o amnĩptàr pix o pa mẽ na pêx krãja ra mẽ kamã kato nhũm mẽ ra já ho amnhĩtãr tÿx mẽ nhũm skore kamã kagãja kôt ja ho haxwÿj mẽ kêp apkati mẽ krĩ kamã mẽ kêp amÿtã. Pa mããnên skoreja kot mẽ kãm kagã jahkre ja kamã pa ijamaxpêr o kãm ixgryk mẽ nhÿx kêt skoreja te kêp panhĩ xã hpumunh xã maati pyrãk. No na te ja amra kati na te mẽ àhpumunh tũm kaxyw nhũm skoreja mẽ kêp arĩ no nhÿx te ri já kaxyw mẽ hkaaxu mẽ mẽ kukjê tãm nhÿx te ri já ho amnhĩmtã mẽ mẽ kãm kagã jahkre.

Kagã maatiijaja: Apinaje, Pyka, Àhpumunh, Ahkre mex.

ABSTRACT

In this master thesis, I argue about Apinajé's relationship with their indigenous land toward a deepest native perception of that contact relationships to the environmental. The research that result in this paper enwrap that old men and women of many different villages and also the youngers of São José village and of Mãtyk elementary school. With this search, I found that que oldies (men and women) has broader relationship with their traditional territory (through their engaged memories to the space) or with their current indigenous land, because they use the environmental, in spite of the youngers that have restrict territory's knowledge by the fact the minor use of that space and because they have no knew about territory's history. In this case, they have no time to surround by the territory, to the cultural activities, and stay busy with no traditional goings-on (like football), with its impact, plus the time busy with the diaries school's activities. Another reflection is about the school accountability to the youngers qualification with no indigenous knowledge, and too with the task of stimulate them to traditional knowledge. What we can see, sometimes, is the no school accountability with the practice indigenous knowledge. What we have seen, instead, is the school target the opposite way and no working to convert that practice knowledge into pedagogic practice inside classes.

Key-words: Apinajé, territory, knowledge, education.

LISTA DE SIGLAS

- AARE – Associação de Apoio a Rotina Escolar.
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CESTE – Consórcio Estreito Energia
- CIAMB – Ciências do Ambiente.
- CTI – Centro de Trabalho Indigenista.
- DRE Diretoria Regional da Educação.
- FUNAI – Fundação Nacional Índio.
- IBAMA – Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis.
- MEC – Ministério da Educação e Cultura.
- MNTB - Missão Novas Tribos do Brasil.
- MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.
- PBA – Programa Básico Ambiental.
- PGCIAMB – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente.
- PREFOGO – Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.
- RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.
- SEDUC – Secretaria da Educação e Cultura.
- SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena.
- SIASI – Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena.
- SIL – Summer Institute of Linguistics.
- SPI – Serviço de Proteção ao Índio.
- UFT – Universidade Federal do Tocantins.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1	Terezinha Amnhàk -----	29
Figura 2	Francisco Kagro -----	47
Figura 3	Miguel Wanhmê -----	52
Figura 4	Resultado da caçada -----	64
Figura 5	Resultado da caçada -----	64
Figura 6	Jovens cobrindo casa -----	67
Figura 7	Tora Pàrkapê no pátio -----	78
Figura 8	Canto de Grer -----	79
Figura 9	Pescaria com Tinguí -----	88
Figura 10	Jovens na capinação de roça -----	94
Figura 11	Alunos em atividade com artesanato com profa. Ana Rosa -	117
Figura 12	Escola Indígena Mâtyk – aldeia São José -----	129
Figura 13	Alunos respondendo questionário da pesquisa -----	138
Tabela 1	Aldeias Apinajé e população -----	126

SUMÁRIO

Introdução -----	16
Capítulo 1 – Histórias de origem -----	19
1. História de Myyti e Mytwrÿÿre -----	19
1.1 – Reflexões -----	24
2. História de Kanhêti -----	26
2.1 – Reflexões -----	31
3. História de Wanhmẽ Kaprãre -----	33
3.1 – Reflexões -----	35
4. História de Kupẽ Nhêp -----	38
4.1 – Reflexões -----	41
5. Explicação da origem dos Apinajé na versão não-indígena -----	42
6. As diferentes narrativas dos lugares diferentes no território -----	44
6.1 Aldeia de Colodino e Cinzeiro -----	45
6.2 Aldeia Alegria -----	47
6.3 Espaços territoriais: formação de aldeias na trajetória histórica ---	49
7. Análise da descrição -----	54
Capítulo 2 – Meio ambiente e o conhecimento tradicional. Uma maneira tradicional de explorar o meio ambiente. -----	59
1. Exploração dos elementos no meio ambiente em diferentes espaços ----	67
2. De aldeias para as aldeias: um espaço de circulação no universo Apinajé	69
3. Modo prático: o conhecimento tradicional dos Apinajé -----	75
4. Práticas de conhecimento e de aprendizagens -----	76
5. Processo de modificação de nomes de elementos naturais: uma reflexão do passado e do presente -----	80
6. O tempo de permanência no território Apinajé: uma trajetória histórica --	84
7. O tempo de permanência no território Apinajé: um processo contínuo ---	89
8. Visão panorâmica de aspectos passados e presentes -----	95
Capítulo 3 – História do processo de educação escolar indígena Apinajé	98
1. A implantação de escola: uma ampliação de conhecimento e aprendizagem -	99
2. As séries oferecidas na escola de São José -----	106

3. Escola Apinajé da FUNAI, MEC e SEDUC: uma educação indígena em regime de colaboração -----	115
4. Processo de fixação das aldeias -----	124
5. Aumento das escolas nas aldeias e as séries oferecidas -----	128
5.1 Escola Estadual Indígena Mãtyk -----	128
5.2 Escola Estadual Indígena Katàm -----	129
5.3 Escola Estadual Indígena Kunĩtyk -----	130
5.4 Escola Estadual Indígena Katàmkaààk -----	130
5.5 Escola Estadual Indígena Kaxware -----	131
5.6 Escola Estadual Indígena Gôhkru -----	131
5.7 Escola Tekator -----	132
5.8 Escola Estadual Indígena Kôkre -----	132
5.9 Escola Estadual Indígena Tàmngàk -----	133
5.10 Escola Estadual Indígena Kagàpxi -----	133
5.11 Escola Estadual Indígena Pêpkror -----	133
• Escola Estadual Indígena Amnhimykô -----	134
• Escola Estadual Indígena Pêpnhōrik -----	134
• Escola Estadual Indígena Katàmjaka -----	135
• Escola da Aldeia Barra do Dia -----	135
-	
6. Escola nas comunidades: novos desafios para os professores indígenas Apinajé-----	137
Capítulo 4 – Influência da Escola no processo de conhecimento da prática -----	143
1. Formas de conhecimentos: teoria x prática -----	150
• Conhecimento teórico -----	150
• Conhecimento na prática -----	156
2. Atitudes dos jovens e dos velhos em relação ao conhecimento teórico e a prática -----	161
3. Escola e o território Apinajé -----	169
4. Relação dos jovens com o território -----	171
5. Relação dos velhos com o território -----	174
6. Análise e reflexão -----	177
Conclusão -----	180
Referências Bibliográficas -----	183

INTRODUÇÃO

Início através de um breve relato da minha trajetória como estudante e como profissional da educação, desde quando comecei a estudar e até no momento. Sou Cassiano Sotero Apinajé, nascido em uma aldeia indígena (São José) pertencente ao povo Apinajé situado no município de Tocantinópolis- TO. Atuo atualmente na função de coordenador pedagógico na Escola Estadual Indígena Mătyk. Moro na nessa mesma aldeia Terra Indígena Apinajé.

Comecei a estudar mais ou menos aos nove anos de idade, por volta de 1976, na atual Escola Estadual Indígena Mătyk de São José, quando essa educação escolar era de responsabilidade da FUNAI. Concluí a 1ª fase do Ensino Fundamental (antiga 4ª série) em 1985, na mesma escola de São José. No ano seguinte, entrei no Colégio Dom Orione em Tocantinópolis. Lá permaneci por quatro anos, concluindo segunda fase do Ensino Fundamental em 1988. Em 1990, ingressei na Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás, em Goiânia. Concluído o curso no período de quatro meses, voltei no mesmo ano para minha aldeia.

Em 1993, fui convidado para lecionar na Aldeia Cocalinho, por um ano, pela prefeitura de Cachoeirinha que foi a minha primeira experiência em sala de aula. Na mesma época, eu prestava serviço também na São José como atendente de saúde. Em 1994 comecei a lecionar na Escola Mătyk de São José, onde atuei por um ano e meio mais ou menos. Era uma parceria com Centro de Trabalho Indigenista (CTI), nas modalidades de 1ª a 2ª ano de Ensino Fundamental. A partir de 1996 fui contratado pela Secretaria de Educação do Tocantins, para atuar de fato na Educação Escolar Indígena Apinajé. Em 1997 continuei o estudo no colégio Estadual Deputado Darcy Marinho em Tocantinópolis, lá concluindo o Ensino Médio (magistério) em 2000. Mas ao mesmo tempo fazia também o curso de magistério indígena, oferecido pela SEDUC (TO) para a formação específica dos professores indígenas do Tocantins.

Após isso, entrei na faculdade em 2006 cursando Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins. Em função do envolvimento com a política eleitoral, concluí a graduação só em 2012, após dois anos do prazo regulamentar. Mas meu sonho era um dia poder estar no ensino superior, como de fato surgiu a oportunidade. Em 2008 participei do

concurso público para os professores indígenas, promovido pela SEDUC- TO. Fui aprovado e hoje sou um dos professores indígenas Apinajé efetivos na escola Mãtyk de São José.

Após concluir a graduação, pensei em continuar o estudo. Então surgiu a oportunidade de estudar mestrado. Da mesma forma que ocorreu na graduação, foram duas tentativas. A primeira foi em 2013, para ingresso em 2014 e não fui aprovado. Mas no processo seletivo realizado em 2014 (para turma de 2015), consegui acesso para o mestrado em Ciências do Meio Ambiente (CIAMB), através do Programa de Pós-Graduação pela Universidade Federal do Tocantins- UFT, no campus de Palmas. Iniciei o curso em 03/2015, tendo já a duração de dois anos e oito meses.

É dessa maneira que a minha trajetória acadêmica se concretizou no processo de percurso diante de inúmeros obstáculos encarados durante a jornada de estudo. Apesar das dificuldades encontradas, sempre há força e coragem para estudar pensando em me qualificar mais, ampliar a minha capacidade no conhecimento acadêmico e científico. É nessa perspectiva que fui pensando para estudar a graduação e também no mestrado. Mas penso que estudo não para por aqui. O próximo passo será o doutorado, mais um desafio pela frente.

A proposta de pesquisa apresentada neste trabalho aborda a diferença de conhecimentos e experiências dos anciãos e dos jovens em relação ao espaço do ambiente em Terra Indígena Apinajé. O trabalho de pesquisa pretende discutir melhor as práticas culturais e os conhecimentos promovidos pelos anciãos das comunidades acima de cinquenta anos de idade, comparando com os conhecimentos dos jovens acima de quinze anos, que são os alunos de 1ª a 2ª série do Ensino Médio da Escola Estadual Indígena Mãtyk de São José, como forma de avaliar as atitudes comportamentais em relação ao território Apinajé.

A dissertação está dividida em quatro capítulos, nos quais busco desenvolver discussões em três momentos principais promovendo estudo teórico, entrevista e pesquisa empírica de maneira que se efetive de forma exploratória.

O primeiro capítulo se destina as discussões em que abordarei a passagem histórica dos Apinajé no território tradicional, antes da demarcação, abordando a criação das aldeias

e a história de origem panhã (indígena) e da sua chegada ao território atual, do ponto de vista indígena.

O segundo capítulo trás discussões sobre a maneira tradicional de explorar os recursos naturais pelos Apinajé de modo a compreender melhor a relação dos jovens e os velhos anciãos num espaço de circulação do universo indígena. Ainda neste mesmo capítulo tratarei quais os motivos que levaram os Apinajé a permanecer mais tempo no seu território habitado, argumentando que de certa forma esse processo não impede a mudança de aldeia, como até hoje continua mudando de aldeias, criando novos espaços para morar.

O terceiro capítulo trás discussões sobre a história da implantação da escola no Apinajé, pelo SPI, e mesmo pela atual FUNAI. Apresento como se fez parceria da FUNAI com o SIL, por volta de 1962, e em 1980 com MNTB para garantir a continuidade da educação escolar para os Apinajé. Nesta seção também abordarei como ocorreu o processo de educação escolar naquela época entre os Apinajé e até em 1992, quando essa educação passou a ser competência da União. Tratarei também sobre o aumento e implantação das escolas nas aldeias como políticas públicas para as comunidades indígenas no território, bem como as séries oferecidas nas escolas implantadas, como um dos motivos do processo de fixação das aldeias.

Por último, no capítulo quatro falarei das discussões acerca da influência da escola no processo de conhecimento relacionado ao território Apinajé. No mesmo capítulo também será abordado o processo de conhecimentos na prática e na teoria vivenciado tanto pelos velhos anciãos quanto pelos jovens, especialmente na Aldeia São José. Serão trabalhadas também as ideias, atitudes dos velhos e jovens com relação ao território, na relação de processo de escolarização.

Capítulo 1

Histórias de origem

No texto a seguir reúno diversas narrativas, sobre a origem do povo Apinajé, sobre a origem dos “brancos”, e também sobre o processo de ocupação do território. Essas informações são parte de minhas reflexões sobre a trajetória histórica de meu povo e também reflexões sobre a cultura e suas formas de preservação, baseadas na educação e na escolarização.

1- História de Myyti e Mytwrỳ̀̀re

A primeira história que compõe uma narrativa de origem, do ponto de vista indígena (panhĩ), é a história do Sol (*Myyti*) e a Lua (*Mytwrỳ̀̀re*). Segundo relato da minha principal interlocutora, Dona Terezinha (*Amnhàk*), o Sol e a Lua, foram os primeiros seres humanos e desceram do céu e habitaram a terra. Antes não havia habitantes, somente os animais de todos os tipos que existiam e os recursos da natureza. O Sol e a Lua passaram a morar na terra. Os dois começaram a explorar os recursos e realizar ações como forma de missão a cumprir para criar os *panhĩ*. Esse período marcou a época em que os animais falavam. Por isso eles estabeleceram contatos com quem podiam realizar suas ações. O Sol tinha sua mulher que ele mesmo a fez e era quem primeiro saía ao campo para caçar enquanto a Lua não tinha mulher e saía por último, sempre acompanhando os passos do Sol. Quando os dois pisaram a terra, fizeram uma casa para morar. *Myyti* chama *Mytwrỳ̀̀re* de ¹*pahkràmre* e *Mytwrỳ̀̀re* chama *Myyti* de *ixkràmgêêti* (amigo formal ambos os dois termos). Esses eram os termos de tratamento entre eles.

¹ *Pahkràmre*: relação de amigo formal tratado por Sol se referindo a Lua e *ixkràmgêêti*: tipo de relação de amigo formal tratado por Lua se referindo ao Sol;

O primeiro momento da discordância de fato entre eles, segundo Terezinha *Amnhàk* ocorreu quando *Myyti* saiu em uma cabeceira² e localizou uma palmeira de buriti. Sol comia os frutos, fato que podia ser identificado pelos excrementos de bela cor amarela. *Mytwrỳ̀re* observou essa particularidade e perguntou imediatamente do porquê seus excrementos ficavam daquela cor amarela, dizendo que gostaria que os seus ficassem assim também. *Myyti* o orientou que comesse flores de pau d'arco. Assim Lua obedeceu. Comeu muitas flores, mas seus excrementos apareciam de cor negra. Voltou para casa e ali ficou afastado, muito pensativo e curioso com a particularidade do companheiro. No dia seguinte *Myyti* foi novamente à cabeceira para comer buriti. *Mytwrỳ̀re* o seguiu escondido e descobriu quando estava comendo buriti. Ele então se queixou ao companheiro das mentiras que *Myyti* estava fazendo e este então o convidou para comerem juntos. Assim que *Mytwrỳ̀re* apanhava as frutas, *Myyti* murmurava baixinho que suas frutas ficassem duras e assim acontecia. Conforme *Myyti* imaginava e todas as que Lua pegava havia uma banda dura de um lado. Com isso *Mytwrỳ̀re* se irritou, apanhou uma das frutas de buriti e atirou contra o tronco da palmeira do buriti. Imediatamente a palmeira cresceu para cima tornando sua copa muito alta. Da mesma forma todas as outras árvores cresceram para cima tornaram suas copas altas também. *Myyti* disse que é tão bom que as coisas fossem baixas para que os filhos deles pudessem alcançar do chão, com as mãos, as copas para tirar as frutas das árvores sem ter que esperar cair. Já *Mytwrỳ̀re* disse ao contrário, que é bom que os filhos deles esperem as frutas caírem ao chão para depois pegarem, senão eles acabariam tão logo depois fazendo falta para eles. Além disso, quando ao saírem para caçar, pode-se identificar o lugar de existência de água pelas altas palmeiras de buriti que se avista de longe.

² Cabeceira: local de nascente de um curso de água.

Outro momento de aventura é o encontro com os pica-paus. Quando *Myyti* foi caçar, ouviu os barulhos de longe e foi se aproximando de mansinho. Observou que eram os pica-paus trabalhando perfurando as árvores e tirando mel. Abaixou e pediu um pouco do mel. Este lhe foi dado e ele comeu à vontade. Depois pediu o cocar de fogo da cabeça de um dos mais velhos dos pica-paus. Este enrolou-o deixou cair a peça que veio descendo em forma de fogo. *Myyti* apanhou-o no ar, levou para casa e pendurou na parede. Por curiosidade *Mytwrýỹre* achou bonita e pegou na sua ausência, colocou na cabeça e foi dançar no terreiro da casa. *Myyti* foi verificar o seu cocar que alguém mexeu. Ficou irritado e perguntou para sua mulher e ela lhe disse que era seu *pahkràmre* que tinha pegado e foi dançar com ele. *Myyti* repreendeu o seu companheiro. *Mytwrýỹre* pediu a *Myyti* que lhe arranjasse outro cocar igualmente aquele. Insistiu tanto, que este o levou consigo. Ambos foram ao lugar onde os pica-paus ainda estavam trabalhando tirando mel. Pediram então que lhes dessem um pouco. *Myyti* recebeu a sua parte primeira depois *Mytwrýỹre* recebeu a sua parte também. Mas *Myyti*, para contrariar o seu companheiro, murmurou que não houvesse mel nos favos do *Mytwrýỹre* e assim ocorreu. *Mytwrýỹre* se queixou, por não ter mel nos favos dele, contrariando a vontade do seu companheiro. *Myyti* pediu mais um cocar de fogo da cabeça para um dos mais velhos dos pica-paus. Este cedeu o seu e *Myyti* se preparou para apanhar no ar. Mas *Mytwrýỹre* insistiu para apanhá-lo e se colocou debaixo. O cocar veio descendo como fogo, igual da outra vez. *Myyti* murmurou baixinho, *Mytwrýỹre* descuidou e a peça caiu no chão. Imediatamente todo capim do campo pegou fogo, causando um grande incêndio. Ambos fugiram das chamas, procurando às pressas um abrigo. *Myyti* entrou numa casa de marimbondo de barro, mais seguro. *Mytwrýỹre* foi entrar numa casa de marimbondo feita de restos de folhas, mais frágil. O fogo o obrigou a sair novamente da casa de marimbondo. Ele foi procurar um abrigo mais seguro. Não

encontrando, terminou entrando junto com *Myyti*, ficaram protegidos até que o fogo passasse.

Myyti propôs a andarem pela queimada a procura de animais mortos pelo incêndio. Acharam uma boa quantidade de caças e fizeram fogo para assar. As peças de caças de *Myyti* ao serem expostas ao fogo provavam ser gordas. *Mytwrÿÿre* comentava da qualidade de suas carnes. As peças do *Mytwrÿÿre* ao serem expostas ao fogo provavam serem magras. Isso porque *Myyti* murmurou que as carnes do seu companheiro se tornassem magra. Assim insatisfeito e inconformado, então *Mytwrÿÿre* se aproxima do companheiro e se queixou. Por várias vezes *Myyti* ficou irritado com as expressões do companheiro. Tirou em pedaço de gordura de uma das suas carnes e atirou na barriga do *Mytwrÿÿre*, queimando sua pele. Em seguida *Myyti* ordenou a *Mytwrÿÿre* que corresse para um riacho para refrescar a ferida. *Mytwrÿÿre* atendeu, só que ao chegar à margem do riacho a água secou, porque *Myyti* pediu que secasse a água. *Mytwrÿÿre* passa uma agonia apertado, à procura de água. Apanhava lama e passava na barriga. *Myyti* outra vez ordenou que houvesse enchente com muitas águas e o fato se realizou com sucesso. *Mytwrÿÿre* passa numa boa, mergulhando a vontade na fonte. *Myyti* ordenou que o jabuti arranhasse com as unhas na barriga ferida do *Mytwrÿÿre* e o fato se realizou. *Mytwrÿÿre* sentiu amargamente a dor da maldade do seu *kràm-gêti*. Este desculpou-se dizendo que era apenas um descuido o acontecido.

Myyti e *Mytwrÿÿre* carregaram todas as carnes e fizeram um novo moqué³ onde pudesse espalhar as peças. *Mytwrÿÿre* descuidou de suas carnes e não fez fogo debaixo. Elas ficaram cheias de larvas. Ao vê-las ficou aborrecido mas entendeu que era realmente um descuido dele mesmo. *Mytwrÿÿre* saiu ao campo. *Myyti* se aproximou do fogo do companheiro, tirando um quarto de porco despedaçou de encontro ao chão. Então os

³ Moqué: tipo de fogueira tradicional com fogo sob uma grade de pedaços de madeira para assar carne e legumes.

pedaços de carnes se transformaram em caças de pelo. *Mytwrÿÿre* voltou e encontrou o fogo destruído e só os restos das carnes. Então pegou um quarto de ema de fogo do *Myyti* e bateu ao chão. A peça se transformou em caças de pena de toda espécie.⁴

Myyti opinou que deve fazer uma roça. Marcou um trecho de mato, dividindo em partes iguais uma para si e outra para seu companheiro. *Myyti* ordenou que as ferramentas trabalhassem por si para todos os cantos. Então as ferramentas trabalharam fazendo a derrubada de roça por conta próprio com muito barulho. *Mytwrÿÿre* ouviu o barulho e seguiu-o às escondidas, ouvindo de longe os machados trabalhando. Foi se aproximando imaginando que era gente, mas observou que não era. Tomou um pedaço de pau e jogou em direção ao ruído. Imediatamente parou tudo e ninguém mais ouviu o ruído, ficou tudo em silêncio. *Myyti* repreendeu o companheiro dizendo que por causa de sua atitude isso prejudicaria os filhos deles quando fossem criados, pois se as ferramentas trabalham sozinhos os filhos não sofrerão. Mas *Mytwrÿÿre* contra-argumentou, dizendo que assim é bom, pois para cortar árvore os filhos deles terão dificuldades. Com isso não acabarão com os matos tão rápido. Ambos concluíram a derrubada da roça, mas tiveram muito trabalho conforme previa *Mytwrÿÿre*. Depois de pronta a roça, *Myyti* e *Mytwrÿÿre* plantaram as cabaças. Após elas estarem madura, primeiro *Myyti* escolheu um lugar de água e fez um caminho para ele. *Mytwrÿÿre* escolheu o poço um pouco abaixo. Na manhã seguinte ambos carregaram todas as cabaças para o rio. Lançaram, um de cada vez, de duas em duas cabaças. A partir desse ato, as cabaças afundavam e quando boiavam elas se transformavam em homem e mulher e se sentavam. Ambos fizeram quatro casais e no quinto *Myyti* murmurou baixinho algumas palavras mágicas em relação às cabaças do seu companheiro. Esta se transformou então em pessoa cega. Sucessivamente as cabaças que

⁴ A narração de que animais de pelo e de pena tenham sido criados desta forma, está na versão apresentada por Nimuendaju (1983). Terezinha *Amnhàk*, minha principal interlocutora, desconhece que o Sol bateu ao chão com um quarto de porco transformando em caças de pelo. Da mesma forma a Lua bateu ao chão com o pedaço de ema transformando em caças de pena. Informa que realmente já existiam animais. Por isso, foram mortos por incêndio.

Mytwrýỹre lançava se transformavam em casais defeituosos. Já as do *Myyti* só apareciam casais perfeitos e assim foram dando continuidade ambos até terminarem o trabalho.

Depois disso, *Myyti* disse: “já que tem os filhos precisamos formar uma aldeia para eles”. Escolheram um lugar alto, fizeram um círculo da aldeia, que *Myyti* dividiu no sentido leste e oeste sendo que os filhos de *Myyti* morarão para leste e os filhos de *Mytwrýỹre* morarão para oeste. Criaram as metades *Kooti*, que pertence a *Myyti* e tomou de conta da aldeia, e *Koore* pertencente a *Mytwrýỹre* e ficou assim para sempre entre os Apinajé, informou Terezinha *Amnhàk*. Depois de terem criado os filhos e a aldeia, ambos resolveram voltar para o céu. *Myyti* chamou *Myytwrýỹre* de *pahkràmre* e *Mytwrýỹre* chamou *Myyti* de *ixkràmngễti*, e ambos voltaram para o céu.

1.1 - Reflexões

Com base na narrativa acima, a crença de surgimento dos Apinajé está focada nesta história de *Myyti* e *Mytwrýỹre* que aparecem como personagens principais. Por serem figuras importantes, os Apinajé no passado consideravam não só como seres supremos da terra, mas também como seres sagrados da divindade. Para os Apinajé, com base nesta história, *Myyti* apresenta um comportamento bom, paciente e respeitoso de modo que durante as aventuras queria facilitar algo a fazer melhor para o futuro dos filhos deles. Já *Mytwrýỹre* pensa ao contrário das opiniões do seu companheiro. Neste caso, ele apresenta atitude maldosa, rebelde, se contrapõe as ações do *Myyti*, dificultando algo para o futuro dos filhos. De todas as formas, para alguns dos mais velhos Apinajé, o comportamento e o jeito de ser do *Mytwrýỹre* foram bons, pois quando fomos fazer qualquer coisa teremos dificuldade e muito trabalho. Essa atitude é justamente pela questão de preservação dos recursos naturais que temos, bem como o caso das altas palmeiras de buriti, a derrubada de roça de machados no mato e a convivência de animais selvagens como animais domésticos. Senão já teria acabado os recursos que temos hoje, conforme afirma Terezinha

Amnhàk. Ainda conforme Terezinha *Amnhàk*, a história de criação dos homens se fundamenta na existência de vida na terra entre *Myyti* e *Mytwrÿÿre* (a existência dos homens para que possa acontecer as ações humanos), como também pelas cabaças, de modo que não se permitia no passado uso delas em vão, ou para danificar de propósito porque tinha uma relação de respeito com o episódio da história.

Dessa forma *Myyti* e *Mytwrÿÿre* constituem a base da divindade no conhecimento e na organização social e política dos Apinajé, conforme tenho percebido durante a pesquisa de campo ouvindo os mais velhos em diferentes comunidades. A relação dos Apinajé com essas histórias e seus fundamentos, de modo geral, já não é tão frequente como no passado. Somente vi acontecer a cerimônia de celebração para *Mytwrÿÿre*, quando atinge sua fase de eclipse, que os Apinajé interpretam aquilo como a morte de *Mytwrÿÿre*. Neste caso, os Apinajé costumam fazer celebração de cantos, lançam a ponta de flechas, batem latas com muito barulho para que *Mytwrÿÿre* volte a seu estado normal. De lá para cá houve alteração no procedimento de celebração que acontecia naquele tempo. Em alguns momentos eu presenciei essa relação. Quando acontece este episódio, os mais velhos orientam os jovens da aldeia a juntarem em grupo para fazer muito barulho, batendo pedaço de latas velho ou chapa, mas não há mais os cantos como faziam no passado. Demonstra aquilo como forma de preces para que *Mytwrÿÿre* volte a seu estado normal ou seja, que volte a reviver como humano. Já em relação a *Myyti* nunca presenciei um episódio semelhante a eclipse lunar mas, segundo relato da Terezinha *Amnhàk*, há muito tempo atrás houve um episódio como este. *Myyti* morreu e houve escuridão do dia. Uma família que estava no mato ficou muito assombrada. As pessoas correram as pressas à aldeia e conseguiram chegar a tempo. Portanto *Myyti* e *Mytwrÿÿre* representam figuras centrais no mundo cosmológico dos mais velhos Apinajé e também essa representatividade tem a relação com as metades *Kooti* e *Koore*, criado por *Myyti*. Segundo relato da Terezinha *Amnhàk*, em algumas festas

cerimoniais são presentes essas metades conforme os procedimentos, bem como as cerimônias de casamento e de troca de enfeite de *kràmngêt* para *kràm* (amizade formal⁵), são seguidos até hoje entre os membros do meu povo.

São poucos dos aspectos culturais do conhecimento da história de *Myyti* e *Mytwrjỳre* que ainda se mantêm. Parte dele já se perdeu e sobre o qual a gente só ouve falar dos mais velhos. De um modo geral os estudos antropológicos tentam entender com mais profundidade a visão cosmológica entre os povos indígenas. É esse olhar que foi observado pelos pesquisadores desde o início de estudo no século XX sobre o meu povo. Apontam o Sol e a Lua como Deus Supremo (Nimuendajú, 1983) que demandaram ações na terra, segundo as crenças da história do mito.

O que se percebe hoje entre os Apinajé já é bem modificado, principalmente entre os mais jovens que já não acreditam desses dois seres da natureza, em função da influência das crenças da sociedade não-indígena. Também essa visão cosmológica já não é tão valorizada pelos jovens. Somente entre mais velhos ainda persistem essa visão como parte de seu conhecimento tradicional. Sem dúvida, o povo Apinajé acreditava no passado o Sol e o Lua como forma de figuras que representam o centro das atenções do universo para o mundo, mas na realidade atual, acredita em Deus cristão todo poderoso que representa a verdade única imposta pela crença religiosa em função da influência dos padres e seus homens desde o contato. Desde aquele tempo e posteriormente os Apinajé aderiram a essa forma de pensar e acreditar com base da religião católica.

2 - História de Kanhêti

Outra narrativa que aponta caminho para entender melhor a questão da origem da cultura Apinajé tem como base a história de *Kanhêti* (estrela), que menciono como ponto

⁵ *Kràmgêt* e *kràm* são formas também de referirmos aos amigos formais *ixkràmngêti* e *pahkràmre*. Ver Giralдин (2000) sobre amizade formal nos Apinajé.

de vista indígena, desde que se compreende como fato relevante do conhecimento tradicional. A história de *Kanhêti* relata o surgimento dos alimentos dos Apinajé quando estes ainda não haviam e ela trouxe para o meio social do povo, que mais tarde adotaram como parte de nova culinária. Demonstrou seu fascinante talento em preparar essas comidas trazidas por ela e de frutas silvestres que então os *panhĩ* (índio) não conheciam no espaço do seu ambiente.

Aqui continua a descrição dos relatos e depoimentos da Terezinha Amnhàk que me contou a história da *Kanhêti*.

Conta que um homem enviuvado vindo da família muito humilde, após perder sua mulher deixou os cabelos crescer e se deitava todas as noites atrás de sua casa, olhando para as estrelas no alto do céu. No meio delas havia uma muito bonita e luminosa diante dos seus olhos. O homem desejava-a. Queria que ela tomasse forma humana e descesse do céu para conversar com ele. Isso foi durante várias noites, até que *Kanhêti* não suportou o olhar deste homem e resolveu descer do céu para ter com o homem solitário. Outra vez ele estava novamente deitado numa esteira, olhando para o alto do céu procurando aquela linda estrela que chamava a sua atenção e não a viu mais. Ela tinha desaparecida dos seus olhos. De repente uma mulher veio ao seu encontro e lhe pediu para deitar em sua companhia. O homem tomou posição e permitiu a ela deitar, ficando juntos até longa noite e de madrugada ela voltou para o céu. O homem não sabia quem era e nem ela se identificou. Ele amanheceu o dia só pensando naquele momento da noite e durante o dia todo ficou pensando, pois estava muito curioso para descobrir quem é essa moça bonita e clara.

Na noite seguinte, o homem foi ao mesmo lugar, levando tinta de jenipapo preparada. O objetivo era passar no corpo como forma de marcar a mulher para depois identifica-la. Ele não suspeitava que era aquela estrela que desejava. Achava que era

alguém da aldeia. Então novamente lá estava olhando para o alto do céu, procurando *Kanhêti* que desejava. Ela não estava diante dos seus olhos. De repente a mulher veio e se deitou com ele. O homem passou a tinta de jenipapo no corpo de *Kanhêti*. Ambos passaram a noite longa juntos e depois ela foi embora. Amanheceu o dia e o homem foi à fonte principal da aldeia. Lá permaneceu observando os corpos de mulheres ali banhando procurando a marca da tinta de jenipapo. Não encontrou e voltou para casa e ficou mais pensativo ainda.

Na noite seguinte *Kanhêti* veio ao encontro com o homem no mesmo local e dessa vez o homem lhe perguntou quem era ela. Imediatamente respondeu que era aquela estrela à qual olhava e desejava que tomasse forma humana para vir conversar. E ao ir embora combinou entre eles que ela viria na noite seguinte para ficar com ele definitivamente. Conforme combinado, *Kanhêti* veio outra vez e não voltou mais. Resolveu ficar com o homem. Amanheceu o dia com ele e então ambos resolveram se casar. O homem levou-a consigo e escondeu-a numa cabaça enorme com tampa.

Nos primeiros momentos *Kanhêti* não apareceu em público. Então a pedido dela, o homem escondeu-a em uma cabaça com tampa. Combinou que só podia abrir a cabaça se fosse ele mesmo. Ele, ao sair, deixou ordem que ninguém abrisse a cabaça na sua ausência. O homem, todas às vezes ao chegar da caçada ou corrida de tora, abria a cabaça para ver *Kanhêti*. Ao vê-la sorria alegremente. Por vários momentos, uma das suas irmãs mais nova, tinha observado aquilo. Ela foi abrir a tampa da cabaça na sua ausência. Quando olhou para cima, *Kanhêti* viu que não era o seu companheiro. *Kanhêti* ao vê-la abaixou a cabeça, então ficou envergonhada, a irmã fechou imediatamente a tampa da cabaça. O homem ao voltar de sua atividade foi abrir a cabaça e viu *Kanhêti* abaixada. Ela não olhou para cima. Percebeu que alguém abriu a cabaça. Tentou outra vez, mas não teve jeito. Então ele perguntou quem foi que mexeu a sua cabaça e sua irmã lhe confessou. Por causa

disso repreendeu sua irmã. Depois resolveu tirar *Kanhêti* e a partir do momento ela viveu com ele publicamente.

De acordo com esta história, pude registrar que no passado os Apinajé não conheciam alimentos apropriados, pois naquele tempo comiam pau podre e no entendimento da *Kanhêti* essas não era comidas de efeito digestivo para os *panhĩ*. Ela chamou o homem para ir em algum lugar. Ela encontrou um pé de árvore bem fino e linheiro, bem retinho. Pediu para lavar a árvore inteira sem cortá-la e o homem atendeu conforme orientação. *Kanhêti* mandou abaixar a árvore e assentou na ponta da árvore. Quando soltou, fez jogar *Kanhêti* numa velocidade tão forte que a levou para o alto do céu. O homem estava a sua espera. No entardecer ela vinha voltando pela terra, trazendo consigo, batatas doce, abóboras, milho, inhames, amendoins e *xwỳkupu* (paparuto), pronto para serem consumidos. Também com ela trouxe algumas sementes de cada vegetal e disse que posteriormente iria ensinar a fazer o plantio para os habitantes da aldeia. *Kanhêti* recomendou ao homem que comesse, mas ele tinha receio de comer aquilo porque não



Figura 1 – Terezinha Amnhàk
(Foto: Odair Giraldin)

conhecia. Mesmo assim provou um pouco de cada. Ambos voltaram para casa, levando o côfo cheio de produtos da roça, já preparados para que as outras pessoas provassem também. *Kanhêti* da mesma forma recomendou que a sogra e o sogro comessem. Também tiveram medo de comer aquilo, pensando que podia fazer mal a saúde e pudessem morrer. Pediram que os novos não comessem e somente os dois provaram os produtos. Mas depois os outros também provaram, com muito receio, até porque não conheciam essas comidas desconhecidas por eles. E *Kanhêti* aconselhou que os

índios deviam comer isso em lugar de pau podre. Assim outras pessoas da aldeia provaram os produtos agrícolas, acostumaram aos poucos e assim ficou para sempre e hoje são comidas típicas e faz parte da culinária dos Apinajé.

Segundo relato da Terezinha *Amnhàk*, *Kanhêti* conviveu muitos anos com os Apinajé naquela época ensinando coisas novas que os índios não conheciam e se apropriaram dos alimentos. Inclusive, aprenderam com ela a fazer roça e plantar aquilo que trouxe do céu. Passaram a ser um povo produtor de seus próprios alimentos da terra, descobrindo novos rumos e se aperfeiçoando na prática de atividades agrícolas e se habituarem com novos alimentos que antes não tinham. É por isso que a roça é uma atividade que mais caracteriza o povo Apinajé, pois se configura a sua principal base de economia para sobrevivência. Neste caso, *Kanhêti* também foi uma personagem importante na história de origem dos alimentos da roça, na contribuição do conhecimento tradicional milenar que ainda é reconhecido e valorizado principalmente pelos mais velhos, que teimam em manter preservado para que possa continuar sendo visto por jovens atuais.

A mesma autora dessa narrativa, Terezinha *Amnhàk*, afirma que:

“Se os conhecimentos tradicionais forem repassados aos jovens, prevalecem por mais tempos de não correr risco de desaparecer no âmbito da cultura indígena Apinajé, caso contrário esses conhecimentos desaparecem. Fazer registro como gravar não basta, é preciso colocar em prática, para que os novos possam aprender, pois eu vejo que essa nova geração, não tem interesse de conhecer e aprender a cultura indígena. Aqui na comunidade da Aldeinha, as crianças e jovens perguntam e eu conto histórias e conhecimentos da tradição, inclusive já contei para eles, a história dos mitos de *Kanhêti* (estrela) e *Ampxêt Myryyre* (tatu beba). Dessa forma a contação de histórias são repassadas para outras pessoas para que sejam preservadas e valorizadas. Assim os meus avôs contavam e cantavam e eu aprendi com eles, por isso, hoje sou uma das cantadoras que conhece.”

Koja xênêpu mẽ àhpumunh kumrêxjajê mẽ nywjê mã harê hã koja Apinaje xàhpumunhja hapêx kêt nê no kot anhÿr kêt kot já hapêx. Já pumaj hã kagà nê ho krawa pix kêt nê mã ho mẽ hkînh rãhã nê kêt mẽ nywjajê já pumu no ixte mẽ nywjajê pumunh nhũm mẽ kãm Apinajejê xàhpumunh kumrêx mẽ kãm hprãm kêt. Na hte jar krî pê Awtêjja kamã mẽhprĩrejjê ri ahkukja pa te mẽ kãm awjarê nê mẽ kãm mẽ àhpumunh kumrêx kwÿ jarê na pa pre ra mẽ kãm *Kanhêti* hã mẽ ujarênh kwÿ jarê nê kaxyw *Apxêt Myryyre* jarê nê nhãm mẽ hkwyja mã haxwÿj harê. Anhÿrja

o mēhprĩre mã kwỳ re nē nhām mē kwỳjê mã harē kê já hapêx kêt nē kê mē kām hkĩnh rã hã nē. Na pre hte ixtukatyj mē inhĩgêt wa inhmã ujarênh mē grer anē pa pre hte wa ôjri hkwỳ ma já kamã na jarã ixpê ôkrepôx kanê.⁶

Ainda segundo Terezinha *Amnhàk*, *Kanhêti* um dia percebeu que o seu marido estava interessado em outra mulher como amante. Ficou muito triste, aborrecida ao saber da relação do seu marido com outra mulher. Resolveu voltar para o céu de onde veio. Mas a comunidade da aldeia não queria que ela fosse embora e tentavam convence-la que continuasse vivendo com os Apinajé. Até propuseram que arrumasse outro esposo, mas ela não atendeu. *Kanhêti* fez questão e pediu que o povo entendesse o motivo dela de voltar para o lugar de origem. Todos lamentaram a ida dela de volta para o céu. Então ela se foi deixando para trás, entre os Apinajé, muitas saudades e lamentações. O importante disso, é que durante sua passagem na terra, ensinou muitas coisas boas como comer alimentos saudáveis, fazer roça e plantar como forma de novos conhecimentos mudando hábitos alimentares. Tudo isso foi uma contribuição para o povo Apinajé.

1.2 - Reflexões

Com base nesta história de origem das comidas típicas do ponto de vista *panhĩ*, pude perceber a maneira que os velhos contam e acreditam no surgimento de algo de acordo com a visão de mundo. Ainda nessa seção pude contar com a minha mãe Terezinha *Amnhàk*, como informante da história. Ela afirma que o caso da *Kanhêti* é um pouco diferente. Neste caso, as ações realizadas pela *Kanhêti* são interpretadas como um fato trazido de outro planeta e introduzido para o meio social dos Apinajé. Nessa interpretação, estes produtos seriam pertencentes habitantes de outro mundo. De acordo com a versão da

⁶ Acolhi a sugestão da banca, a quem agradeço, para inserir a “fala” dos meus interlocutores na língua Apinajé, que foi a língua que utilizei para meu diálogo com eles. Daqui para diante, onde houver uma fala transcrita, estará também a escrita em Apinajé. Com isso, objetivo permitir aos leitores do meu povo a possibilidade de ler em nossa própria língua.

Terezinha Amnhàk e outras pessoas ouvidas, existem habitantes do outro lado céu, mas que não sabem a origem daqueles povos.

O caso de *Myyti* e *Mytwrỳ̀re*, eles realizaram ações na terra durante suas aventuras. No que tange à crença de efetivação dos aspectos históricos e culturais, que se concretizam em momentos cerimoniais e rituais em comunidades Apinajé, percebe-se que também há uma diferença de compreensão do contexto relacionado à visão mitológica nessa história, sendo que a presença dos elementos míticos de *Myyti* e *Mytwrỳ̀re* são bem frequentes nas cerimônias e rituais, como na entrega de enfeites do *kràmngêti* e *pahkràmre*, ou nas metades *kooti* e *koore*, conforme relatos obtidos durante a pesquisa. Já em relação à *Kanhêti* é entendido as ações que já existiam e foi apenas incorporado e ensinado para o povo, mas os elementos também são presentes em momentos de cerimônias e rituais como *xẁ̀kupu* (paparuto), farinha de mandioca, como comidas que caracterizam tipicamente as práticas culturais do povo Apinajé. De todas as formas, dá para entender que ambas as histórias têm ligação uma com a outra, da maneira que os velhos aderiram a elas como memória cultural e imaterial.

Dessa forma pelos elementos contidos nas duas histórias relatadas pelos velhos em diferentes versões, não dá para separar a fundamentação histórica e cultural do ponto de vista *panhĩ* (índio). Por isso, entre o meu povo, especialmente os velhos, consideram com maior respeito a visão de mundo que é tão importante para dar continuidade do conhecimento tradicional milenar. Então os mais velhos têm outros olhares e principalmente a valorização desses aspectos históricos e culturais. No que diz respeito à história do mito existem variações nas narrativas feitas por pessoas que tiveram oportunidade de ouvir seus pais ou avós, na forma tradicional entre as famílias de casa. Foi investigado para encontrar resposta para essas variações e, segundo os mais velhos, disseram que provavelmente as variações se devem por falta de interesse das pessoas de

saberem as histórias completas com mais profundidade, ou simplesmente não tiveram interesse de ouvir as histórias do mito que os pais ou avós contavam.

2 - História de Wanhmê Kaprãre

Outra narração de origem do ponto de vista indígena está baseada na história de *Wanhmê Kaprãre* (menino maldoso). É esta história, segundo a cosmologia dos Apinajé, que discute surgimento do *panhĩ* (índio) e *kupẽ* (homem branco), que vai apontar outro caminho para se compreender como outra forma de concepção de mundo. *Wanhmê Kaprãre* foi o personagem único que representa atitude perversa e que ameaçava praticar atos perigosos contra os habitantes da aldeia, por isso não era bem aceito e perseguido pelo avô paterno.

Segundo relato do Miguel *Wanhmê*, uma mulher pública⁷ (uma *kuprĩ*) encontrou uma serpente quando estava apanhando tucum rasteira no cerrado, para comer. A serpente se aproximou de mansinho. Ao vê-la, a mulher quis correr com medo, mas esta pediu que precisava lhe dizer uma coisa. A mulher atendeu. Então passaram horas conversando e alguns instantes, pediu que a mulher deitasse no chão. A serpente se rastejava na barriga de forma cruzada. Depois pediu e a mulher se levantou. A mulher foi-se embora para aldeia e a serpente desejou-lhe boa sorte, que vivesse em paz. Esse encontro, segundo Miguel *Wanhmê*, é interpretado como ato sexual da serpente com a mulher pública e que posteriormente ficaria grávida de uma criança. Dias depois ela percebeu a sua gravidez. Mas mesmo antes de dar a luz, todas as vezes que ia à fonte para banhar, o menino saía do ventre de sua mãe e se misturava com os peixes. Depois entrava novamente no ventre de sua mãe e voltava para aldeia, isso durante vários dias.

Um dia a mulher deu à luz. Antes a criança só saía do ventre de sua mãe e se misturava com os animais depois voltava para o ventre e já com atitude perversa que mais

⁷ Mulher pública: mulher não casada que vive em uma comunidade disponível sexualmente.

tarde contraria aceitação do próprio avô. Ninguém imaginava que no futuro representaria ameaça para o povo. Depois de nascido, começou a demonstrar perigo de vida para as pessoas. Segundo Miguel *Wanhmẽ*, o segredo do menino para matar era quando as pessoas faziam xixi. Ele ia ao local expondo as mãos por cima do local da urina, fazia com que elas morressem no dia seguinte. Da mesma forma fez com sua avó materna. Seu avô observou aquilo, então era ele quem já matou muito gente e a parti daquele momento começou a persegui-lo e exigiu que o matasse. À pedido do avô tentaram matar *Wanhmẽ Kaprãre*. Mas ele reviveu toda vez que tentaram mata-lo e com isso deixou o seu avô indignado. Um dia, jogaram do alto da serra e ele se transformou em uma folha seca descendo lentamente ao chão, reviveu novamente. E por fim o mataram com bordunadas e cortaram suas carnes em pedaços muito pequenos que foram lançadas ao fogo e ele virou cinza. Acharam que dessa vez *Wanhmẽ Kaprãre* morreu de vez.

Um *panhĩ* (índio) estava caçando por perto de onde *Wanhmẽ Kaprãre* tinha virado cinza. Ouviu o canto de galo, o berro de gado, o latido de cachorro e imaginou que era *kupẽ* que estava morando ali. Resolveu ir até lá. *Wanhmẽ Kaprãre* o recebeu com carinho e lhe disse que era ele, que ficou envergonhado da crueldade que fizeram para ele.

Wanhmẽ Kaprãre pediu que o rapaz voltasse para aldeia e chamasse sua mãe e demais pessoas, menos o seu avô, porque tinha raiva dele. A mãe e mais algumas pessoas voltaram para visitar *Wanhmẽ Kaprãre* que teve com maior prazer em recebê-las. Depois chamou de dois em dois para ocupar funções de trabalho. Ele mesmo fez a divisão de tarefas, sendo duas moças para preparar alimentos, duas mulheres para ocupar função de costureira, um casal para ocupar função de padre e freira, um rapaz para a função de guarda e um casal mandado para o quintal, este transformou em um casal de porco. Sobrou cacique e um rapaz que não foram submetidos ao trabalho doméstico. Perguntaram uns aos outros, sobre as pessoas que *Wanhmẽ Kaprãre* ordenou para exercer funções de cada área

de trabalho. O cacique preocupado mandou procurasse as primeiras moças que *Wanhmẽ Kaprãñre* determinou para preparar alimentos. Quando foi a cozinha encontrou duas cozinheiras *kupẽ* (mulher branca), imediatamente voltou ao seu companheiro e lhe falou que não encontrou as moças *panhĩ* (índia), somente viu duas *kupẽ ni* (mulher branca). Depois foi a outro cômodo e encontrou duas costureiras, mais adiante havia um padre vestido de manto branco e uma freira com lençol na cabeça. No portão da entrada viu um guarda fardado com arma na cintura e por fim no quintal havia um casal de porco. Assim sucessivamente todas aquelas pessoas inclusive a mãe de *Wanhmẽ Kaprãñre* todas se transformaram em *kupẽ* (homem branco). Depois *Wanhmẽ Kaprãñre* apresenta espingarda que representa arma de fogo e arco e flecha como objeto da tradição, para o cacique e o rapaz. Pediu que os dois escolhessem que as armas escolhidas ficariam para os seus descendentes. *Wanhmẽ Kaprãñre* fez demonstração sendo que a espingarda é muito barulhenta ao funcionar e o arco e flecha não faz barulho. Os dois ficaram com muito medo da espingarda. Escolheram arco e flecha pelo fato de que eles já os conheciam como de uso tradicional. Por causa dessa escolha é que somos hoje os *panhĩ* (índios), diz o Miguel *Wanhmẽ* na sua versão.

1.3 - Reflexões

O interessante da história é que *Wanhmẽ Kaprãñre*, embora demonstrasse atitude perversa diante dos avós e as demais pessoas da aldeia, ele não foi vingativo das maldades que o fizeram, mesmo passando por um momento difícil entre os homens na tentativa para ser morto definitivamente. Resistiu a cada passo de sofrimento, com seus fortes poderes de ressurgimento para a vida normal entre aqueles que odiaram e queriam tanto mata-lo por causa de sua atitude brutal. Dai então *Wanhmẽ Kaprãñre* conseguiu vencer todos os obstáculos que vinham pela frente até que no final de sua trajetória decidiu seu destino final que apareceu para o seu povo como homem branco de vida bem estruturada de

maneira para atrair a curiosidade dos *panhĩ* (índios). Continuando, o relato do Miguel *Wanhmẽ* indica que essa foi uma das histórias bem conhecidas entre os mais velhos, sendo que *Wanhmẽ Kaprãre* não morreu, mas se transformou em outra espécie de homem e fez surgir *kupẽ* (não índio) a partir do seu povo.

Com base dos relatos descritos e através da minha própria observação, a complexidade do sistema do conhecimento indígena ainda está longe de compreender definitivamente os fatos da memória. A história de memória retoma as mensagens transmitidas através dos mitos, apresentam não só em único momento de lugares de cada acontecimento e sim ocupa como parte de um universo mais amplo. Emocionalmente a história de memória “fornece às pessoas de uma sociedade a oportunidade de se encontrarem com seus ancestrais míticos ou com seres sobrenaturais que habitam as águas e as florestas” (Tassinari, 1995 p. 465), como o caso do surgimento dos Apinajé a partir do fruto das cabaças lançadas ao rio por *Myyti* e *Mytwrỳre*. Da mesma forma o surgimento de *kupẽ* (homem branco) e *panhĩ* (índio), se remete na história de *Wanhmẽ Kaprãre* com o seu poder mágico. É interessante que tanto as ações feitas pelo *Myyti* e *Mytwrỳre*, ao criarem os *panhĩ*, quanto aquelas por *Wanhmẽ Kaprãre*, possuem características semelhantes da transformação de *panhĩ* (índio) e *Kupẽ* (homem branco), no final de sua trajetória histórica. Dessa forma os conhecimentos da memória possibilitam um diálogo cosmológico e cultural verdadeiro para os Apinajé, na medida em que consideram os fatos reais. Então, de acordo com os relatos dos mais velhos, descobri que o conhecimento sobre o mundo de acontecimento histórico não se desvincula das práticas cotidianas como também não dissocia da produção de alimentos. É o caso dos produtos agrícolas trazidos pela *Kanhêti* (Estrela) e que mais tarde foram incorporados e que hoje faz parte da comida típica do meu povo.

Portanto qualquer aprendizagem parcial que engloba o conhecimento indígena poderá ser muito interessante para desvendar o segredo da lógica dentro do contexto histórico e cultural indígena. Assim ocorrem as lógicas da visão e no pensamento de acreditar em algo, com se tornou verdadeiro daquela forma. É caso do aparecimento das altas palmeiras de buriti nas cabeceiras, o trabalho com muito esforço para fazer uma roça e a própria formação humana com deficiência física e visual que se remete a história do mito de *Myyti* e *Mytwrỳ̀re*. Para a lógica da afirmação da identidade do meu povo, acredita que se os índios escolhessem a arma de fogo, hoje seria os kupẽ (homem branco) e não os *panhĩ* (índios), conforme a história de *Wanhmẽ Kaprãre*.

Neste contexto são estabelecidos e mantidos os laços sociais e que não são totalmente desconhecidos pelos Apinajé. É através da memória e da oralidade que resultam regras próprias de conduta, de relacionamento entre as famílias e de distribuição de bens, bem como no uso de critérios particulares para classificar os espaços e os seres da natureza. Também os utilizam para classificar as pessoas enquanto membros de parentelas e parte de uma sociedade (Tassinari, 1995). Na medida em que fui pesquisando, descobri algo como novidade para mim, pois existe a maneira própria Apinaje de falar sobre a teoria de mundo. Os mitos são as narrativas de conteúdos altamente simbólicas (Lopes da Silva, 1995) que tratam das origens do mundo, de tempos ancestrais, dos seres que habitavam o mundo e que foram responsáveis pela criação da atual humanidade, pelas demais espécies e por suas respectivas capacidades. Portanto por serem profundamente simbólicos, as histórias e mitos são difíceis de serem compreendidos por pessoas de outras culturas. Nem por isso deixa de ser um conhecimento tão longe do tempo moderno e ainda precisa ser compreendida em conteúdos simbólicos da maneira mais detalhadas e minuciosas ao passo que esses conhecimentos indígenas estão desaparecendo gradativamente. Por conta da pesquisa, vejo a importância de preservar e valorizar numa tentativa de revitalizar a cultura

do meu povo que muita das vezes passa despercebida ou que fica apenas na memória dos mais velhos das aldeias. Embora não sejam conhecimentos escritos desde os tempos remotos, mas representam uma cultura diferente e que a caracterizam nos mais diversos aspectos históricos e culturais.

A memória histórica dos anciões possui uma capacidade enorme e os conteúdos de conhecimentos são bem complexos, embora não são armazenados de forma ordenados, mas que os contadores de história, por exemplo, ao falar ou contar no momento de necessidade, conseguem com facilidade explorar seus conhecimentos ali guardados. Durante a minha pesquisa, pude observar o quanto é importante continuar mantendo a memória histórica dos velhos entre o meu povo. O que também me levou a refletir e repensar sobre essa diversidade cultural imaterial tão valiosa, que antes era preocupação somente dos pesquisadores não índios na tentativa de preservar e valorizar para os Apinajé. Agora posso continuar despertando os interesses dos jovens que também podem refletir e repensar sobre os conhecimentos tradicionais na condição de estudante que pretende desenvolver uma pesquisa acadêmica que contribui para a manutenção da cultura indígena Apinajé. O registro de memória histórica é o um dos caminhos para assegurar os conhecimentos tradicionais, além das práticas que acontecem nas aldeias, pois da forma que se observa não basta. É preciso registrar para que não desapareça.

2 - História de *Kupê Nhêp*

Outra história de origem é aquela que conta como se modificou a língua e os nomes pessoais grandes, os quais foram incorporados ao acervo de nomes no decorrer do tempo pelos Apinajé segundo relatos de Maria de Jesus *Sirax*. A história de *kupê nhêp* (homem morcego), faz parte de outra lógica de acreditar e que vem a complementar na fundamentação e na compreensão dos conteúdos simbólicos de outras histórias e dos mitos já citadas anteriormente.

De acordo com os relatos de Maria de Jesus *Sirax*, *kupê nhêp* (homem morcego) era um povo habitante de caverna dentro do território, localizada na passagem entre as aldeias antiga Botica e antiga Curralinho, atualmente chamado o local de Cocalinho. No passado havia uma população muito maior entre as aldeias e uma delas é a antiga Botica. Os homens costumavam sair para caçar ou até mesmo para visitar outras aldeias como Curralinho, Macaúba e antiga Botica e faziam toda essa rota caminhando. Alguns deles passavam pela caverna do *kupê nhêp* e estes os atacavam e matavam. Golpeavam na nuca com machado de pedra e carregavam o corpo preso com as patas. Naquela época a população era tão grande de modo que ninguém sentia falta das pessoas que desapareciam. Um dia alguém percebeu que estava diminuindo a população, mas não se sabia por qual motivo. Então passaram a investigar essa misteriosa matança das pessoas daquela aldeia. Mandaram duas pessoas para fazer passagem pela caverna de *kupê nhêp*. Ao se aproximarem um deles ficou para trás. Resolveu entrar nas moitas para fazer necessidade fisiológica, enquanto o seu companheiro foi na frente. De repente observou um *kupê nhêp* descendo do alto da montanha com *kop jamã* (instrumento para matar), em direção ao homem que estava passando pela caverna. Atacou e o matou e voltou carregando-o para o alto da montanha. O companheiro que ficou para trás observou aquilo, ficou com medo. Dali mesmo voltou para aldeia, não seguiu em frente. Ao chegar contou o ocorrido ao seu povo. Então finalmente foi descoberta a causa das mortes misteriosas das pessoas. Eram estes homens morcego quem estavam matando.

Na versão de Maria de Jesus *Sirax*, *kupê nhêp* já tinha causado a morte de milhares de pessoas, por isso a população estava reduzida ao passo que foi percebida. Portanto o povo tomou uma decisão de atacar e matar os *kupê nhêp* como forma de vingança, pela morte de milhares de pessoas da aldeia. Deslocaram homens da aldeia em grande quantidade com arco e flechas. Cercaram a caverna e decidiram colocar palha na entrada

da caverna para colocar fogo. Um grupo subiu até o alto da serra para bloquear a saída do alto. Porém, alguém dos homens pôs fogo por baixo na entrada da caverna. Como a estratégia montada para matar os homens morcego não foi seguro, eles conseguiram escapar pelo buraco no topo da caverna e fugiram todos em direção a sudoeste do território. Quando entraram no interior da caverna, os homens observaram o formato circular das casas, pátio e muitos vestígios ali. Por baixo de uma pedra encostada na parede da caverna havia um filhote de *kupê nhêp* (homem morcego) deixado pelos pais. Alguns quiseram mata-lo. Um dos homens pegou para levar consigo, talvez pelo fato que era um casal que não tinha filho, por isso levou para ser adotado. A noite o mesmo não dormia deitado. Sua mãe aconselhou que colocasse uma vara para ele que agarrou com suas patas em posição de cabeça para baixo e dormiu tranquilamente. O tempo passava o filho de *kupê nhêp* já estava crescido e na oportunidade em que foi ao banho com sua avó levou uma porção de areia do ribeirão, pediu que fizesse a espécie de *ê gre* que significa pipoca na língua de *kupê nhêp*. A princípio sua avó se recusou a fazer *ê gre*, porque não sabia o que era, mas depois atendeu. Ao voltar do banho, o filho de *kupê nhêp* orientou sua avó para que colocasse areia trazida do ribeirão num recipiente. O próprio filho de *kupê nhêp* levou ao fogo os grãos de milho, gerou a espécie de pipoca que os Apinajé não conheciam. Ele comeu a pipoca de milho e fazia brincadeiras com cantos dos seus ancestrais. Até então não se sabia os cantos de *kupê nhêp* entre o meu povo e aquilo serviu como aprendizagem para sua avó. O filho de *kupê nhêp* disse que deveriam existir entre os Apinajé, os nomes grandes, como *Grer*, *Pãx*, *Ire*, *Màxỳ* e outros, como forma mais adequada e verdadeiros nomes que passa para o filho e netos. O filho de *kupê nhêp* morreu ainda jovem, não deixou herdeiro entre os Apinajé, segundo relatos de Maria de Jesus *Sirax*.

4.1 - Reflexões

O filho de *kupẽ nhêp*, foi pego e trazido para aldeia ainda criança. Depois de crescido demonstrou, para sua avó paterna, alguns conhecimentos da cultura do *kupẽ nhêp* que adquiriu quando ainda habitava na caverna. Sua avó observava a cada etapa evolutiva seus comportamentos, que no começo eram muito estranhos ao passo que seu pai adotivo tentava incorporar na cultura Apinajé. Nos primeiros momentos *kupẽ nhêp* não conseguiu se adequar na convivência dos Apinajé, como por exemplos não podia dormir deitado, só podia dormir pendurado de cabeça para baixo em um galho de árvore. Depois de alguns tempos aprendeu dormir deitado no chão. Não comia qualquer tipo de comida, só podia comer milho de pipoca chamada por ele de *ê gre*, mas isso aos poucos, sua avó foi descobrindo todo o segredo de convivência do *kupẽ nhêp*. Mais tarde, já adulto é que ele ensinou os nomes matrizes aos quais já foram citados acima e também ensinou como fazer celebração em relação a estes nomes e assim ficou para sempre entre os Apinajé os conhecimentos herdados pelo filho de *kupẽ nhêp*.

A história de *kupẽ nhêp* remete à modificação da língua e o surgimento de nomes verdadeiros Apinajé, incorporados como forma de sua identidade étnica de modo que esta é a interpretação mais evidente. Está bem claro que a questão da língua falada pelo meu povo é dada por conta da influência de *kupẽ nhêp* diretamente. Segundo versão de Maria de Jesus *Sirax*, a língua original dos Apinajé é aquela que o povo Krahô mantem até hoje. Alguns grandes nomes, citados anteriormente, se associam aos nomes de animais selvagens e outros seres da natureza, pois não são herdados de *kupẽ nhêp*. Entre o meu povo, em relação aos dois aspectos da língua e dos nomes originados do *kupẽ nhêp*, foram os nomes que ficaram como marco da história da memória herdada do povo *kupẽ nhêp* (homem morcego).

Então hoje percebo que entre o meu povo e os Krahô, os aspectos linguísticos, como alguns fonemas da escrita, aparecem como estruturas bem semelhantes em relação às duas línguas, enquanto em outras se diferenciam. Não há comparação de nomes entre os Apinajé e Krahô, pois não tem nenhuma versão histórica que aponta como hipótese explicativa do aspecto de nomes pessoais entre os dois povos conhecidos como Timbira. Alguns estudos apontam que antes os Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião e Canela era um povo só e possuíam os mesmos costumes e mesma língua falada naquela época. Portando as pesquisas antropológicas feitas sobre esses povos apontam como hipótese mais provável a ramificação dos Apinajé formando o ramo Timbira Ocidental. Fato disso é que percebemos que os estudos e pesquisas apontam alguns aspectos culturais bem semelhantes, bem como nas festas, línguas, rituais e as histórias. É fato que uma das características bem marcantes na vida cotidiana entre os Timbira é a construção das aldeias de forma circular que ocorrem tradicionalmente nos territórios ocupados. No caso dos Apinajé, todos os modelos das aldeias são feitos de forma circular de preferência perto dos ribeirões, onde possuem matas para atividades agrícolas.

5 - Explicações da origem dos Apinajé na versão não indígena

Após refletir sobre a concepção da origem do mundo e dos Apinajé do ponto de vista indígena abordarei a seguir nessa seção outra concepção do ponto de vista não indígena. O objetivo é para comparar a forma de compreender a criação e os elementos que compõem o mundo, para que possa discutir com mais ampla visão. Assim o trabalho desenvolve e contribui com o estudo sobre a memória histórica, colaborando para a promoção de uma ação educativa que contemple interesses e anseios dos Apinajé, sobretudo o ensino de suas respectivas histórias narrativas.

Em relação à história que contemple a origem dos Apinajé, do ponto de vista kupê (não indígena), encontrei as afirmações feitas por Curt Nimuendaju (1983). Ele foi o único

autor não indígena que escreveu a história do ponto de vista não indígena provavelmente relatado por um ancião Apinajé como resultado de sua pesquisa durante sua passagem como pesquisador e que conviveu muitos anos com o meu povo. O autor relata que:

“Um dia um bando de índios vindo do leste chegou à margem do Rio Tocantins e ficaram com vontade de atravessar o rio. Então fizeram uma travessia através de cordão de algodão enorme. Um deles do grupo passou o rio por meio de salva-vidas de madeira leve, levando a ponta que amarrou numa árvore da margem esquerda. Os outros seguiram a atravessar com suas mulheres, como se fossem nadando segurando pelas mãos ao cordão. Um grupo de índios queria vir para a margem do lado ocidental, mas nessa ocasião o cordão foi cortado pelo meio. Os que já haviam atravessados a margem ocidental puxaram para terra os que estavam agarrados, ao passo que a correnteza levou de volta para a margem oriental aqueles que estavam presos na metade do cordão. Quando os dois grupos se encontraram na terra firme na margem do Rio Tocantins, chamavam uns aos outros, mas já não entendiam bem. “Falai direito” gritaram os que tinham ficado na margem oriental. “Falai direito vós mesmas” responderam os Apinajé da margem ocidental. “Vós sois os Oti”, gritaram aqueles. “E vós sois os Mākraya!” Responderam aos Apinajé. E assim ficou para sempre”. (Nimuendaju, 1983:128)

Essa interpretação do mito da origem dos Apinajé é a descrição do próprio Nimuendaju, mais relatado provavelmente por alguém da aldeia como sua versão a qual está vinculado ao surgimento dos *panhĩ* (índios), não ponto de vista indígena. Na busca de autores pesquisados não encontrei nenhuma outra descrição que afirma a criação da humanidade, e sim somente essa interpretação dada pelo Nimuendaju que aponta como um dos hipóteses evidentes. Então essa interpretação dado por ele é desconhecida da memória dos velhos que eu entrevistei durante a pesquisa realizada. No entanto a afirmação referida aqui, se remete mais na visão do conhecimento não indígena, mas que não faz parte do cenário da história de origem do meu povo. Os próprios Apinajé desconhecem essa versão, como já foi citado. Entre os velhos entrevistados, nenhum dele relatou, porque era uma história escrita do ponto de vista não indígena. É evidente que o pesquisador deve ter registrado do depoimento de um índio da aldeia. Pelo que percebo é uma história narrativa que foi pega de alguma pessoa, mas aqui o autor não revela o nome do informante da história. Neste caso, a versão dada pelo Curt Nimuendaju prevalece mais do ponto de vista

do conhecimento não indígena que não tinha muito interesse em valorizar os próprios sujeitos da história que são os velhos. Por isso não registra os nomes das pessoas e nem os locais por onde andava fazendo suas pesquisas de campo. Foi dessa forma que observei esta história escrita, dada com base da versão não indígena, mas que não faz parte do conhecimento tradicional do meu povo.

6 - As diferentes narrativas dos lugares diferentes no território

Nesta seção, serão abordadas as narrativas de lugares diferentes vividos pelos Apinajé no passado. Os dados coletados a seguir foram obtidos a partir de pesquisa com os velhos, aqueles ainda não foram mencionados como participantes das discussões sobre o tema abordado. A partir de novas discussões com os velhos, surgem então novas concepções históricas sobre o território Apinajé que é o foco central do meu trabalho de mestrado. E para compreender melhor essa questão da historicidade do território é importante dar atenção básica aos velhos como falantes nativos que podem falar com mais propriedade que conhecem bem a sua trajetória de vida e experiências em conhecimento tradicional.

Dessa forma é importante constar no trabalho todas as pessoas que deram suas contribuições para a realização da pesquisa considerando-as como sujeitos da história, pois é uma das formas que os pesquisadores mais procuram para a composição de um trabalho de campo. No entanto, do ponto de vista acadêmico, o trabalho de campo no mundo moderno precisa compreender e definir a finalidade: se é somente para beneficiar a próprio autor para que seja reconhecido pela instituição ao qual trabalha ou se também é para se preocupar em preservar e valorizar sobre assuntos da comunidade pesquisada, sendo assim estará contribuindo para a manutenção e valorização de um fato histórico e cultural. É neste sentido que serão trabalhados, a seguir, os conteúdos da história sobre os lugares diferentes do passado.

6.1 - Aldeia de Colodino e Cinzeiro

Para obtenção dos fatos históricos nessa parte, foi preciso contar com colaboração da Josina *Ire*, uma das anciãs que reside na Aldeia São José. Ela contribuiu com suas informações e experiências em conhecimentos tradicionais, por manter na memória as informações que teve na passagem de sua infância com seus pais e avós. Ela afirma que sempre foi apegada à sua mãe e muito interessada em aprender os conhecimentos da cultura, transmitida pela sua avó, principalmente as histórias do seu povo. Refletindo sobre o interesse da Josina *Kamêr Kamrô* em aprender os conhecimentos da cultura, ela assim se manifesta:

Os jovens de hoje, deve aprender os conhecimentos tradicionais e valorizar para a manutenção da cultura do seu povo, para quando eles crescerem e poderem transmitir esses conhecimentos para seus filhos e netos. Sobre o território existem variações de contos de histórias de formação de aldeias e os acontecimentos constituídos de relação de conflitos com outros povos indígenas, entre eles se destaca os Gavião do outro lado do Rio Tocantins. As coisas mudaram de um tempo para cá, devido à intervenção do *kupê* (não índios), com isso modificou algumas práticas culturais, inclusive o uso de instrumentos como arco e flecha. Acredito que os *panhî* (índios), não tem mais prática do uso de arco e flecha para guerrear, pois no passado os índios sempre guerreavam com esses instrumentos e não com arma de fogo. Tem que alertar para a nova geração, aqui em casa eu falo para os meus netos, a forma como está sendo transmitidos os conhecimentos para que no futuro essa tradição não desapareça. É importante para manter viva a cultura do meu povo.

Nh̄yx te mē nywjajê jarãhã amnhî kwỳjê xàhpumunh kumrêx kwỳ pumu nê ho htỳx nê kê mē rĩ hprêk nê amnhî xôjri amnhî krajê nê amnhî tãmwnhỳjê mã orê. Nê pyka xy pê kamã grer nê mē ujarênh nê krĩ ho hapôx ã nê axpên kôt hapôx nê rĩ axpên kamã omrê hã panhijê kwỳ kutã pyhti pê Tokâtis nhikjê hã Kawiãwjê kutã. No ãm na mêmojta rûm na axtem mã kupê mē kaêx mỳrapê já ho mē àhpumunh kwỳjê ra axtem mã xênêpu kuxê mē Krur já ra axtem hipêx.

Pa já ho ijamaxpêr o hãmri panhijê kot kuxê mē Krur o tanhmã ri amnhîto hkêt no na pre hte amnapêm panhijê já ho ãm axpêm kamã omrê rã hã ho pa. No ri kuxê hkrak o hkêt. Já kaxyw mē nywjajê ho mē no xãm tỳx no na te jar ixkre kre kamã pa te ixtãmnhwỳjê mã ixkapêr já o tanhmã mē kãm mē àhpumunh kumrêx kwỳ ho ixrêr to kê rĩ ahtûm pê já hapêx kêt nê. jakamã já mex kê rĩ krĩxpêm ixkwỳjê xàhpumunh hapêx kêt pumaj.

No depoimento, Josina *Ire* afirma que existiu uma aldeia unificada bastante populosa na memória dos mais velhos. Colodino e Cinzeiro são dois córregos bem conhecidos atualmente. Ali havia uma aldeia que não tem o nome definido e está localizada fora da terra indígena. Segundo relato da Josina *Ire*, ali viviam no passado, os Apinajé com seus parentes Krahô, Krikati, Gavião, Canela e Kayapó, vindo do Maranhão, que marcou a trajetória de passagem para o Tocantins. Na proximidade no local da atual cidade de Carolina (MA), havia uma aldeia de nome desconhecido. Segundo Josina *Ire*, ela me disse que os velhos ouviam por um *kupê* (não índio), que neste local ao lado de uma montanha, existiu dois blocos de pedra esculpidos com formato de tora. Em volta havia ruínas e vestígios provavelmente era uma aldeia que existiu ali. Depois de alguns anos, essa aldeia foi abandonada, o fato era o local de passagem dos Apinajé e seus parentes citados acima. Continuando o relato da Josina *Ire* foi nessa aldeia de Colodino e Cinzeiro que ocorreu a divisão entre os Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Canela e Kayapó de forma definitiva. O motivo foi por causa de uma criação de papagaio, pois que naquele tempo os índios já criavam os bichos do mato como animais domésticos. O papagaio era o animal mais domesticado na preferência dos índios. O papagaio havia comido amendoim de propriedade alheia e este levou uma surra tão forte e quase morreu. O dono ficou irritado de ver seu animal ferido, então repreendeu aquele que surrou o seu papagaio. Daí ocorreu o desentendimento dos dois. De simples problema transformou em um problema muito grave que se estendeu para as demais famílias da aldeia. A partir daí ocorreu à divisão entre os Apinajé, Krahô, krikati, Gavião, Canela e Kayapó.

Após longos períodos de permanência, os Apinajé isoladamente voltam descendo a margem esquerda do Rio Tocantins. Formaram uma aldeia chamada Alegria próximo ao local, onde está atualmente à cidade Tocantinópolis. Nesta aldeia é que os Apinajé tiveram o contato definitivo com os não índios, após a separação de seus parentes mencionados

acima. Um grupo religioso recém-chegado ao seu território ocupado, na época em que foi avistada a imagem de uma santa pelos índios, a margem do Rio Tocantins. Esse período marcou o início do processo de integração social dos Apinajé com os não índios, segundo Josina Ire em seu relato. Sobre a história da Aldeia Alegria será desenvolvida uma discussão com mais detalhes e transparências a seguir.

6.2 - Aldeia Alegria

Segundo Francisco *Kagro* fomos falar das aldeias existentes em lugares diferentes no território, desde o início da existência dos Apinajé, estaria muito mais além das aquelas citadas pelo pesquisador alemão Curt Nimuendaju, durante a sua passagem aqui. Aldeia Alegria, relatado por Francisco *Kagro*, estava situada então na localidade próxima ao atual lixão da cidade de Tocantinópolis. O local se encontra fora da terra indígena atual. Ali os Apinajé permaneceram por alguns períodos, viviam da caça e pesca e de outros recursos naturais que ali se encontravam. A margem ocidental do Rio Tocantins, hoje está

localizada a cidade de Tocantinópolis, era o espaço bastante explorado pelos Apinajé na época, devido à abundância de caças e peixes.

Continuando o relato do Francisco *Kagro*, foi à margem do Rio Tocantins que os *panhĩ* (índios), encontraram uma imagem de santa que a levaram para aldeia. Fizeram uma casa improvisada para essa santa e então faziam suas festas na cultura indígena todas as noites. A aldeia foi denominada Alegria por uma missão (índios), em homenagem da santa que



Figura 2 – Francisco Kagro (Foto: Cassiano Apinagé)

aconteciam todas as noites no pátio da aldeia. Então era um momento de muita alegria e festas. Não havia tristeza, nem conflitos entre si, de maneira que ali os visitantes (os não indígenas) se socializavam pacificamente observando as festas culturais que para eles é tão estranho como qualquer outra cultura.

A missão religiosa era constituída por padre e seus seguidores. Estiveram junto com os índios desde a sua chegada ao local, com intensão de pacificar para poderem fixar na margem do rio que pertence ao território indígena Apinajé. Dessa maneira o grupo religioso propôs uma série de ações interessantes aos índios, mas que a final o interesse maior era que no futuro construíssem uma cidade com desenvolvimento e progresso na região, inclusive em território dos Apinajé. O cacique, na época, que não tem o nome definido, não entendia a língua portuguesa, por isso não comunicava diretamente com os *kupẽ* (não índios), mas tinha um intérprete na comunidade. Era a ele que o padre se dirigia em caso de permissão do cacique para um eventual diálogo, depois a mensagem é transmitida através do intérprete. Segundo Francisco *Kagro*, a princípio o cacique não queria permitir aos homens brancos se fixarem próxima a aldeia, pois tinha desconfiança e o medo destes homens fazerem algo ruim contra o seu povo, que poderia se tornar um perigo para eles. Ao passo que o padre foi se aproximando com sua estratégia para “amansar” os *panhĩ* (índios), e o cacique sofria pressão de alguns membros de sua comunidade. Então cedeu o espaço em definitivo para o padre e seus homens, que deu o início de construção da cidade chamada na época Boa Vista, hoje a cidade de Tocantinópolis, exatamente na margem oriental do Rio Tocantins, onde os Apinajé encontraram a imagem de santa.

Os Apinajé eram um grupo bastante rival aos outros grupos parentes vizinhos e desafiavam também qualquer grupo de *kupẽ* (não índio), que tentavam entrar no seu território. O encontro dessa missão religiosa com os Apinajé, no começo da chegada ao seu

território, representou perigo de conflito, por isso o padre que chefiava a expedição na época deu ordem aos seus homens, que é interpretado pelo próprio narrador dessa história Francisco *Kagro*, que dizia o seguinte:

Estamos chegando ao território dos índios guerreiros, valentes e fortes, nós viemos a procura deles, para confrontá-los e mata-los em guerra, por isso não tenham medo, mas tenham coragem, pois vamos encará-los, vai haver uma guerra sangrenta, e se entre nós morressem cinco pessoas virão cinco se morressem dez pessoas virão dez, assim sucessivamente.

Na pu mẽ ra panhĩjê xo mrê nê mẽ hitỳx xwýnhjê nhõ pyka kamã na pu mẽ nê mẽ hapêr o na pu mẽ mõi nê mẽ pa te mẽ kutã papirpu kaxyw nê mẽ himex kaxyw jakamã mẽ amã ma hkêt nê mẽ axihtỳx nê pu mẽ kutã xa kot puj mẽ axpu nê koja mẽ hkamrõ axkapĩ koja xênêpu mẽ pacamã mẽ kêp sĩk nê ty nhũm hpãj sĩk nê mra nhũm xênê pu mẽ kêp tes nê ty nhũm hpãj kêm tes nê mra koja ã anê.

A permanência dos Apinajé na Aldeia Alegria se deu por um bom período de convivência, em função de suas festividades, por incentivo de cacique em relação a santa. Por outra parte o próprio padre da missão recomendava aos índios que podia fazer suas festas para santa na cultura indígena, como padroeira da aldeia. Afirmava o padre ainda que no futuro os índios Apinajé, terão o pleno direito de participar do festejo dessa santa encontrada por eles a margem do Rio Tocantins. Embora a aldeia se encontrasse um pouco distante do rio, mas é que sua margem serviu como ponto principal para a prática de caça e pesca. Portanto ali os *panhĩ* (índios), acampavam em barracas improvisadas, dormiam, caçando e pescando. Passavam dias e noites, depois voltavam para a Aldeia Alegria.

6.3 - Espaços territoriais: formação de aldeias na trajetória histórica

Após longa permanência na Aldeia Alegria, os Apinajé migraram mais para o interior do território, a procura de um lugar mais seguro. Assim, distanciando-se das pressões dos não índios, chegaram à região que abrange a antiga Botica, Gato Preto⁸ e

⁸ **Gato Preto** – nome dado pelo Nimuendaju referente a um córrego pequeno onde existia uma aldeia, próximo da antiga Aldeia Botica. Na verdade o correto seria **Gaxprêk**. Esse é o nome pessoal feminino muito utilizado entre os Apinajé e também para se referir a esse córrego que existe até hoje. Como naquela

Cocalinho. Essas três aldeias eram o espaço de circulação dos Apinajé, após terem abandonada a Aldeia Alegria. Parte do grupo voltou em direção ao Rio Tocantins, mas terminou ficando no meio do caminho e fundou Aldeia Bacaba. O restante do grupo ficou na Botica. Segundo informação do Miguel *Wanhmẽ*, foi nesta pequena aldeia Bacaba nasceu um grande líder chamado José Dias Roxo *Mãtyk*, que comandou a sua comunidade. Um dia seu companheiro, *Zezinho Tekator*, convidou *Mãtyk* e sua família, para um passeio de campo, no local onde está localizada atual aldeia Mariazinha. Lá permaneceram alguns tempos. Depois, *Mãtyk* resolveu voltar para Bacaba com sua família, ficando para trás *Zezinho Tekator* na Mariazinha. *Mãtyk* liderou seu povo na Bacaba, por um bom período, provavelmente na época em que já se encontrava o Curt Nimuendaju em sua chegada no território, o primeiro pesquisador antropólogo no século XX. Depois de alguns anos a Bacaba passou a ser chamada de aldeia São José enquanto a Mariazinha mantém o mesmo nome. Portanto, essas são duas aldeias referentes para as demais aldeias vizinhas.

Além de todos os espaços por onde existiam as aldeias indígenas, Miguel *Wanhmẽ* relatou outras informações interessantes para mim de que há outros espaços territoriais ocupados pelos Apinajé, onde formaram as aldeias nesse percurso de trajetória. Entre os lugares mais lembrados na memória estão *Krur kô*, nome definido pelos próprios índios, onde existiam muitas canajubas e taquaris, material para confeccionar flecha. Fica próximo a antigo Mosquito, atualmente é município de Palmeiras do Tocantins. Na proximidade do encontro com os rios Mumbuca e Gameleira, no local chamado Seco Grande é exatamente neste lugar que existe uma pedra escrita (*kẽn kagà*) que os velhos contam. Ali havia aldeia também. Hoje é formado por pequeno grupo de moradores no local chamado Jatobá. Do lado leste da margem do Rio Araguaia, havia formação de aldeias em diferentes locais como São Vicente, onde está a cidade de Araguatins. Na proximidade de Macaúba, atual

época não tinha escrita Apinajé, o pesquisador provavelmente fez uma comparação do som entre os dois termos na língua Apinajé e no português terminou adotando **Gato Preto**.

pequena cidade, ali havia local de uma aldeia também. Segundo Miguel *Wanhmẽ* em seu relato, na oportunidade em que ele estava com seus colegas de passeio nestas localidades foram informados por moradores não índios, que ali havia aldeias próximas a Araguatins e Macaúba. Em direção a leste do território, outro local de aldeia perto da cabeceira de pequeno córrego Joãozinho, denomina na língua *Wrým Prêk*. A mesma foi mudada de alguns tempos para um novo local entre os ribeirões de São José e Bacaba. Depois mudou para o alto do planalto do outro lado do córrego São José. Esta mantém o nome por causa do córrego e, em 1983, a mesma aldeia foi transferida para baixada entre os dois ribeirões de São José e Bacaba, onde se mantem até hoje.

Segundo Miguel *Wanhmẽ* afirmou, provavelmente da Aldeia Alegria de lá para cá é que os Apinajé se espalharam em pequenos grupos e famílias e no decorrer dos tempos formaram suas aldeias pelo território. No conhecimento dos velhos, as aldeias mais significativas nesta trajetória de passagem eram Alegria, antiga Botica, Gato Preto e Cocalinho. Já a São José e a Mariazinha se remete numa história mais recente na trajetória de migração dos Apinajé pelo território. Até porque não tem uma comprovação oficializada das aldeias mais antigas muito antes da chegada dos primeiros pesquisadores em terra indígena Apinajé. Nos referidos locais de aldeias citadas acima, a maioria se encontra fora da terra indígena, às outras como antiga Botica, Gato Preto, Cocalinho e *Wrým Prêk* estão dentro da terra indígena.

Dessa forma, Miguel *Wanhmẽ* me disse que o território dos Apinajé naquela época se estendia desde as margens dos rios Araguaia e Tocantins. Então na época em que o território não era delimitado, os índios podiam andar livremente de espontânea vontade. Historicamente o território é muito mais amplo do ponto de vista dos mais velhos. Apesar de ser delimitado, com aceitação muito dos velhos questionam o tamanho da terra indígena que não é suficiente para futuras gerações. O próprio Miguel *Wanhmẽ*, e as outras pessoas

entrevistadas durante a minha pesquisa, disseram que os melhores solos de qualidades para agricultura, os rios e matas para dar condição à prática de caça e pesca, ficaram fora da terra indígena, bem como os rios Araguaia, Tocantins, Mumbuca, Gameleira com as matas que margeiam seus cursos.

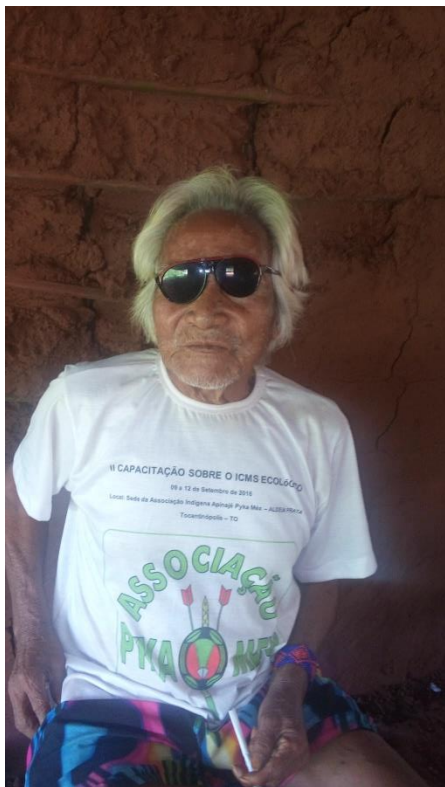


Figura 3 – Miguel Wanhmẽ (Foto: Cassiano Apinagé)

Outro relato interessante que o Miguel *Wanhmẽ* trouxe para essa discussão são as histórias narrativas mais significativas, que tem a relação com a trajetória de passagem pelo território. Entre elas estão o *Pẽp Pyxihti*,⁹ uma história que retrata a vida de um jovem Apinajé, submetido a um ritual de *Pẽp Kaàk*, (iniciação dos guerreiros). Provavelmente em uma dessas aldeias, na região de Araguatins e Macaúba é que o *Pẽp Pyx0ihti* saiu para visitar os *Kupẽ Rop* (os homens cachorros), em busca de missanga do outro lado do Rio Araguaia. O ataque aos *Kupẽ Nhêp* (homens morcegos), ocorreu também provavelmente no espaço de

circulação entre as aldeias de Araguatins e Macaúba. Miguel *Wanhmẽ* acredita que no Cocalinho, antiga Botica, Gato Preto e *Wrym Prêk* não tem relação significativa com os fatos, porque as histórias destas aldeias são um pouco mais recentes. Da mesma forma, a

região que abrange as aldeias de Araguatins e Macaúba também coincide com a história de *Jõêti*, um homem que saiu sozinho para caçar e foi capturado pelos *Gôhkrãmjkjêere* (povo canoeiro), mas foi resgatado e trazido de volta para a aldeia pelo seu irmão. A antiga Botica e *Wrym Prêk*, tem a relação com a história de *Kuwênh Kauure* e

⁹ Sobre essas narrativas, ver Apinagé, C.S e Giralдин, O., (No prelo).

Nohkààre, dois guerreiros Apinajé inimigos mortais que mantinham relação de conflitos entre si e com outros povos vizinhos.

Baseada nos fatos relatados, Miguel *Wanhmê* aponta a importância de conhecer a história do seu povo, por isso disse:

Eu costumo contar histórias para aquelas pessoas que tem interesse e se eles perguntarem eu conto. Não tenho muita experiência, mas posso repassar aquilo que aprendi, uma vez que seu Jairo já falecido me perguntou e eu contei um pouco da história de *Pêp Pyxihti*. Outras pessoas não me perguntaram sobre os conhecimentos da tradição ou até mesmo a trajetória histórica e formação de aldeias do nosso povo no território habitado. Eu vejo as pessoas da minha idade, não sabem os conhecimentos da nossa tradição, por isso não repassam e os jovens não aprendem. Alguns conhecimentos podem até não acabar como por exemplos as cantorias com maracá no pátio. Alguns jovens pratiquem, demonstram seus interesses de aprender, normalmente em cantorias no pátio e nas apresentações em escolas.

Na pa te mẽ kãm awjarê mẽ kãm hprãm xwỳnhjê mã nhũm te mẽ ahkukja pa mẽ kãm awjarê. Ixàhpumumh rax kêt no âm pa amnhĩ xô hã mẽ kãm ixàhpumunh kwỳ jaré jakamã na pre Jajti ra tykja ixkukja pa pre kãm Pêp Pyxihti hã mẽ ujarênh kwỳ jarê. Nhũm mẽ hkwyjê. Nhũm mẽ kwỳjê ixkukjêr mẽ àhpumunh kumrêx xy pê rý amnapêm pa kwỳjê kot pyka hkôt hapôx nê krĩ nhípêx xy pê mẽ ujarênh pyka kamã pa hã harênh. Nê ixpimrãkjê mẽ kot mẽ pa xàhpumunh kumrêx pumunh kêt já ho amnhĩ xô hã mẽ nywjê mã harênh ket nhũm já pumunh kêt nê. kot apu mẽ àhpumunhjajê tanhmã amnhĩto nê hapêx kêt nê kãm ga gôhtax o gãm mẽ grerja. Na te kamã mẽ nywjê kãm já prãm o já kôt ri ho amnhĩkati hkwy pumunh prãm tanhmã gãm mẽ ôkrepôx o ri mẽ kãm iskorejê kamã âm ho amnhĩkati.

Vale ressaltar que essas histórias narrativas tem a relação direta com os Apinajé, ao longo do processo migratório no espaço territorial. As outras pessoas consultadas em seus depoimentos tiveram a mesma afirmação que o Miguel *Wanhmê*, trouxe para essa discussão. No entanto é primordial identificar os lugares e compreender o processo de migração nos espaços ocupados pelos Apinajé. Tem o sentido relevante para a formação de conhecimento sobre o território. Ainda reforçou o Miguel *Wanhmê*, em seu depoimento, a questão da história de formação de aldeias em nosso território e o acontecimento dos fatos que diferem a história dos Apinajé são bastante complexos. Por isso, durante a minha visita nas comunidades, nas coletas de dados em depoimento das pessoas entrevistadas, percebi

diferentes relatos dos fatos e dos acontecimentos apontados em relação à passagem e a formação de aldeias no território Apinajé.

Dessa forma a trajetória dos Apinajé pelo território foi marcada pelo motivo de situações de conflitos com seus parentes vizinhos, após a divisão interna ocorrida desde a aldeia situada entre os córregos Colodino e Cinzeiro. No depoimento da Josina *Ire* ela disse que depois de ter se desvinculado dos seus parentes vizinhos, os Apinajé se mantem firme com seu grupo, apesar em número de pessoas pequenas. Resistiram por longos períodos, contra todo tipo de problemas, sejam doenças ou conflitos propriamente dito. Continuando Josina *Ire* relatou que a Aldeia Cocalinho, teve uma época em que o vírus de uma doença desconhecida afetou e quase dizimou a população inteira, restando em um grupo bastante reduzido. Na interpretação dos mais velhos, as mortes eram causadas pela feitiçaria de um pajé Kayapó com seus poderes mágicos. Algumas famílias refugiaram da doença para Aldeia Bacaba para se proteger, outras foram para antiga Botica e Gato Preto. Posteriormente mudaram para atual São José. A população superou, depois de ter afetada pela epidemia disse Josina *Ire* em seu depoimento.

7 - Análise da descrição

Nesse sentido, o contato dos Apinajé com os não índios neste período se remete a uma socialização bem pacificadora diante da influência da missão religiosa, que vem mantendo, ao logo dos anos, com os índios para torná-los um povo catequizado voltado para a crença religiosa. A resistência contra a imposição de cultura da sociedade dos *kupê* (não índios), pelos *panhĩ* (índios) se deu ao longo deste período, através de uma série de propostas como estratégias para pacificar principalmente o cacique, depois se expandiram aos demais membros da comunidade. O que se percebe é que os Apinajé naquela época resistiam não somente na relação de conflito com os não índios, como também na situação de proposta de ganância. É justo que a luta pela manutenção da cultura indígena e o direito

de ser como índio tem sido uma situação real entre muitos povos indígenas atualmente. No caso dos Apinajé, sem dúvida a forma dos não índios entrarem no seu território naquela época, se configura numa guerra pacífica e ideológica, justamente com intensão de transformá-lo em um povo civilizado com base do pensamento da igreja católica. Assim os Apinajé, passaram a ser um povo voltado para ideologia da igreja, acreditando em uma verdade única, segundo o desejo da missão religiosa.

Por essa razão, desde então o meu povo incorporou o pensamento religioso com a influência da missão religiosa com aparecimento de santa na margem do Rio Tocantins. No entanto, o que se percebe hoje é que na maioria das comunidades existem festejos de diferentes santos como padroeiros comemorados pelos *panhĩ* (índios). Da mesma forma ocorre nos povos Krahô e Krikati, a comemoração de determinados santos padroeiros das aldeias, com exceção de Gavião e Canela do Maranhão, que não tenho informação do fato. Então em função disso é percebido com frequência as comemorações em devoção de santos, que ocorrem em grande parte das aldeias Apinajé, embora se reconheça que isso não são festas da cultura indígena praticadas pelos próprios índios dentro das aldeias que mantem ainda forte como fossem festas tradicionais desde os períodos de contato com o grupo religioso, até os dias atuais.

Sobre os Kayapó, outro grupo que os Apinajé consideram seu parente próximo, não foi obtido nenhuma informação precisa, sobre a questão da devoção e comemoração de diversos santos em suas aldeias. Foi o único grupo que os estudos antropológicos não apontam como povo Timbira, mas que os Apinajé consideram seus parentes muito próximo historicamente, pois apresentam aspectos culturais bem semelhantes. Com base nas informações dos velhos, pude perceber que após a divisão interna, os grupos se tornaram rivais. No processo de pacificação promovido pelos interventores dos representantes governamentais em território Apinajé, causou a situação de conflito mais intenso ainda

entre os grupos vizinhos. Neste caso, o interesse maior era contar com apoio das comunidades indígenas mais numerosas e organizadas justamente para dominar aquelas comunidades pequenas, ou seja, fazer com que os próprios índios brigassem entre si para depois terem domínio, com intuito de explorar as riquezas no território indígena Apinajé.

Partindo desse pressuposto, é importante para mim este trabalho de pesquisa sobre a história de diferentes espaços territoriais pelo meu povo, em toda trajetória de passagem no território não delimitado. Portanto o impacto da conquista dos não índios sobre a população do meu povo foi imenso, e que provavelmente o domínio se ampliou para os demais grupos indígenas. Os próprios velhos consultados, em seus relatos afirmaram que os Apinajé mantinham relações de conflitos com os outros grupos indígenas, inclusive com seus parentes Timbira depois da separação.

Para obtenção das informações nesta parte de análise da descrição eu vejo que há duas possibilidades de se desenvolver um texto: de um lado, os diferentes tipos de documentos escritos em diversos contextos pelos autores e seus descendentes; do outro, as tradições orais e a mitologia do meu povo. Ambos os grupos de documentos apresentam um expressivo potencial informativo, mas utilizei somente as tradições orais e mitologia indígena conforme o atestado pela boa qualidade de conteúdos e ideias sobre a história do meu povo, que tem surgido desde os tempos remotos até os dias atuais. As histórias do mito, então definidas como narrativas, são verdadeiras e diversificadas internamente, que compartilha o fato de acreditar nos mitos e que os escolhe como forma privilegiada de pensar o mundo e expressar suas concepções. Neste caso o meu povo entende que as narrativas míticas contam verdades, especialmente os mais velhos e não quaisquer verdades, mas grandes verdades importantes que todos precisam conhecer.

Um das maneiras pelas quais especialistas costumam conhecer os mitos, inclui sua definição como narrativas orais, que contêm as verdades consideradas fundamentais

por um grupo indígena e que formam um conjunto de histórias dedicadas a contar. Para o meu povo os mitos narrativos falam complexos problemas filosóficos com que os grupos humanos, por sua própria condição no mundo, devem se defrontar. Na concepção indígena, as narrativas têm muitas camadas de significação e, no contexto em que tem vigência, são repetidamente apresentadas ao longo da vida dos indivíduos. À medida que amadurecem social e intelectualmente, vão descobrindo novos e insuspeitos significados nas mesmas histórias de sempre, por debaixo das camadas já conhecidas e já compreendidas. É assim que os povos indígenas conseguem apresentar conhecimentos, reflexões e verdades essenciais em uma linguagem que é acessível já às crianças que, deste modo, muito cedo entram em contato com questões cuja complexidade irá aos poucos descobrindo e compreendendo.

“É por todas estas razões que os mitos narrativos dos povos indígenas, em sua plenitude é de muito difícil compreensão. As verdades que dizem e as concepções que contêm, embora refiram-se a questões pertinentes para todo” povo (Lopes da Silva, 1995 p.328), no caso os Apinajé, são articuladas e expressas com valores e significados próprios, a cada cultura diversificada. Para chegar a esses valores é, portanto, essencial um conhecimento bastante denso dos contextos socioculturais que servem de referência à reflexão contida em cada história narrativa.

Retomando a discussão sobre a problematização na trajetória histórica do meu povo no que diz respeito à territorialidade e a formação das aldeias, esse tema abordado foi que me levou ao interesse de desenvolver uma pesquisa de campo. Outro motivo, pela fascinante diversidade histórica e uma imensa complexidade de conhecimentos culturais que ainda não foi revelada pelo estudo feito até no momento. Acredito que ainda muitas informações deixaram de constar nesta pesquisa, mas em grande parte foi obtida graças aos anciãos das aldeias, que foram meus colaboradores fundamentais para que seja feito o

trabalho sobre a história de passagem e de aldeias no território Apinajé. No entanto é de fundamental importância fazer pesquisa sobre as histórias indígenas como forma de preservar, que possui contribuição importante para a existência dos conhecimentos tradicionais. As tradições orais já não bastam. É preciso pensar em outra estratégia para manter vivos os conhecimentos tradicionais do meu povo. E a pesquisa como essa tem o sentido significativo no contexto indígena como outra estratégia de preservação.

Capítulo 2

Meio Ambiente e o Conhecimento Tradicional. Uma Maneira Tradicional de Explorar o Meio Ambiente

A maneira tradicional de explorar o meio ambiente é composta por uma série de fatores que definem o jeito que os Apinajé se relacionam com meio ambiente. A análise e reflexão desse pensamento a qual serão desenvolvidas nas discussões nesta seção, ao longo da exposição a cerca do conhecimento sobre a exploração do meio ambiente da forma mais tradicional no território Apinajé. Assim, a discussão das ideias estará focada no sentido de contextualizar o conhecimento que é simultaneamente material e espiritual em que os seres humanos geralmente não estão separados daquilo que os não índios concebem como o “mundo natural”.

Entre os povos indígenas são percebidos pelos pesquisadores a não separação da natureza e da cultura. Entre os Makuna, de maneira similar, os animais de caça e muitos outros animais terrestres e voadores são referidos em seus aspectos essenciais espirituais (Kaj Arhen, 1996, p. 4).

As relações do povo Xavante com o cerrado são percebidas como a importância na cosmologia e a visão de natureza desse povo. O conceito de Ró, para os Xavante o qual é a representação de seu território/mundo e o cerrado como complexo concêntrico o mais interior é a formação da aldeia, o quintal e logo depois as roças, seguido pelos cerrados com as plantas, animais e com os espíritos (Gomide, 2011, p. 123). Da mesma forma entre os Achuar a maior parte das plantas e animais possui **espírito** (wakan) semelhante a dos humanos (Descola 1996 p. 245). Nessa posição diversos povos indígenas compreendem os elementos da natureza como as mesmas condições humanas é o caso dos Achuar (Descola, 1996) e os Makuna (Kaj Arhem, 1993) categorizam as plantas, os animais como pessoas.

Para os Ràmkkòkamekra/Canela, as plantas da roça e do cerrado são gente, povos, nações diferentes dos muitos rituais aprendidos pelos kaj – xamã (Soares, 2010, p. 122). Por isso os seres da natureza recebam o mesmo tratamento: as plantas, os animais e os próprios Ràmkkòkamekra/Canela (idem, 124). Para os Yawalapiti povo indígena do Xingu, as concepções míticas apontam que os animais eram humanos e deixaram de sê-los. A humanidade no passado é o fundo comum da humanidade e de animalidade (Castro, 1996, p. 481). Ainda de acordo com autor (idem, 481), nas mitologias indígenas todo mundo é humano, apenas uns são menos humanos que os outros. Vários animais são muito distantes dos humanos. Mas são todos ou quase todos têm na origem humana, o que vai ao encontro da ideia do animismo, a de que o fundo universal da realidade é o espírito.

Os Apinajé são mais um grupo que pensa o universo unificado através do compartilhamento de elementos, os espíritos presentes tanto no reino animal quanto no vegetal. Tais elementos mostram que também para os Apinajé não se aplica aquela dicotomia clássica do pensamento das sociedades, separando natureza e cultura. Para os Apinajé os elementos da flora são considerados mais fortes dos elementos da fauna, de maneira que quase todas as coisas existentes da natureza possuem espírito imperitamente. Os espíritos possuem duas partes: uma mais forte e a outra mais fraca (Giraldin, 2004).

Na seção seguinte aborda a minha versão sobre experiência vivida junto ao meu povo na relação com o meio ambiente no território habitado. A representação da natureza para os Apinajé difere tanto nas concepções míticas, histórias e a realidade vivida que considera importante como espaço territorial primordial para seu modo de vida. Nesse sentido a natureza é como fosse uma mãe para todos, pela qual mantem a relação de respeito, de harmonia com todos os elementos constituintes, plantas, animais e espíritos. Eu interpreto que a natureza não é apenas um espaço para retirar recursos e sim um espaço de produção de conhecimentos e aprendizagem, para os Apinajé. Dessa maneira os Apinajé

dependem da natureza e vice-verso. Um caso bem semelhante de como Maria Cereda Gomide interpreta entre os Xavante o conceito de Rò (cerrados). Não é apenas uma fonte de recursos, mas deve ser entendido como uma especialização das relações entre os diferentes sujeitos que habitam o cosmo e que, no entanto, os Xavante dependem do cerrado e o cerrado depende dos Xavante. Da mesma forma o cerrado depende dos animais e os animais dependem do cerrado. Entre os Apinajé não é diferente. A dependência da natureza é tida para garantir o seu futuro enquanto um povo indígena.

Para trabalhar com detalhe quero aprofundar mais o meu discurso em relação algumas formas de explorar o meio ambiente destacando alguns exemplos, seja do conhecimento da cultura material e imaterial. Os Apinajé interpretam os Mëkarõ (espíritos) como aquela parte interior do corpo seja de animais, vegetais e humanos e podem ser percebidos e vistos somente pelos wannga (pajé). Essa observação é notada pelo Giralдин, em suas pesquisas na década de 90 entre os Apinajé e que há comunicabilidade entre os mëkarõ e os wannga. Os espíritos expressam seu sofrimento na forma de um choro chamado **më mÿr mãati** (choro e canto especializado). Este choro e canto são ouvidos pelos wannga (pajé) e repassado para algumas mulheres especialistas chamadas de **mÿr maati nhõxwÿnh**, ou seja, aquelas que conhecem e executam o choro (më mÿr mãati). São aquelas mulheres que estão interessadas em aprender tais cantos e em preservá-los, executando-os em situações cerimoniais apropriadas, sobretudo durante situações de liminaridade, tais como nos velórios e nos rituais de entrega de enfeites pelo amigo formal (Giralдин, 2004)

A questão do uso do espaço e o tratamento com as plantas e animais também está focada na cultura Apinajé. Os filhotes de animais silvestres são tratados com carinho em caso são dotados como animais de estimação, bem como os Apinajé costumam criar os animais da floresta. O tratamento está mais ligado sob responsabilidade do tratamento

maternal e assim tratando como fosse filho pela mãe de modo que quando o animal morre, a dona pode até chorar a perda da sua criação de animal seja da floresta (macaco, veado, papagaio, arara, caititu, cutia...) ou de casa (cachorro) especialmente as mulheres idosas que tem mais a relação de afinidades com os animais. Ocorre da mesma forma com as plantas da roça, as mulheres tratam suas plantas da roça como fossem seus filhos. Segundo Giralдин, (2004) as mulheres ao tratar das plantas das suas roças tratam-nas como mães e aos maridos como pais, por isso quando ao preparar o terreno da roça para plantar cuidam, de retirar todos os matos para deixar o terreno limpo e é para ficar como o terreiro de casa. Ainda segundo (Giralдин, 2004), as mulheres não podem plantar seus filhos num terreiro sujo, pois uma roça má cuidada, cuja dona deixa suas plantas sufocadas pelas ervas daninhas, possibilita as plantas se externarem seus sofrimentos através dos cantos chamados **mě myr**. Eu vejo que por essa razão as mulheres Apinajé gostam de varrer os terreiros das casas e os quintais para manter o zelo do ambiente onde mora.

Uma observação semelhante como essa foi identificada entre os Ràmkhòkamekra/Canela. Segundo Soares, 2010 p. 124, pahi (chefe) da aldeia não deve deixar a aldeia no mato suja e necessita está sempre limpa sem mato, pois ao contrário sujeira com mato as doenças podem chegar e se abrigar numa moita e ficar na espreita até atacar alguém. Por isso é preciso que a aldeia esteja sempre limpa e bem cuidada para estar saudável e socialmente adequada. No caso as plantas com mato podem ficar doentes e abonar as roças. Portanto roça bem cuidada é roça saudável e sem doenças.

A questão do uso do solo e a madeira também é um fator frequente entre os Apinajé na exploração do meio ambiente. A princípio os Apinajé não tem interesse de plantar roças em grande escala para a venda no mercado e se isso acontecesse já não teria mais matas na reserva. A produção é feita de acordo com a necessidade é somente para o consumo. O preparo do solo para o plantio tem o hábito de queimar. Isso para deixar a terra fértil, um

adubo orgânico e adequado. No ano seguinte já não é mais utilizado o mesmo solo, pois assim vai se recuperando da degradação da ação do fogo. Passando por dois anos o solo já estão praticamente recuperados prontos para serem utilizadas novamente para o plantio. Da mesma forma ocorre com a madeira que é um recurso importante para a construção de casas, também é explorada de forma controlada. Os Apinajé têm consciência sobre o uso dos recursos. Sabem que são do uso exclusivo para suas necessidades, não podem comercializar, pois existe legislação governamental que os proíbe. O único recurso que os Apinajé não contam em seu território é o minério, (ouro e prata), os demais recursos como caças, peixes e frutas silvestres serão comentados adiante.

Continuando a questão da relação dos Apinajé com o meio ambiente é andando, caçando e pescando pelo território que se aprende a conhecer o meio ambiente e também praticando algo a cerca do mundo indígena. Foi assim que os Apinajé se adaptaram ao meio ambiente, por fatores sociais e culturais, que permitiram desde então o conhecimento sobre o seu território. Os próprios lugares em diferentes espaços do território, como a formação das aldeias e os acampamentos, geralmente os lagos, os rios ou igarapés e as matas são pontos de referências para caçar, pescar e a coleta de frutas silvestres como tradicionais atividades de subsistência. Não é diferente do passado. Há muitos tempos atrás à história de **Kuwênh Kauure** e **Nohkààre** retrata que os Apinajé sempre saem em grupo para caçar entre as matas de cabeceiras e os cerrados, sempre mantém vigilantes aos inimigos que venham atacar. Neste caso as matas de cabeceiras servem especificamente para caçada ao mesmo tempo impede a visibilidade ao observar o sinal dos inimigos devido às árvores altas e fechadas da vegetação. Já o cerrado serve tanto para caçada quanto para observar o sinal dos inimigos através da fumaça, pois a vegetação é baixa possibilitando a visão mais aberta. Outro ponto de acampamento para os grupos de

caçadores Apinajé, costumam-se dar próximo aos rios, por onde os inimigos costumam atacar pelas águas de embarcações.

Nos tempos atuais, os Apinajé costumam sair para caçar e pescar em grupos. E se forem passar mais dias fora da aldeia, é no verão o período mais viável, levando esposa e filhos, sem preocupar com a chuva. Já no inverno normalmente só os homens que saem para caçar e pescar de grupo ou até individualmente e não permanecem mais tempo fora da aldeia, retornam ao mesmo dia. É por isso que historicamente cada espaço utilizado recebe o nome de acordo com aspectos de um determinado lugar da natureza, podendo ser a cabeceira de um córrego, um rio, buritizais, bacabais, serra, caatinga, cerrado e caverna. São os lugares apropriados para a atividade de caça e pesca de coleta de frutas como forma de explorar o meio ambiente dentro do seu território.



Figuras 4 e 5 – Resultado de caçada (fotos: Odair Giraldin)

Durante a passagem pelo território ao longo dos anos, os Apinajé se apropriaram aos lugares mais preferíveis para se adaptaram ao meio ambiente com uma série de atividades e aldeamentos. Alguns desses lugares são como marco da passagem, que ficaram na memória dos mais velhos como lembrança do passado. Como por exemplos os

rios como espaço para explorar o meio ambiente: a margem do Rio Tocantins e seus cursos, os rios Mumbuca e Gameleira. Há também os córregos Ribeirão Grande, Botica, Raiz, Matrichã, São Martins, Ribeirão dos Caboclos e parte de São Bento. Outros córregos menores como pontos importantes na história: Ferosa, Tocada, Gato Preto/Gaxprêk (Gaxprêk) e incluindo os córregos de São José e Bacaba. Ainda os pontos considerados para exploração ao meio ambiente como Lago Grande, Água Branca (Pykàkre), a barra do córrego Pira (Gôm Kakwỳnh), Seco Grande próximo à pedra escrita (kên kagà) no Rio Gameleira, a mata da Patizal (Pààre Ryti), a cabeceira da Tocada, Ronfundo (Hinuti), Lagoa da Mata perto da mata da Betânia, Regal (cabeceira da Raiz), a mata da Matrichã (Kamêr Kô) e caatinga da Serrinha (Kaxware). Ainda outros pontos de passagem: Serra Morena e caverna de morcego (Nhêp Kre) e muitos outros.

Todos esses lugares mencionados foram marcantes na história de passagem e que ficaram até hoje na memória como lembrança do passado. No caso, os rios e córregos são os pontos extremamente importantes para as atividades de pesca de maneira equilibrada com a utilização de arco e flecha. No tempo de hoje é utilizado o anzol, instrumento incorporado da cultura kupê (branco). É raramente a utilização da rede e arpão entre os Apinajé, outros instrumentos que vieram do branco. Mas tradicionalmente o processo de tingujada é a forma tradicional, usada pelos Apinajé, desde muitos tempos, ainda é praticada quando precisa. Essa prática é raramente utilizada devido à diminuição de peixes que se encontra nos córregos em terra indígena. A prática de matar com arco e flecha também tem sido diminuída bastante nos últimos tempos. Os velhos experientes em atirar com arco e flecha já não existem mais e os jovens de hoje conhecem, mas não tem a prática de uso como os velhos que tinham no passado. A falta de interesse é um dos motivos que levou os Apinajé a distanciar pelo uso de arco e flecha que é tradicionalmente o seu instrumento para caçar.

Outras localidades que representam funções para a prática de caça, além dos rios e córregos são os lugares de acampamentos compostas por matas, cerrados e cabeceiras, com finalidade exclusivamente para caçar. No caso, as atividades de coletas de frutas, geralmente os Apinajé costumam sair da aldeia em grupo onde há aglomeração de bacuri, bacaba, juçara, buriti e cajuí. Apanham as frutas e não precisa passar dias, fora voltem no mesmo dia para a aldeia.

Os lugares mais preferidos no território exclusivamente para as atividades de caça e pesca fora aqueles que os Apinajé consideram mais importante. A Água Branca (Pykàkre), ali se dedicavam a pesca, porque no lago existia abundância de peixes tipo cascudo (kêêre). Passavam dias e noites no verão, pois nessa época as águas do lago tornam muito baixas. É aproveitado o nível das águas, feito a barreira com madeiras e folhas por onde é corrente, depois esperem por alguns dias, até que fica toda represada. Em seguida é desmanhada a barreira, os peixes descem pela água corrente e se espalham pelo canal. Os peixes são apanhados com cofo ou até mesmo catados com as mãos.

Seco Grande (**Gôm Kakwÿnh**), onde é realizada a pesca de cari (pàrkati), nos buracos de pedra, também é apanhado com as mãos, pois no verão a água do Rio Gameleira é rasa quase seca. O Regal, (cabeceira do Ribeirão Raiz) onde os Apinajé se dedicavam somente a caçada, como também a caatinga da Patizal (**Pàreryti**) e a Serrinha (**Kagããre**). A mata da Matrichã (**Kamêr Kô**), no oeste do território, ali os Apinajé se dedicam a caça, pesca e coleta de frutas como a bacaba. A região de Cocalinho entra-se boa quantidade de bacuri, desde a circulação dos Apinajé a este lugar no tempo atual. Normalmente para apanhar o bacuri, costuma se deslocar em grupo de homens e permanece uma semana no máximo para depois retornarem a aldeia.

1. Exploração dos elementos no meio ambiente em diferentes espaços

No passado as frutas silvestres serviam exclusivamente para consumo com a finalidade única. Hoje, além de consumo, algumas dessas frutas como o bacuri é tirada a polpa que é vendida na cidade como forma de ganhar dinheiro. A outra como o cajuí é



Figura 6 – Jovens cobrindo casa (foto: Cassiano Apinagé)

encontrado no cerrado do território tem a finalidade para tanto para consumo quanto para a venda também. A bacaba, juçara e o buriti são aproveitados para consumo da comunidade e raramente são vendidos na cidade. Cada um

desses elementos são encontrados em espaços diferentes no território e são aproveitados de maneira tradicional e controlados. O bacuri é uma fruta típica do cerrado e da mata, só é aproveitado os frutos quando caem ao pé depois madura. Podem ser consumido direto do fruto ou é retirada a polpa para vender aos não índios. O cajuí é encontrado em todo o cerrado do território, típico da vegetação rasteira, fornece o fruto para consumo e a casca para remédio natural. O fruto cai ao pé depois de maduro ou, como o pé é baixo simplesmente se sobe e sacodem os galhos, os frutos caem depois são apanhados ao chão. A bacaba encontra-se na mata em algumas partes do território, dela é aproveitada o fruto para extrair suco. A bacaba ao contrário das outras é necessário subir ao pé para tirar o cacho, depois desce com ele ao chão. A juçara é encontrada nas margens e nas cabeceiras dos córregos. Da mesma forma da bacaba, a juçara é subida ao pé para tirar o cacho, depois desce ao chão em seguida é debulhado. Para os Apinajé a juçara é aproveitada somente o fruto para consumo humano e no passado nossos avós usavam o cacho da juçara para

varrer. O buriti é uma palmeira enorme e alta que se encontra nas margens de córregos, lagos e nas cabeceiras. O buriti também não se sobe ao pé para tirar os frutos, eles mesmos caem quando forem maduras depois são apanhados. Podem ser consumidos direto do fruto ou é extraído o suco para tomar.

A madeira possui diversas espécies é encontrada tanto no cerrado quanto na mata do território. A utilidade da madeira para os Apinajé é mais para a construção de suas casas. Para a construção é necessário à escolha do tipo de madeira como aroeira da mata e do cerrado, a cacha morra preta do cerrado e cacha morra branca da mata, pindaíba da mata e do brejo e tantas outras madeiras brancas da mata existentes em terra indígena. Outros recursos muito utilizados é o coco babaçu que é aproveitado as amêndoas, para extrair azeite, que no passado fazia parte da culinária dos Apinajé. Do coco é aproveitada a casca para fazer a queima (carvão), a palha serve para cobrir as casas e do caule se faz as toras par fazer a corrida que é uma atividade cultural como parte da festa da tradição.

Já as caças, quase todas as espécies existentes no território encontram-se tanto no cerrado quanto na mata, menos a ema que só encontra no cerrado e a paca na mata. As caças são abatidas com arma de fogo em ceva, em espera e em varrida nos períodos da tarde ou noturnos.¹⁰ Durante o dia, geralmente é mais preferível caçar individual e em grupo com os cachorros e a noite também. Nas esperas e nas varridas não precisa cachorros. A pesca é outra atividade praticada, mas com algumas modificações no procedimento. Os peixes são encontrados em rios, córregos e lagos como o único espaço para pescar. O maior rio que faz o limite a leste da reserva é o Rio Tocantins. Como já foi comentada no capítulo I que a atividade é praticada mais com anzóis, em alguns casos é

¹⁰ Ceva é a colocação de comida para atrair a caça para ser abatida. Espera é quando caçamos ficando esperando a caça chegar para comer alguma fruta da estação, tipo a flor do pequi, a fruta merindiba, o cajá, manga, jatobá, buriti. A caçada de varrida consiste em abrir um caminho na mata e varrer para ele ficar bem limpo. O caçador caminha nesta varrida durante a noite, com cuidado para não fazer barulho e para não espantar a caça. Quando ele ouve o barulho de um animal, acende a lanterna, mira e atira.

adotada a velha prática de tinguizar da planta chamada ahkrôôre (tinguir) e ahkrôhti (cipó bravo). As plantas são maceradas e colocadas no curso d'água. O efeito dessas plantas faz com que os peixes fiquem entorpecidos de modo que facilita a captura. A prática de flechar os peixes já não era mais praticada pelos Apinajé, mas que no passado era muito usado pelos mais velhos, pois hoje a nova geração não tem interesse em usar arco e flecha.

2. De aldeias para as aldeias: um espaço de circulação no universo Apinajé

Nesta seção será discutida a relação dos jovens com o espaço do meio ambiente dentro território. A aldeia representa aos jovens o fluxo de concentração de indivíduos que possuem o costume e tradição. Partindo desse pressuposto os jovens na verdade não tem uma visão ampla sobre o conhecimento do território nem na prática cotidiana. O que é observado em relação ao universo de circulação dos jovens quando normalmente se deslocam de aldeias para aldeias ou aos lugares distantes para uma atividade de caçar, pescar ou coletar, eles geralmente vão de transportes como caminhão, caminhonete, moto e bicicleta como meio de deslocamento. Alguns deles tem andado com as pessoas conhecedoras do território, mas são bem próximas às aldeias. Significa que não é suficiente, por isso a grande maioria não conhece os lugares mais distantes, justamente por conta de não andar para conhecer.

Outra forma de deslocamento costuma-se andar a pé, isso quando para lugares bem próximos a aldeia ou até mesmo para realização de uma atividade. Em grande parte das aldeias se encontram bem próximas umas das outras. Isso permite que os jovens pudessem circular livremente dentro do universo indígena e aquelas bem distantes eles costumam ir só de carro. Ao contrário dos velhos experientes que possuem uma vasta riqueza de conhecimentos relativos ao seu ambiente, construído ao longo de séculos. Este conhecimento não inclui somente informações sobre diferentes espécies de animais e plantas, seus comportamentos e suas atitudes, mas também informações sobre o modo

como aspectos do universo se inter-relacionam. Na minha experiência, que eu tenho junto ao meu povo, entendo que para os povos indígenas o conhecimento do espaço do ambiente é importante para a circulação, para a realização das atividades práticas, de produção de conhecimento e para garantir a própria reprodução da sociedade, enquanto povo indígena sobre o qual circula todo processo de aprendizagem. Neste caso, a dependência dos Apinajé com o espaço do território é uma relação de necessidade, pois precisam de recursos naturais para sua subsistência, e uma relação cultural e espiritual, onde podem fazer atividades culturais. Entendo que há a relação espiritual, pois que existe a circulação dos seres sobrenaturais (mẽ karõ de animais, de plantas e de panhĩ que já morreram) em todo espaço do ambiente e os wanhga (pajé) tem o poder de manter contato com esses seres. Eles (os wanhga) podem ter o contato com o mẽ karõ (espíritos) que se manifestam como forma de algo perigoso para aqueles (que não são wanhga) que se depara com eles. Os wanhga (pajé) não tem medo dos mẽ karõ que podem atacar as pessoas para prejudicar a sua saúde. Eles conseguem identificar o mal e orientar para a cura das pessoas.

Voltando o foco do assunto que retrata da discussão do conhecimento e a experiência dos jovens sobre o seu território. A dificuldade dos jovens em andar pelo seu espaço territorial tem por motivo de que já não existem com frequência as práticas de atividades como caçar, pescar em grupo permanecendo dias e noites no mato. Se existissem esses jovens teriam oportunidade de conhecer muito mais o seu espaço do território. Também o fato de não existe transportes entre as comunidades Apinajé naquela época, caminhão, caminhonete, moto e bicicleta. A falta de costume de utilizar os meios de transportes terrestres guiava os Apinajé a se deslocar para lugares distantes ou até mesmo de aldeias para aldeias de longas caminhadas para chegar a um determinado lugar. Naquele tempo as aldeias existiam distantes das outras, pois era estratégia adotada em caso de ataque dos inimigos em guerra.

Analisando a disponibilidade dos jovens em conhecer o seu território numa perspectiva de manter contato frequente e lhe dar bem no sentido de identificar elementos, os pontos principais sejam por lugares de caçada, pescaria e concentração de frutas silvestre. O contato frequente com o território possibilita a visão mais ampla e abrangente ao mesmo tempo prevalece do espaço geográfico e localização das próprias aldeias. É claro que no passado os velhos tinham a relação direta com a natureza através de ações realizadas com frequência ainda eram jovens. Isso demonstra que naquela época andavam mais com seus pais e com as pessoas conhecedoras do território. Hoje a realidade dos jovens tem modificada no sentido de não terem mais interesse em aprender o conhecimento da tradição, em função de mudança da cultura indígena e do comportamento dinâmica externa ou por diferentes tipos de pressões externas.

Muitas vezes é questionada a atitude dos jovens por adotaram os costumes ocidentais, e não querem mais voltar a praticar os conhecimentos da cultura. Exemplo disso, não quer andar mais a pé no seu território como forma de circulação. Até mesmo de uma aldeia para outra só pode ir se for através de um meio de transporte terrestre como caminhão, caminhonete, moto ou bicicleta como já foi discutido anteriormente. Com apropriação de novos costumes demonstra desinteresse de fato o abandono de sua cultura e a dificuldade prevalece cada vez mais de terem praticada a sua cultura e o distanciamento da relação de contato com o espaço territorial e as práticas de conhecimentos e aprendizagem deixem a desejar na ausência desses jovens. Entendo que a falta de conhecimento dos jovens sobre o meio ambiente não partiu deles no momento, mas que não tiveram oportunidade de conviver na época em os Apinajé andava com frequência no seu território. Com a apropriação de novos costumes dos não índios é mais um motivo da causa de desinteresse em aprender os conhecimentos da sua cultura, em especial o seu território. Ao passo que por um lado vão se aperfeiçoando com coisas novas da cultura da

sociedade branca bem como as tecnologias, como forma de ampliação de seus conhecimentos e, por outro lado, deixando para trás rica experiência em conhecer os seus espaços do ambiente do território. É por causa da mudança na cultura é que a maioria dos jovens está tendo dificuldade e sem estímulo voltado para as práticas sociais tradicionais. Com base desse argumento, uma atividade bastante praticada entre os jovens no caso os homens é prática de futebol em aldeias como forma de manter intercâmbio para se relacionar com as outras comunidades. As meninas também costumam jogar futebol, realizam os torneios entre elas, mas é raramente somente dentro de uma mesma aldeia ou em outra bem próxima. Recentemente está sendo realizados entre os homens jogos indígenas de futebol, a primeira foi na Aldeia Mariazinha, em seguida em São Raimundo e a agora São José e está em andamento. O evento esportivo conta com a participação de outros times de aldeias vizinhas e provavelmente os jogos vão expandir para as demais aldeias daqui em diante. O evento é organizado e promovido pelos próprios índios com a contribuição em dinheiro por cada time participante. Este dinheiro serviria como premiação para aquele time vencedor e pelo que tenho assistido até no momento tem dado um resultado positivo.

Outro meio de circulação dos jovens em pequenos espaços do território que já não acontece com frequência é o deslocamento para um determinado lugar, para caçar, pescar ou apanhar frutas. Normalmente os pontos mais preferíveis são aqueles lugares que já foram explorados no passado pelos mais velhos, pode ser uma aldeia abandonada alguns tempos pela comunidade, em outra ocasião, podem ser matos, cerrados, rios ou córregos. Esse costume de andar pelo território pelos jovens, não se configura uma realidade de vida em função da falta de oportunidade no tempo em que os Apinajé andavam mais pelo seu território. Não tem nem um incentivo de trabalho constante voltada para as atividades de exploração do meio ambiente. Costuma ocorrer a coleta de frutas mas só na época da safra

ou por acaso até mesmo uma atividade de pescaria e caçada quando é organizada com o período adequado.

Dessa forma as características culturais dos Apinajé não se compõem mais de uma universalidade de conhecimento puro, e sim substituídos por novos hábitos de costumes, crenças e que resultou no chamado de processo de aculturação. As possibilidades que percebi durante as conversas que eu tive entre as aldeias visitadas é que há dois fatores essenciais que transformaram atitudes comportamentais. Um é o interesse pelos conhecimentos dos não índios. Outro fator é quando esses jovens já estão na escola estudando ou se ingressar nas universidades, se compromete com o vínculo de estudar e ficam presos, não tem liberdade total para participar de qualquer trabalho e evento festivo aprendendo as práticas culturais de sua comunidade.

Alguns pais temem e tem a sua preocupação com os filhos de não terem as mesmas oportunidades que eles tiveram de conhecimentos tradicionais adquiridos, daquilo que pertence a sua cultura. Neste caso, os Apinajé são símbolos da preservação ambiental e que só dessa maneira pode assegurar o futuro de seus filhos. A questão da preservação não seria apenas um algo a toa, mas para garantir como fonte de usufruir as riquezas naturais, ao mesmo tempo contribuindo para o equilíbrio ecológico de todas as espécies de seres que compõem o planeta.

A relação dos jovens com o seu território se encontra na situação de precariedade, especificamente em se tratando da circulação dos jovens no universo próprio. É apenas mais um desafio a ser encarado pelos mais velhos. Diante dos mais experientes conhecedores do espaço do ambiente, no que diz respeito à relação dos jovens com o seu território, pode gerar uma visão crítica a respeito das atitudes dos jovens, afirmando que não querem voltar para a forma tradicional de circular dentro do território. Ao analisar a fase de vida histórica dos jovens pode se compreender o processo de transformação que

sofreram durante todo tempo de sua formação, por influência de cultura principalmente não indígena. Uma série de fatores que compõem o processo de aculturação que afetaram os jovens a serem mudadas suas atitudes causando desinteresse de conhecer o seu espaço do território: o futebol, o uso dos aparelhos tecnológicos, o próprio processo de escolarização na aldeia e outros.

É importante entender que, embora a forma tradicional dos jovens andarem no seu espaço do ambiente tem mudado pela influência de novos costumes, mas que está dentro do processo de circulação do universo Apinajé. Esse aspecto deve ser levado em consideração, como forma de práticas culturais dos jovens, que mantem preservado no convívio social das comunidades. Entendo que precisa ser valorizado por eles e respeitado por aqueles exteriormente enquanto na condição indígena. O que deve ser feito seria um intermediário com ações de trabalhos desses aspectos culturais dos jovens que possuem no seu universo, não como forma de frear essa transformação e sim fazer uma ponte de aproximação evitando rompimento de produção de conhecimento dos jovens na atualidade. Se forem esses conhecimentos que os jovens pretendem para se aperfeiçoar não fazem a diferença de que eles continuem leigos de sua cultura. A vida conduzida como está é sempre uma caminhada tomada e encarada no futuro. Embora questionado com rígido internamente das mudanças ocorridas, não passa despercebida por membros das comunidades.

A diversidade de manifestações culturais dos jovens Apinajé se estende não só no tempo, mas também no espaço. É por isso que não só os mais velhos das comunidades que percebem, mas como todo povo Apinajé, prevê que a continuação da existência de sua identidade não desaparecerá em tempo e no espaço. Novos conhecimentos influenciarão na vida cotidiana dos jovens, formando indivíduos mais complexo no contexto cultural, história e linguística.

3. Modo prático: o conhecimento tradicional dos Apinajé

O modo prático também é uma forma de aprender sobre o território ocupado pelos Apinajé. Desde muito tempo antes do contato com a sociedade não indígena, os Apinajé já mantinham um sistema de relação próprio com a natureza. Com o contato com os não indígenas, novos elementos foram incorporados nesse sistema, transformados também em práticas culturais tradicionais. Dessa maneira será focada na discussão sobre aspectos culturais no sentido de conhecer e aprender as práticas sociais, culturais, históricas e linguísticas dentro do contexto indígena. O sistema de relação dos Apinajé com o meio ambiente compõe uma complexidade de ações embutidas no manejo de recursos que se expressam em suas práticas principalmente de caça e da pesca. A caça e a pesca, além de servir como necessidades da unidade doméstica, neste caso são perseguidas até quando são capturados e abatidos pelos caçadores. Segundo os mais velhos afirmam pode ocorrer à mediação entre os caçadores e os animais da floresta. Esse processo de mediação seria a forma de atrair as caças como, por exemplo, um bom caçador que passou por todo processo de resguardo até chegar esse ponto. Para as caças um bom caçador é um objeto de atração para chegar ao caçador de modo racional. A minha intenção é demonstrar a racionalidade deste controle dos bons caçadores repousa na concepção de caça e pesca como intercâmbio recíproco entre homens e animais moldado a semelhança da relação que regula o intercâmbio entre grupos sociais (Kaj Arhen, 1996).

Neste sentido a relação dos Apinajé é simbolicamente representada em pensamento proposto por Descola ao trabalhar a lógica de Ecologia Simbólica nas relações com o meio ambiente por diversos grupos sociais. No que tange, o modo prático de conhecimento tradicional se compromete nas ações realizadas de andar com frequência pelo seu território, passando dias e noites por um período de permanência, fora das aldeias. Outro modo prático que pode está associado na relação social, estão às práticas culturais, como

rituais, cantos e danças próprias, pois segundo Giralдин (2004) é comum nas comunidades tradicionais esse tipo de concepção que orienta comportamentos sociais permitindo interpretar acontecimento e tomar decisões. Assim diversas formas tomadas por grupos indígenas que permitem a escolha de caminho para a produção de conhecimento em determinado espaço do ambiente.

Outra situação interessante como, por exemplo, entre os Achuar povo indígena do Equador aponta por Descola, (1996, idem Giralдин, 2004) a condição necessária para uma prática eficaz da horticultura é estabelecer um pacto harmonioso e permanente com Nankui, o espírito tutelar das roças. Da mesma forma ocorre a relação dos Apinajé com o mundo vegetal, animal e mineral, através da história de Lua e Sol pela qual acreditam no surgimento da humanidade Apinajé (Giralдин, 2004). Os Apinajé no contexto indígena estabelecem outras dimensões de relação harmoniosa, bem como aquelas com as plantas cultivadas.

4. Práticas de conhecimentos e de aprendizagens

Nesta seção pretendo desenvolver discussão a cerca daquilo que é essencial para prática de conhecimento dentro do território Apinajé, uma vez que existe uma vasta riqueza que oferece como forma de condição indispensável para o exercício de seu modo de vida. Para entender o sentido do espaço do território na cultura Apinajé é preciso conhecer história de mito e sua relação com a construção do território e das floretas.

Esse mesmo entendimento, tem a relação com a compreensão do conceito dos cerrados pelos Xavante. Gomide afirma em seu artigo que: “para se compreender o sentido dos cerrados na cultura Xavante é necessário que se conheça o mito Paranai’a e sua relação com a construção do território e dos cerrados Xavante”. Neste sentido dois wapté (adolescentes), são os criadores dos seres dos cerrados, esta energia criativa está

relacionada com a resistência dos wapté que experimentando a sua própria força realizam a sua superação espiritual. Para os Xavante os wapté estão associados a criatividade, fertilidade e potência sexual. Ainda segundo Gomide 2011 o Parinai'a determina o território porque é a marca dos alimentos, onde foram criados, por exemplo, onde estão os carás nativos que são alimentos importantes da dieta Xavante.

As criações deste mito são identificadas com vários elementos fundamentais da cultura Xavante, como configuração do território, aldeias e danças em roda. Criaram rituais – corridas de tora de buriti – elementos vitais para a organização social de grupo, a classificação das pessoas e para a permanência do povo como todo. No entanto os Xavante prezam muito a forma circulares para a identificação social e política.

Entre os Apinajé os aspectos de identificação geográfica são os formatos de aldeias em circulares. Quase todas as aldeias Apinajé possuem a forma concêntrica, demonstra que cada aldeia tem um local apropriado para a comunidade exercerem a função social. O pátio fica no centro da aldeia e é o local de tomar as decisões, as cerimônias e as festas culturais. Do ponto de vista cosmológico as aldeias são divididas em sistema das metades **Kooti** e **Koore** com respectivas famílias nucleares. Ainda ocorrem dentro da aldeia cerimônias de casamento, de posse de caciques, rituais de entrega de enfeite, de rituais funerários, envolvimento de alguns tipos de incidentes, os cantos e danças. Segundo Giraldin, 2004 discutem alguns desses aspectos culturais têm a relação com o universo do espaço territorial é o caso dos cantos, pois tratam dos seres que compõem a natureza e deles se aprendem os wanhga (pajé), os choros de mêmÿr maati de alguns tipos de animais, plantas ou dos espíritos de uma pessoa. Normalmente só os wanhga tem a capacidade de ouvi esses cantos, com os poderes espirituais de enxergar diante de um trabalho xamanístico na comunidade. Existe aspecto que deve ser considerado como modo prático de conhecimentos e de aprendizagens é a realização da festa de corrida da tora grande. Esta

a parte dela se realiza na aldeia e na mata seguindo todo o procedimento e de momentos cerimoniais. O pátio da aldeia é o espaço de dança. A mata se destina a realização de **pàr jagrer** das toras¹¹. É da mata que parte a corrida em direção à aldeia, e que, no entanto, as cerimônias de cantos se iniciam na aldeia, depois parte para a mata e volta finaliza na aldeia. Ainda dentro do espaço da aldeia se faz também a pintura corporal, uma das características mais originais da cultura Apinajé, apresentam variadas formas. A pintura corporal é uma atividade feminina. Junto está presente a pluma de penas que estão ligadas aos rituais, cerimônias, festas e danças com variadas características artísticas. Também vale ressaltar o artefato Apinajé, como objeto de uso para os eventos festivos, rituais e cerimônias.



Figura 7 – Tora Pàrkapê no pátio (Foto: Cassiano Apinagé)

Outros elementos a respeito do modo prático de conhecimentos merecem ser destacada. Em termo de identificação dos elementos, os mais velhos experientes conhecem bem as matas onde há concentração de caça, em diferentes pontos do território. Nessa atividade os

homens aprendem a fazer cofo da palha verde de babaçu para colocar as carnes em caso de dividir entre os caçadores, depois são levadas para casa. Para abater os animais precisa-se ter estratégia para atrair caças maiores com resguardo adequado, alimentação, banho de folhas e cascas de pau, para ser um bom caçador e atraente. Já para a atividade de pesca, basta conhecer o ponto preferível do rio de como proceder à pescaria, se é mais viável

¹¹ Pàr jagrer são os cantos realizados no ritual de Pàrkapê na ultima noite deste ritual, cantado com uso de xy (cinto feito de pontas de cabaça ou unhas de veado) durante a noite toda no centro do pátio. É também o canto executado no local onde estão as toras especiais preparadas para este ritual. Essas toras serão levadas na última corrida, simbolizando os mortos homenageados.

pescar de dia ou à noite. Segundo os mais velhos só se pesca os peixes maiores no período noturno e ainda passa horas de permanência com paciência à espera, não pode fazer barulho ou de qualquer movimentação no momento.

Os Apinajé como o demais povo Timbira, constroem suas aldeias próximas a água, de preferência nas matas ou entre matas e cerrados, pois o tipo de vegetação oferece o solo mais fértil para a agricultura (roça). Ainda hoje é mantida essa prática de fazer roça entre os Apinajé, como forma única de produzir seus alimentos, de maneira sustentável. As casas não são construídas da arquitetura da sociedade branca. Normalmente as casas são construídas com materiais naturais, como madeiras, palhas de coco babaçu e embiras. Só então recentemente a embira está sendo substituída pelo barbante comprado nos comércios. As aldeias Apinajé em grande parte apresentam as formas circulares como já disse no parágrafo anterior. Também os demais povos Timbira possuem suas aldeias circulares para a identificação do sistema de metade ou partido.



Figura 8 – Canto de Grer (Foto: Cassiano Apinagé)

Outros exemplos de práticos de conhecimentos e aprendizagens é o modo de construir moquém para assar as carnes e outros produtos agrícolas vista como a tarefa de mulheres. A realização das principais festas culturais, em grande parte é organizada pelas mulheres com a participação de poucos homens. Entre elas podem ser destacadas: a corrida da tora grande, cerimônia de casamento, ritual de entregue de enfeite e de e ritual de incidente **mẽ amnênh** envolvendo a vítima e os grupos participantes. Tem também cantoria especializada **mẽ õkrepôx Rũnhti**, que envolve homens e mulheres, mas

que são organizadas por elas e normalmente é realizada no período da noite. Ainda

seguindo o roteiro, tem também o ritual fúnebre. Este mantém fortemente entre as comunidades Apinajé como forma de relação de sentimento da família de alguém que morreu. A morte de alguém na aldeia representa um total luto para as famílias, este ritual se sobrepõe outros aspectos da cultura de fato que são executados os cantos e choro da perda da pessoa. Outro aspecto interessante da parte dessa discussão são as plantas medicinais que tanto os homens e as mulheres conhecem bem, não somente conhecer as plantas em si, mas também conhecer o poder de cura para uma determinada doença.

5. Processo de modificação de nomes de elementos naturais: uma reflexão do passado e do presente

Com base das abordagens sobre aspectos culturais e os elementos que compõem a natureza, os Apinajé nomeiam e conhecem pelos nomes determinados lugares, córregos, rios, lagos, matas, cerrados e os acampamentos para a realização de atividades principalmente de caça e pesca. Segundo os mais velhos, eles afirmam que todos os lugares apontados no espaço do território têm o nome na língua (ex: Aldeia Wrým Prêk, córrego Gaxprêk, lago Pykàkre), os animais (ex: veado - karà, tatu - tôn), os vegetais (bacaba - kamêr, madeira - pĩ) e os minerais (pedra - kên, água - gô). Por causa da influência dos conhecimentos não indígenas alguns nomes desses aspectos foram substituídos por nomes na língua portuguesa, mas em grande parte mantêm os nomes tradicionais. Os novos não sabem e têm dificuldade em conhecer os nomes. Só os mais velhos ainda conhecem, porque na sua infância aprenderam e que até hoje esses nomes dos elementos naturais na língua são guardadas na memória. Durante a minha visita, as pessoas consultadas afirmam que em função da chegada de novos costumes de kupê (não índio) esses elementos de nomes na língua, vêm sofrendo o processo de mudança ao longo do tempo nos conhecimentos tradicionais do povo Apinajé. A partir dessa informação, pode-se perceber

que cada vez mais os jovens estão tendo dificuldade de se adaptarem aos conhecimentos sobre o espaço do meio ambiente dentro do território ocupado.

Mesmo com a constante chegada de novos costumes de kupê (não índio), os Apinajé vêm tentando manter-se, enquanto comunidade indígena, enfrentando conflitos tanto de ordem social quanto linguística, religiosa e cultural. Diante de tal situação vem aumentando suas aldeias e conseqüentemente a sua população. É importante entender que é possível impedir que uma cultura indígena desapareça. Para isso é preciso que em primeiro lugar, seus falantes percebam as causas que estão colocando em risco a sobrevivência de sua cultura; em segundo lugar, que assumam o compromisso de tentar impedir os avanços da cultura do kupê (não índio) na sua comunidade. No caso da questão relacionada ao espaço do ambiente, é percebido de forma geral, que são poucos dos jovens têm o interesse em andar pelo seu território por conta da mudança da cultura e as novas atitudes remetem o olhar voltado às culturas ocidentais, que despertam a curiosidade e interesse dos jovens de forma cada vez mais acelerados. É uma situação preocupante o futuro desses jovens, a forma de lidar com meio ambiente uma vez que eles não estão percebendo, colocando em risco os conhecimentos tradicionais sobre tudo o território.

Dessa forma, os dois conhecimentos devem ser levados em consideração de modo que nenhum pode ser visto como melhor do que o outro. Apesar de que está difícil, mas é possível reverter-se o quadro de carência de conhecimentos culturais dos jovens. É melhor conscientizá-los e tentar mostrar os aspectos da cultura do kupê (não índio), aquilo que é mais viável para o processo de formação dentro do seu universo. Dessa maneira eles poderão estar valorizando na paridade tanto na ordem social, linguística e cultural. Assim os dois conhecimentos poderão caminhar junto, sem a percepção de superioridade de que um conhecimento é melhor do que o outro. É claro que os jovens estão passando pelo processo de aculturação, como já foi dito anteriormente. Este processo de mudança vem

acontecendo de forma gradativa, de modo que passa despercebido por todos, uma vez que está sendo uma situação preocupante para os pais, que pode transformar em um desafio muito maior no futuro na vida desses jovens. Durante a minha visita às pessoas entrevistadas, percebi que alguns velhos das comunidades pesquisadas argumentam que é preocupante a vida desses jovens. Por isso o Santana o mais velho da Aldeia Furna Negra afirma o seguinte:

Eu vejo que os jovens devem levar em consideração aos dois conhecimentos do kupê (não índio) e do panhĩ (índio) ou então estarão interessados mais para os novos conhecimentos do kupê. O que a gente percebe é a ausência com frequência de cultura indígena entre nós. E isso está acontecendo de forma acelerada e ninguém está percebendo é um fato real. Alguns de nós mais velhos, ainda temos cantos que aprendemos, mais já estamos perto para morrer. Quando nós morrermos os nossos costumes vão acabar e a nova geração futuramente não saberão nada sobre os conhecimentos tradicionais e vão se aperfeiçoando mais nos conhecimentos do kupê. No passado as coisas eram diferentes, fui submetido em costumes tradicionais bem como a pintura corporal, usava tanga (vestuário), só então depois de muito tempo para cá passei a usar roupa. Ao meu vê os jovens de hoje não sabem tecer cesta para suas esposas, não conhecem as matas e cerrados do território. Só andam por aqui, no espaço da aldeia, que é diferente no passado nós andavam no território, por isso temos conhecimentos muito mais amplo sobre o território. Nunca ouvi falar algum desses jovens ir uma caçada e matou um veado ou uma ema e até mesmo caças pequenas, por isso eles não conhecem nada sobre a cultura, estão interessados mais nos costumes do kupê(não índio). Outra observação que eu tenho, as mulheres no passado usavam muito cofo, hoje estão usando o saco substituindo o cofo, então isso me chama muito atenção.

Na pa te mẽ omu nhỹx te mẽ nywjajê kãm mẽ `hpumunjê hamê kãm hkĩnh kupê nhõ nê panhĩ nhõ. Rỳ tem tãmtãm ri âm kãm kupê xàhpumunh pix kĩnh. No âm mẽ pa te mẽmoj kamã pajamakja na âm xa tã panhĩjê xàhpumunh hapôx kêt nê. Nê na já âm hapôx prêprêk nê nhũm mẽ já kamã hamak kêt nê âm hãmri na ja. Arĩ kamã mẽ ixpigêt xwỹnhjê mẽ ixte mẽ grer kwỹ mar noãm na pa ra mẽ ixtyk wỳr amgriire. Kot pa mẽ rĩ ixtyk pa nhũm mẽ ixàhpumunhja hapêx pa nhũm hpāj mẽ nywjajê rĩ ahtũm kati nhũm mẽ àhpumunh tũm kumrêx kwỹ pumunh kêt nê rĩ âm kupê xàhpumunh nyw pix kôt ri amnhĩx pêx. Na pre amnapêm mẽmojajê axtem mã nhũm prem hte âm mẽ àhpumunh kumrêx pix kôt ixunhwỹ mẽ hok nê mẽ kumêr nê amnhĩkaty nê rĩ ahtũm kati pa kormã mẽ ê jagjê. Inhmã. Jarãhã mẽ nywjajê kot hprõ mã kawà hyr pumunh kêt nê mẽ kot ari õ pyka kamã pà nê kapôt pumunh kêt. Âm ri jawỹ krĩ pu hã pix mã pa te ho ri mẽ ixte amnapêm pyka hkôt ijapôx pyrâr kêt kamã na mẽ ixte pyka hã ixàhpumunh rax. No aa ixte mẽ nywjajê ho pumunh nhũm rĩ mrym htêm nê we karà nê mãti rỳ tem mry kryyre hõx pĩr kêt já ho na apu mẽ àhpumunh kêt âm ri kupê xàhpumunh pix kutã nojarêt. Hãmri pa haxwỹj mẽmoj õ pumu na pre amnapêm mẽ nywjajê mẽ kawà kamã aptu tã na mẽ ra jarãhã hpāj ra xak kamã aptu kamã pa já pumu.

Outra pessoa mais velha que também argumentou atitudes dos jovens em sua comunidade é a Maria de Almeida (Irehti) cacique da Aldeia Brejinho que disse o seguinte:

Os nossos costumes estão desaparecendo aos poucos, eu falo para os meus netos, que os costumes puramente originais já não existem. Hoje os novos já se apropriaram em usar roupas, mas antigamente as mulheres usavam apenas pano para se proteger, eram submetidos na pintura corporal e usavam colares de pluma. Participavam das cantorias no pátio após a chegada da tora, ao contrário dos novos de hoje não sabem. Dificilmente alguns desses jovens cantam as cantigas nossas, mas para a festa forró do kupê eles têm o total interesse para ir e usam perfume e batom. Então no passado nós praticávamos os costumes do nosso povo, desde adolescência aprendendo no convívio social. Os mais velhos saíam com os jovens, e passavam dias e noites, andando pelas matas e cerrados conhecendo determinados lugares pelo território. Hoje os jovens não conhecem o seu território pelo fato de que eles não andam. Eu conto para os meus netos quando era jovem andava com as pessoas e com os meus pais no território, por isso conheço muitos lugares diferentes, como também aprendendo como coletar as frutas e tratar as caças e as formas de conviver com as outras pessoas. Hoje a realidade dos jovens está muito diferente, os jovens não estão praticando os nossos costumes do nosso povo, muito menos participar das festas e as danças típicas. Eu penso que no futuro não haverá mais costumes e tradição entre os Apinajé, pois através de estudo os jovens vão se aperfeiçoando nos costumes do kupê (não índio). Com a implantação da escola de certa forma modicou a cultura indígena, e os novos não pratiquem e nem aprendem costumes do panhĩ (índio), não sabem fazer artesanatos. São mais interessados em aprender coisa do kupê deixando para trás os conhecimentos tradicionais do seu povo. Eu vejo que os conhecimentos dos kupê alguns são importantes para nós como é caso da escola, pois é para a formação deles, que continuam praticando os costumes tradicionais. O que não é certo para mim é os jovens estudarem e não querem voltar praticar os costumes do seu povo, só querem coisa do kupê. Através do estudo os jovens podem registrar em escrita a sua língua, e os cantos que é de grande importância.

Na ra mẽ pa xàhpumunh kumrêx amnhĩr prĩn hapêx par o mō na pa te ixtàmnhwýjê mã harê na ra mẽ àhpumunh tũm krax na ra amrakati. Jarãhã na mẽ nywjajê ra mẽ ê jakjê amnapêm na pre hte mēnijajê âm kupê xê ho katát kôt amnĩ kupu nê htem amnĩ kumê nê mẽ ôkre xê ho mản prý jakjê. Nê mẽ hkôt gwra rēnh xà hã gãm ôkre pôx no jarãhã na mẽ nywjajê `hpumunh kêt. Nhỹyri kot we mẽ nywjê hō we ri mẽ pa kĩnh ã mẽ greo gre amrakati no kupê greo pix kutã na htem nojarêt já kaxyw koja we ri anhĩ kuxwa nê ri amnĩ kwryt kà kamrêk. Na pre amnapêm pa prem ixkwýjê hkĩnh o ixkĩnh já o ixnywjê mẽ kôt ixnywpê ixàhpumunh o ixpa na pre hte mẽ hpigêjê mẽ nywjê pá nê kapôt kôt mẽ ho hapôx o pa já o arĩgro mẽ kamát sohtôô nê ri pyka hkôt ukapi ho pa. Jarãhã na mẽ nywjê kot ô pyka hkôt ukapi hkêt nê mẽ kot ri hkôt mmar kêt. Inhĩ pēxã mẽ ixkator xà w hkôt ri ixmrrar jakamã na ixte ixukapi hkwy pumunh rax nê mẽ hkôt pĩxô ho ijēnh nê mry nhō hpôk pumu nê ri mẽ hkôt tanhamã amnhĩ to. Jarãhã na mẽ nywjê axtem mẽ kot amnhĩxpêx nê mẽ pa hkwyjê kot amnhĩxpêx tũm o ri hkĩnh kêt nê ri mẽ greo ne mẽ ôkre pôx prãm kêt. No na pa te ijamaxpêr o koja rĩ ahtũm kati nhũm Apinaje hxàhpumunh rĩ

amrakati. Koja mẽ rĩ kagà hkôt ãm kupê xàhpumunh pix o ri tanhmã ri amnhĩ to. No iskore kator já o na ra panhĩjê xàhpumunh o ahkà nhũm mẽ ri mẽ nywjê xàhpumunh o ri tanhmã ri amnhĩ to hkêt nê mãânên `hpumunh kêt nê já o ri mẽ hkukrêx nhĩpêx kêt nê ãm ri kupê xàhpumunh pix kutã nojarêt nê amnhĩpãj hkwýjê xàhpumunh re. Inhmã kamã kupê xàhpumunh kwý mẽ pa mã mex já kaxyw na iskore já. Inhmã hikjê hã já mex kêt já na mẽ nywjê kagà pumunh kôt akupỹm hkwýjê xàhpumunh o hprãm kêt nê ãm ri kupê nhõ pix kôt. Nhỹx te mẽ nywjê kagà hkôt amnhĩ kapêr o tỳx nê mẽ grer nê mẽ ôkre pôx já na kêt mex rax.

6. O tempo de permanência no território Apinajé: uma trajetória histórica

Nesta seção será explorado argumento relacionado ao tempo de permanência dos Apinajé no território desde a ocupação com diversas finalidades que apontam como a razão de tal forma para permanecer em determinado lugar. Nessa perspectiva vale argumentar no contexto histórico do passado, sobretudo a ocupação territorial. Desde então os Apinajé venham ocupando seu espaço do território com aldeamento, mas não com a moradia fixa, sempre migrando para outros lugares. O motivo pela qual mudavam, provavelmente era por pressões de fazendeiros criadores de gado expandindo com suas atividades pastoris sobre o território, fazendo com que os Apinajé migrassem para outros lugares. Esse processo migratório no passado é percebido como nomadismo, sendo que a parti do abandono de uma aldeia é dificilmente sua população volta para o seu local de origem. Dai então se torna uma tapera (local que foi habitado por uma comunidade por um determinado tempo e foi abandonado pelos seus moradores).

O processo migratório dos Apinajé no passado é visto como nomadismo, sendo que a partir do abandono de uma aldeia, a mesma torna-se uma **tapera** (local que já foi habitado e abandonado por uma comunidade em determinado tempo). É fato que os Apinajé sempre migraram dentro do seu território tradicional, por motivo de pressão de fazendeiros ou então a procura de melhores qualidades de terra, matas para agricultura.

Como em todas as sociedades indígenas, os Apinajé naquela época não tinham padrões únicos para todos. As formas de produção, o acesso aos recursos naturais e os trabalhos de produção são consumidos em festas e rituais de forma igualitária. Possui alto nível de interação social que permite o compartilhamento de bens materiais na relação inclusive na comunicação. A interação social feita naquela época, era com base em festas, danças e os trabalhos de forma compartilhada e harmoniosa.

Partindo do contexto histórico, a permanência dos Apinajé sobre o seu território tradicional, se configura em movimento de interesse próprio de construção de história dos Apinajé nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia na valorização das tradições culturais relacionadas ao uso dos recursos naturais de seu território. A fixação da população Apinajé em aldeias não se prolongava por mais tempo justamente por conta de insegurança promovida pela ação dos invasores principalmente por fazendeiros com suas atividades agropecuárias. Por outro lado, à forma que sempre os Apinajé mudavam de lugar em lugar, às vezes por longo e curto prazo, é exatamente a procura de espaço mais adequado, pois o mesmo representa abundância de recursos naturais que sirvam com usufruto de benefício. Esses dois fatores pelos quais tratam da permanência dos Apinajé em seu território tradicional de o porquê não havia morada fixa no passado, isso já foi comentado no início dessa seção.

A hipótese utilizada nos relatos dos velhos para justificar a mudança de aldeias por períodos curtos, é que se tratava da intensa pressão interna e muitas vezes da escassez de recursos como a caça e pesca como principal fonte de alimento. Quando há uma vida tranquila e nenhuma ação ameaçadora e o local apropriado para garantir a convivência, neste caso as comunidades permanecem por mais tempo nas aldeias. A relação dos Apinajé com o meio ambiente no passado sempre foi um olhar generoso e respeitoso, de tal

maneira que a forma tradicional de explorar os recursos naturais estabelece em uma ação equilíbrio ecológica, assim garantindo o uso de recursos por mais tempo.

O território tradicional dos Apinajé é muito mais amplo do que se imagina, pois permite o acesso livre para qualquer ponto de referência, marcado por rios, ribeirões, matas de floresta, cerrados. O processo de andar pelo território não se remete apenas para a procura de recursos e sim para conhecer o próprio espaço do ambiente. É natural em qualquer povo indígena, existe o conceito de aspecto de preservação da natureza, mas isso é pela característica de suas ações que não são degradantes e ofensivos ao meio ambiente e pelo o uso controlado dos recursos e da própria existência dos povos indígenas em qualquer parte do mundo, uma vez que a sua relação com a natureza tem percebida de forma significativa no cenário de preservação da natureza.

A delimitação do território e a escassez de fonte de alimento fazem com que os Apinajé migrem para outros lugares, com novos propósitos de atividades cada vez mais importantes especialmente a agricultura e abundância de recursos no território. Por outro lado, se mantém tradicionalmente como sociedades caçadoras e coletoras, cujas formas de ocupação do espaço do ambiente, implica uma grande mobilidade e que reflete em sua cultura material. Altamente sofisticado do ponto de vista da sua organização social, são consideradas sociedade de festa, preservando até os dias de hoje, que marca o tempo, regula a vida social e harmonia com o universo.

Conforme os relatos dos velhos das comunidades apontam informações da trajetória histórica em que um dos motivos que levou os Apinajé a permanecerem por poucos tempos em determinadas aldeias, como já foi relatado no capítulo anterior, era os conflitos entre si e com outros povos vizinhos. Os conflitos internos se arremetem sobre tudo nas divergências entre **Kuwênh Kauure** e **Nohkààre** e os outros povos vizinhos: Em relação

aos conflitos externos os Apinajé sempre resistiram contra as ações dos kupê (não índios), desde o contato definitivo. Com base desse argumento quando resistem contra as ações provavelmente permanecem mais tempos e quando a pressão for mais intensa, neste caso se recuam e mudam de aldeias para outros lugares mais tranquilo.

Os Apinajé eram um povo guerreiro e valente e diante das situações ameaçadoras sempre demonstraram ser um povo resistente contra séries de obstáculos que vem sofrendo ao longo dos anos. Fato disso criou-me argumento sobre a trajetória histórica do meu povo em seu território tradicional por períodos que sofreram forte pressão externa. Além disso, os Apinajé sofreram também o processo de depopulação em função das doenças trazidas pelos kupê (não índios) que contribuiu para a fragilidade de organização social, cultural e linguística.

Dessa forma os Apinajé tocavam sua vida e convivendo em plena harmonia com a natureza de modo tradicional. As interações eram feitas através de rituais, danças e as atividades de trabalho. As ações praticadas dentro das comunidades ou até mesmo no espaço do ambiente em forma de coletiva que é a característica de todo povo indígena, pois a coletividade é o alicerce da força, da união da população indígena Apinajé na vivência no seu território.

Acredito que as relações com o meio ambiente no passado sempre são inseridas no tempo de permanência no território. Para se compreender plenamente que aspecto é inserido o tempo de permanência dos Apinajé no seu território é necessário compreender o contato histórico da passagem. Neste caso é preciso considerar não somente a situação em que vivem presentemente, mas também a maneira como viviam há cerca de longos períodos atrás quando começaram a fazer ocupação do seu território tradicional e povoamento em comunidades e tinham plena autonomia. Com passar do tempo os Apinajé

viram pouco a pouco o seu ambiente se modificar até chegar um ponto a atualidade quando o resultado de uma caçada coletiva já não corresponde a uma quantidade de carne suficiente para alimentar devidamente toda comunidade.

É certo que no passado, era impossível para os Apinajé se tornarem famílias auto-suficientes, pois a única maneira de se viver em relativa a segurança seria congregando-se em aldeias. As aldeias tinham um tamanho máximo, que correspondia extrair e produzir a quantidade de alimentos necessários para a sobrevivência.



Figura 9 – Pescaria com Tingui (foto: Odair Giralдин)

Vale ressaltar que a discussão a qual se trata o tempo de permanência dos Apinajé no território permeia na fundamentação da lógica de entendimento voltado para desfrutar de inúmeros benefícios do território tradicional. Então é de absoluta consciência de que os fatores não são

impostos, mas que influenciaram diretamente da maneira tradicional, aqueles que naturalmente já estão presentes no conhecimento indígena. É o caso das atividades de subsistência; de produção e de construção. A atividade de subsistência se afilia na caçada e na pesca, sendo uma prática que existe na maioria dos povos indígenas do mundo. Sem dúvida, esta é a característica básica dos Apinajé desde os tempos passados.

A atividade de produção se configura no resultado da ação dos Apinajé, no uso do solo para plantar e a exploração dos recursos do meio ambiente a partir das necessidades. Não tinham noção de criar gado, porco e galinha, mas criavam animais silvestres. A prática

de roça, onde são produzidos alimentos, é necessária a quantidade de acordo com a família e muitas vezes parte dessa produção se compromete com as festas e rituais.

A atividade de construção se remete na construção das casas, artesanatos e pinturas corporais. Segundo os mais velhos naquela época, os filhos eram ensinados desde criança no processo de conhecimento e aprendizagem dos seus pais e avós. Conheciam as regras internas de conduta e de comportamento, tinham respeito maior pelos mais velhos da comunidade.

Os três fatores citados nos parágrafos anteriores não é uma discussão recente, mas desde que os índios foram alvo de pesquisa e inseridos no estudo científico principalmente na Antropologia. Dessa maneira se faz estudo comparativo com a vida da sociedade primitiva, sendo que os aspectos culturais do homem das cavernas têm ligação com aspectos culturais dos índios atuais. Apesar de que a convivência dos índios é bem parecida com a do homem primitivo, distingue-se de que os índios não são povos primitivos. Segundo o estudo antropológico sobre as populações indígenas, que os índios são povos de cultura diferentes, e possuem culturas próprias e línguas, essa é a versão mais defendida quando se trata da questão indígena.

7. O tempo de permanência no território Apinajé: um processo contínuo

No discurso anterior abordei por quais motivos que os Apinajé mantinham a permanência por mais tempo no local de aldeias e o deslocamento com frequência no território. Nesta seção abordarei também os motivos pelos quais mantém suas moradas fixas, por outro lado mudam de lugar de construindo novas aldeias no território como forma de expandir a ocupação no território.

Na atualidade se percebe que muitos caminhos apontam para esta finalidade de mudança de aldeias no território delimitado muitas vezes por questão política interna

caracterizada pela substituição de cacique por outro a força, de modo que causa reação a si própria e para toda família. Quando isso ocorre, afeta não somente a ele e a sua família, mas sim todos os parentes próximos fortalecendo o apoio. A grande maioria dos caciques tirados a força de sua função, estes dificilmente ficam, preferem sair acompanhado de família e parentes para fundar outra aldeia. Pode ocorrer também com uma família que pretende sair da aldeia e construir outra por conta de ocupação de território, uma vez que se entende como forma de estratégia para impedir a entrada de invasores. Outra opção pelo qual uma família sai de aldeia para construir outra, é com finalidade de produzir, no caso as roças, uma vez que aquela terra em sua aldeia de origem já não corresponde a agricultura com produção de qualidade. Não somente a procura de qualidade de terra, mas de recursos naturais como caças e pesca e frutas silvestres, tendo em vista que a quantidade de recursos principalmente à caça e a pesca já não corresponde mais a sua necessidade cotidiana.

Apesar das divergências entre si, os Apinajé se mantêm unidos e lutam por uma causa só, bem como defender seus direitos constitucionais na educação, na saúde, na infraestrutura e por melhores qualidades de vida. Em alguns casos, uma família pretende fundar uma aldeia, acreditando na assistência efetiva por parte do poder público, mas na maioria dos casos ocorridos, essa perspectiva não corresponde do plano desejado. Da mesma forma se observa que com a implantação do programa PBA (Programa Básico Ambiental) da compensação do CESTE em terra indígena Apinajé, se imagina que está associado às comunidades construir suas aldeias, com perspectivas de serem beneficiadas com recurso do programa. A partir desse, então aquela família que pretende sair de sua aldeia de origem e construir outra aldeia, exatamente com a perspectiva de ser contemplado com recurso do PBA Timbira. Ultimamente as aldeias têm crescidas de forma acelerada depois de criado o programa de compensação do CESTE.

Até no momento falei da migração dos Apinajé como situação real no território e quais fatores que influenciam de modo que ocorre construção de aldeias com frequência na atualidade. Em seguida discuto aspectos pelos quais os Apinajé permanecem mais tempos em aldeias. Quase em todas as aldeias é construída a escola, e implantada como extensão, existem aquelas que não têm nada de benefício. Também atualmente é construído e implantado o sistema de atendimento a saúde (posto de saúde) em aldeias, aquelas que faltam estão à espera de ser contempladas. Também quase todas as aldeias são beneficiadas pelo sistema de eletrificação do programa Luz Para Todos. Esses benefícios são uma tentativa de manter os Apinajé a não mudar de suas aldeias. Mas mesmo assim ocorre mudança para outras localidades. Em alguns casos, é percebido o motivo pelo qual os Apinajé não migram para outros lugares, em função das atividades desenvolvidas nos arredores das casas bem como a criação de galinha, porco, gado, formação de pequeno sítio de árvores frutíferas nos quintais. A função empregatícia também influencia na vida das pessoas a não quer mudar para outra aldeia, mas se ocorrer um problema extremamente delicado, pode sim as pessoas mudam para outra localidade.

Partindo da descrição das atitudes dos Apinajé, sobretudo na relação com o meio ambiente e o tempo de permanência nele estabelecido é como forma de ocupação do território. E nessa seção discuti os fatores que permitem a mudança de família para outros locais construindo novas aldeias e os fatores que asseguram a morada permanente em terra indígena. Baseado nessa discussão os Apinajé estão expandindo seu domínio sobre o território habitado, ao contrário do passado de que naquela época quando uma aldeia é abandonada, esta se torna uma tapera. Hoje o processo de deslocamento, ocorre de forma diferente do processo passado. Então foi discutido que no passado a partir do momento uma aldeia é abandonada dificilmente sua população volta. Atualmente algumas famílias é

que saem, mas não a população inteira transferindo para outro local do território com finalidade de construir aldeias novas.

Para os Apinajé esse processo migratório no território, tem um lado positivo como forma de impedir a entrada de caçadores e madeireiros não índios e também é uma questão cultural dos índios. O processo de expansão de ocupação, a FUNAI apoia e entende que é natural que os índios devam fazer a ocupação com suas aldeias no território. Para as instituições como o município, estado e a SESAI esse processo de divisão, construindo novas aldeias é muito negativo. Segundo as instituições, quanto mais as comunidades se dividem, mas difícil fica para dar assistência em educação, saúde, infraestrutura e sistema de eletrificação, pois aumenta as demandas e os gastos tornam-se mais caros para o governo. Segundo as instituições alegam que é melhor que os índios se concentram numa só aldeia para facilitar toda assistência necessária.

O problema mais real, bastante delicado, pelo qual os Apinajé costumam criar novas aldeias como forma de mudança, está associado mais à questão política interna entre si que já relatei anteriormente. Isso ocorre até hoje, com frequência entre as comunidades indígenas. Em meado dos anos 80, só tinha duas aldeias Apinajé no território tradicional: São José e Mariazinha. Hoje o número de aldeias tem crescido bastante no território delimitado, resultando o total de 42 aldeias espalhadas. Com esse crescimento populacional as duas aldeias matriz, a São José e a Mariazinha não tem controle sobre o domínio do território. A noção que se tem é que quando um cacique cria uma aldeia separada, não quer a intervenção de cacique da sede em sua administração. Não é bem assim, os caciques das aldeias sede respeitam plenamente a posição de cacique de outras aldeias vizinhas. Agora quando ocorre um problema grave em aldeias vizinhas ou causada por qualquer irregularidade, neste caso há intervenção de cacique da aldeia sede. Por essa razão se imagina a divisão de aldeias ocorre por conta de um cacique pode está por trás das

práticas de irregularidades no território. Por isso, tem interesse maior de criar sua aldeia separada, justamente para que ele possa praticar livremente atos ilegais sem a fiscalização. É com essa intensão muitos deles pensam assim, fato disso, ocorrem essas práticas mesmo proibidas por lei.

Retomando a ideia central deste capítulo em se tratando do tempo de permanência dos Apinajé no seu território, levando em consideração a prática de caça e pesca coletiva como forma de explorar o meio ambiente. Atualmente os Apinajé ainda exploram de forma tradicional os recursos existentes e executam diferentes atividades, mas não com frequência. O tempo de permanência para essas atividades fora da aldeia é de tempo curto, mesmo na estação seca período em que se pode andar no território sem preocupar com a chuva. O tempo máximo em que se pode prever para essas atividades nos pontos do território não ultrapassa de uma semana. Então o grupo de caçadores e pescadores retorna a aldeia em poucos dias, por conta de que hoje, a maioria das pessoas tem outros compromissos na comunidade.

Os servidores indígenas das áreas de educação e saúde e os estudantes também entram nesse cenário, pois participam das atividades praticadas pelas comunidades. Muitas vezes surge viagem para uma reunião fora da aldeia e eles têm que participar para resolver problemas em prol do seu povo. Costumam ter também reuniões internas e geralmente os caciques e as lideranças é que são convidados, pois essas atividades acontecem com mais frequentes como forma de interação entre as comunidades Apinajé.

Outro fator considerado em que os Apinajé não costumam permanecerem muitos dias para as atividades de caça e pesca é a escassez de recursos. A falta de quantidade suficiente de caça e peixe faz com que os Apinajé não fiquem tempo no mato, tem que voltar logo para aldeamento, devido não obteve sucesso. A procura de caças e peixes que

são alimentos básicos e outros recursos continue sendo praticados, mas está cada vez mais difícil. Isso desestimula interesse, pois preferem optar por outras atividades cotidianas que lhe dê o sucesso no resultado. Neste sentido a comunidade especialmente a de São José, não tem motivação pela caça e pesca, e sim procuram praticar outras atividades de ocupação do dia a dia. A agricultura representa característica bem idêntica entre os Apinajé, por ser atividade mais vantajosa. Hoje além de agricultura os Apinajé procuram outras alternativas que visem à produção de alimento como a solução para garantir a sobrevivência.

Normalmente as roças são construídas nas proximidades das aldeias, para facilitar o



Figura 10 - Jovens na capinação de roça (Foto: Cassiano Apinagé)

deslocamento de ida e volta dos donos. Trabalham até a hora que puderem e não tem intervalo para almoço. Voltam para casa por volta de duas ou três horas da tarde.

Fazem isso mesmo quando é o caso de um mutirão de serviço, quando

muitas pessoas trabalham juntas. Geralmente o trabalho de mutirão corresponde até a metade do dia e não o dia inteiro. No tempo presente os Apinajé não costumam passar muitos dias em suas roças mesmo que estejam distanciadas da aldeia. O máximo que podem permanecer é até metade do dia. Isso corresponde ao tempo de permanência bem curto do trabalho mesmo que não conclusivo, mas que se pretende voltar em outro momento para terminar.

O tempo de permanência no trabalho neste caso corresponde à convivência na comunidade de acordo com a disponibilidade. Não existe o horário certo para iniciar uma

atividade de trabalho, muito menos preocupar com o tempo. Ao contrário do regime de trabalho dotado no padrão dos não índios, que tem a tendência para dois períodos: manhã e tarde com intervalo para almoço. Para os Apinajé não existe essa tendência que predomina no sistema de regime no padrão ocidental, uma vez que se entende que não está voltado para atender o trabalho no mercado e sim para o benefício pessoal. De certa maneira remete de um costume milenar, mas que hoje está sendo modificado no padrão da sociedade envolvente.

8. Visão panorâmica de aspectos passados e presentes

Nesta parte será trabalhada visão panorama, que reflete aspectos tanto no passado quanto no presente. Neste caso, é preciso reconhecer como era a vida dos Apinajé e sua relação com meio ambiente no passado. Para a conservação tanto na fauna quanto na flora o equilíbrio ecológico que existe até hoje no território é devido aos conhecimentos adquiridos e repassados por seus ancestrais. A exploração dos recursos e manejo diferenciado de agricultura tem contribuído de forma significativa para a preservação do meio ambiente.

Foi discutido o tempo de permanência para a realização de diversas ações territoriais no passado era de tempo mais prolongado, diferente de hoje, com o tempo bem curto resultando numa característica na modificação de atitudes e comportamentos. Em relação a este tema abordado, de certa maneira provoca discussão polêmica de que os Apinajé tiveram mudança crucial sobre tudo no diz respeito à cultura. Na relação com meio ambiente estabelece também mudança principalmente na utilização dos recursos, por motivo de que tem sido reduzidos. Isso faz com que os Apinajé não tem mais tanta motivação e disposição para andar no território e permanecer muito tempo.

Hoje os Apinajé não vivem exclusivamente dos recursos naturais existentes no território como forma de alimento para sobrevivência. Embora continuem dependentes dos recursos, mas estão procurando outro meio alternativo para suprir suas necessidades. A nova adaptação da realidade é aderir em alguns padrões de vida da sociedade branca que tem como base de complementação de hábito alimentar. Por isso, quase todos criam galinha, porco, sendo que algumas famílias tem o seu rebanho de gado de pequeno porte e outras pessoas tem a vida equilibrada da função empregatória ela ocupa dentro da aldeia.

Vale ressaltar que em termo de territorialidade, os Apinajé protegem e faz monitoramento do seu território. Deve ser levado em consideração como aspectos relevantes no cenário de proteção ao meio ambiente. Para essa finalidade foi criado o PREFOGO, órgão federal do IBAMA em parceria com a FUNAI, com formação de duas equipes compostos por agentes indígenas e não indígenas para combater o fogo e monitorar o território Apinajé. A permanência das equipes em território é por períodos de sete dias, ou seja, de revezamento de 7x7 e cada dia passa a noite em aldeias diferentes até cumprir o tempo de trabalho. A equipe tem a função de combater queimada, como também fiscalizar qualquer irregularidade no território e até no momento tem sido um resultado positivo.

A FUNAI por ser órgão indigenista, tinha plenos poderes para fazer monitoramento e fiscalizar o território indígena em épocas anteriores. Hoje demonstra carência financeira e fragilidade na estrutura administrativa para proteger e fiscalizar o território. Em função disso, os Apinajé, se preocupam e pensam em fazer monitoramento e proteção, ideia que partiu do incentivo próprio. Os cacique e lideranças, juntamente com a organização criada PÊPXÀ – União das Aldeias Apinajé, estão discutindo e planejando o trabalho de monitoramento do território deste de 2017. O incentivo tem por objetivo contar com recurso do programa PBA – Timbira da compensação do CESTE – Estreito e tem apoio

dos caciques e lideranças. Ainda não se sabe a estratégia das atividades de andar e como será o tempo de permanência durante o trabalho de monitoramento, mas que está em fase de discussão.

Capítulo 3

História do processo de educação escolar indígena Apinajé

Neste capítulo serão desenvolvidos argumentos acerca da implantação de educação escolar no território Apinajé. Não se sabe a data precisa da instalação da escola, até porque não foi possível encontrar nenhum documento oficial que comprove essa investigação. Com base da memória histórica dos mais velhos, estima-se há muitos anos anteriores já havia implantada a educação escolar pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Posteriormente em 1962 se inicia a oferta de educação escolar pelo Summer Institute of Linguistics (SIL), na atual Aldeia São José. A partir então se iniciou a chamada “Educação Bilingue” na época sob comando da FUNAI, em parceria com Summer. Fazendo análise e reflexão baseadas nos relatos dos velhos da comunidade, acredito que, anos anteriores, já havia sido implantada escola na Aldeia São José, por iniciativa de SPI.¹²

Os Apinajé reconheceram historicamente a escola como algo muito estranho, uma imposição que os kupẽ (não índios), trouxeram para o meio social. Com o passar do tempo, a escola vem causando gradativamente mudanças no aspecto sociocultural e linguístico em função desses novos conhecimentos da sociedade envolvente. Aos poucos os saberes tradicionais são substituídos por novos conhecimentos e novas atitudes comportamentais. Por essa razão, a escola entre os Apinajé não nasceu por iniciativa própria dos índios, mas sim por meio do SPI, uma vez que todos os assuntos eram tratados por aquele órgão.

A escola para os Apinajé, de modo geral, representava naquela época, uma educação integradora de pluralidade cultural pautada para a promoção de valores e costumes da sociedade branca. Essa educação não se preocupava com a valorização da cultura muito menos a língua indígena, pois os índios não tinham noção da importância de

¹² Tendo o mesmo criado em 1910 e foi extinto em 1967, passando para a FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

escola, ao passo que não perceberam mudanças que ocorreram com implantação da escola em sua comunidade. No entanto, no decorrer do tempo a escola passou a ser vista como política pública, apesar da resistência dos mais velhos da aldeia. De um lado, outros membros da comunidade passaram a reivindicar a escola como direitos para o pleno exercício de cidadania.

1. Implantação de escola: uma ampliação de conhecimento e aprendizagem

A história de educação escolar implantada no Apinajé é muito antiga. Sua trajetória tem informações diversas, principalmente através da memória histórica. Não foi possível encontrar em nenhum documento oficial que aponta informação exata da implantação da escola no Apinajé. O que eu tenho coletado são os relatos dos mais velhos como Miguel Wanhmê, Francisco Kagro, Teresinha Amnhàk, Maria José Sipamnu, todos eles são anciãos em comunidades diferentes. Segundo estes anciãos a primeira professora foi a Sra. Percides esposa do seu Cícero Castro, ainda na época do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, mas essa professora dirigiu a educação escolar por pouco tempo.

Ainda conforme os anciãos o segundo professor, cujo nome Manuel, era também segundo diretor substituto do SPI, que exercia as duas funções ao mesmo tempo, permaneceu por um bom tempo. Com a vinda do Sr. Zé Fábio o quarto diretor do SPI, seu Manuel volta assumir em definitivo a função do professor na comunidade de São José. Segundo relatos dos mais velhos exatamente na gestão do Sr. Zé Fábio é que ocorreu incêndio na escola, queimando fardas, documentos e materiais escolares dos alunos. Após isso, passou muito tempo sem ter escola na São José, conforme afirmação dos anciãos que alguns deles se lembrem desse episódio.

A partir de 1972, com a chegada do novo chefe de Posto Indígena de São José, Sebastião Aparecido Fernandes já na em plena administração da FUNAI – Fundação Nacional do Índio, a escola foi reativada e retomou suas atividades educativas na

comunidade de São José independente das atividades do SIL. Alguns professores se destacaram como a D. Célia, esposa do seu Sebastião Aparecido Fernandes chefe de Posto Indígena, seu Renato e D. Belcina. Nessa época eu já frequentava a escola com mais ou menos 10 anos de idade como iniciante. A escola funcionava somente no período da manhã, com turma multisseriada, comandada por somente um professor. De alguns anos para cá, além da escola normal, funcionava no período da noite a educação escolar dos pais conhecida como MOBRAL. As aulas eram dadas por Augustinho Fernandes, como o primeiro professor Apinajé em sala de aula, onde só poderiam participar os pais ou mães, mas o MOBRAL foi extinto.

Por volta de 1962, com a chegada do SIL – Summer Institute of Linguistics, em parceria com a FUNAI, foi adotado o início da educação bilíngue, para os Apinajé, coordenada por essa missão evangélica. A educação bilíngue funcionava em local próprio, separada da escola normal da FUNAI, na residência dos membros da missão. O SIL era composto por Patrícia Ham, seu João, sua esposa Catarina e posteriormente chegaram mais duas colaboradoras Helen Waller e Linda Koopman, todos eles norte-americanos. O objetivo era aprender a falar em Apinajé, depois ensinavam aos índios aprender a ler e escrever na sua própria língua. Participavam então só os pais e mães de família, sendo informantes e tradutores que resultou na elaboração de cartilhas Apinajé, que retratam histórias, lendas e outros textos relacionados aos aspectos da língua. Também essa educação bilíngue deu início à tradução da bíblia em Apinajé, por isso eram convidados os pais e as mães a frequentarem essa educação ofertada.

A educação escolar dos Apinajé não teve mais paralização e continuou normalmente com suas atividades. Por volta de 1979 aproximadamente, uma professora, cujo nome Rosângela, estava lecionando e sofreu uma agressão física brutal do seu esposo Flávio dentro do prédio do Posto Indígena. Em função do episódio o casal foi mandado

embora pelo cacique Grossinho. A escola estava sem professor por alguns dias. Depois, um casal da Missão Novas Tribos do Brasil, também missão evangélica já havia chegado no ano de 1979 na São José. Senhor Renato e sua esposa D. Irma deram a continuidade das atividades da escola, sendo que a D. Irma foi quem mais desempenhou na educação escolar dos Apinajé. Foi com ela que eu aprendi a ler e escrever em português, mas antes eu já estudava com a professora D. Célia da FUNAI.

Em 1981, a educação escolar dos Apinajé, deu a continuidade sob comando do casal seu Renato e D. Irma da Missão Novas Tribos do Brasil¹³. Junto havia também um professor chamado de Demerval, que lecionava na escola e o trabalho tem sido um resultado positivo para a comunidade de São José. Até essa época a escola funcionava somente no período da manhã com turma multisseriada com apenas um professor em sala de aula como já dito anteriormente. Depois outro casal recém-chegada Wagner José Salgado e sua esposa Aurelúcia Salgado, sendo somente o Wagner lecionava e com ele também eu estudei.

Em 1982, a Aldeia São José foi transferida para um novo local, na confluência dos ribeirões Bacaba e São José como nova aldeia. Seu Wagner e Demerval deram a continuidade da educação escolar na nova Aldeia. Em seguida, a FUNAI retoma as atividades educacionais em meado dos anos 83, quando envia a Dona Ruth como nova professora da FUNAI na São José. No ano de 1984 a educação escolar dos Apinajé funcionou com suas atividades normais sob responsabilidade da Dona Ruth, mas nessa época já havia o começo do movimento para a demarcação. Em fevereiro de 1985 ocorreu a demarcação da Terra Apinajé e por causa da intensa mobilização a escola de São José estava paralisada mais uma vez. Os membros da Missão Novas Tribos do Brasil tiveram que sair da aldeia por conta da mobilização. Funcionava apenas assistências a saúde aos

¹³ **MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL** – Missão Evangélica que atua nas diversas comunidades indígenas no Brasil, com o trabalho de evangelização.

índios. Em 1986, após a demarcação a FUNAI reativou a escola de São José e enviou para aldeia, a Rosa Martins de Sousa. Com ela vieram duas moças a Marta e Vasti da Missão Novas Tribos do Brasil e retomaram as atividades da escola. As duas moças não atuaram por muito tempo. Vieram outros missionários da missão que ajudaram a lecionar como Zaqueu, Ronald, Davi e recentemente, Paulo Simões e Rita Maria Mateus. De 1986 à 1990 foi período em que a Rosa Martins de Sousa lecionou como professora da FUNAI, segundo ela me informou.

A escola de São José funcionou de lá para cá, como escola federal até certo período. Em 1991, a escola foi desvinculada da FUNAI e transferida para o Estado. A educação passa a ser chamada “Educação Escolar Indígena”, mas só em meados de 1995 a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins assumiu de fato a educação escolar indígena Apinajé. Com essa nova nomenclatura a língua indígena passa a ser colocada como prioridade na escola. A partir de 1996 abriu espaço, dando oportunidade para os próprios Apinajé ocuparem sua escola especialmente a de São José, e alguns desses professores indígenas foram inseridos juntamente com os professores não indígenas. Aos poucos foram aumentando o número de professores indígenas e que segue até hoje. Atualmente a escola de São José conta com os professores indígenas e não indígena, seu quadro de modalidade é de 1º ano de ensino base à 3ª série do ensino médio.

A implantação da escola no Apinajé tem sido algo positivo para a FUNAI, do ponto de vista educacional, mas para os índios, foi uma mudança de aspectos culturais de seu povo e se configura num instrumento de domínio. Não é diferente da proposta do SPI, de levar aos índios a se integrar na cultura da sociedade envolvente. Dessa forma a escola é quem tem o poder de definir a educação e não os índios, de modo que os Apinajé não tinham voz sobre o tipo de educação que eles queriam, pois não reconhecia seu aspecto sóciohistórico, cultural e linguístico. O modelo de educação escolar introduzida desde o

SPI venha ocorrendo de forma contrário ao desejo da comunidade de São José. Em 1967, o SPI foi extinto e criou-se a FUNAI, que deu a continuidade da educação, mas seguindo a mesma lógica, por um bom período. Com a chegada do SIL em 1962, deu início da educação bilíngue na comunidade de São José e o cenário da educação muda um pouco. Essa educação bilíngue representou um marco importante para desfazer em parte o processo educacional proposto pelo SPI e pela FUNAI, adotado ao longo dos anos. Mesma a educação bilíngue, na tentativa de transformar em nova dinâmica não contempla a realidade dos Apinajé. As cartilhas elaboradas como único material didático, não menciona a questão indígena de modo suficiente.

Dessa forma a educação bilíngue reflete apenas a preservação da língua Apinajé para que não desapareçam como também algumas histórias narrativas. O contexto do universo indígena em grande parte tem mantido não como fato relevante, e muito menos em transforma-lo em conteúdos pedagógicos. Dessa maneira entendo que aprender a ler e escrever na própria língua é importante para garantir os valores culturais indígenas e a questão da escrita da língua foi um trabalho que deu o resultado positivo para o SIL, do ponto de vista da educação. Neste caso, foram convidados alguns índios para serem informantes e posteriormente ajudar em outras elaborações de materiais como a tradução do Velho Testamento da Bíblia.

Mesma com a presença do SIL, com seu extraordinário trabalho, a FUNAI continua com suas atividades educativas independentes. Até nessa época por mais que se tenta o trabalho, os Apinajé continuam não reconhecendo a importância da escola. Só a partir dos anos 80, é que a escola começa a ser valorizada pela comunidade de São José, depois de longos períodos, tentando se apropriar no modelo da educação introduzido pela FUNAI.

De acordo com os velhos consultados, como Miguel Wanhmê, Terezinha Amnhàk e Francisco Kagro, a escola sempre teve por objetivo de integrar os indígenas nos

conhecimentos da sociedade envolvente. A língua indígena era vista como o grande obstáculo, não tinha importância como base de conteúdo para que pudesse acontecer, por isso a função da escola era ensinar aos alunos indígenas aprender a ler e escrever em português. Somente depois longos anos é que se começou a ensinar na escola a língua indígena Apinajé como uma das metas prioritárias.

Entendo que as mudanças ocorridas nas comunidades indígenas especialmente na São José não foram apenas por motivos da escola e sim por uma série de fatores que contribuíram como a disputa pela terra, pelos recursos e outros. Com base da discussão, se a escola tem essa concepção de contribuir para o desaparecimento de conhecimentos tradicionais de uma comunidade indígena, porque não se torna uma ferramenta de defesa e de elemento importante para incentivar e favorecer a manutenção ou revitalização da língua e da cultura? (RCNEI, 1998, pag. 119)

Na concepção indígena, o modelo da educação indígena implantada no Apinajé é visto como imposição, percebido dessa forma por alguns pesquisadores da questão indígena como Albuquerque, Giralдин, Almeida, Ladeira Azanha e algumas lideranças indígenas. Com o passar do tempo, essa educação vem ocorrendo de forma gradativa, fazendo séries de mudanças culturais e linguísticas inclusive na atitude comportamental. Hoje a visão dos Apinajé tem outro olhar em relação a educação de hoje especialmente a juventude, tendo como algo positivo e que o ensino de escola serve para ampliar e enriquecer seu conhecimento. Em outro sentido a escola desempenha um papel social e os Apinajé acreditam o destino de sua educação com objetivo de resgatar e revitalizar a cultura indígena conforme aos anseios.

Os Apinajé ao longo dos anos de contato com a sociedade branca vêm tentando manter viva sua cultura, mas estão em conflito permanente com a situação econômica e política com a população da cidade. Apesar da influência de novos conhecimentos em

função da escola, a língua indígena ainda é dominante em todos os domínios sociais, dentro da educação escolar na comunidade da Aldeia São José. Todavia a língua portuguesa, nos últimos anos, vem ocupando espaço que antes era só da língua indígena, nas relações sociais de trabalho, famílias e em reuniões e. Atualmente o modelo de educação escolar implantada tem como prioridade de ensino das duas línguas, mas sempre colocando o Apinajé em primeiro lugar e o português como segundo lugar seja na escola ou em domínios sociais da comunidade (conforme ALBUQUERQUE, 1999).

Ainda de acordo com Albuquerque (1999), a valorização das duas línguas deve ser mantida, para o fortalecimento da autodeterminação dos Apinajé, nos princípios da pluralidade cultural. Dessa forma a escola deixa de ser instrumento de negação e exclusão, transformando em algo positivo de apoio às comunidades Apinajé, atendendo as reais situações, reiterando as ações do ensino e aprendizagem, assim evitando suas descontinuidades sobretudo a evasão e o fracasso escolar.

Como já abordei anteriormente a discussão acerca da educação escolar no Apinajé, não foi uma iniciativa própria dos índios, e sim partidas de interesse do SPI. Uma educação que não refletia a realidade das comunidades, e pautada para integração social da sociedade envolvente. Não existia proposta ideal para a manutenção da cultura indígena segundo os mais velhos. Aqueles que passaram a frequentar escola na época eram forçados a aprender a Língua Portuguesa e outros elementos da cultura ocidental. Quando não aprendiam eram submetidos a castigos com rigor era à base de palmatória e se ajoelhar diante dos colegas em pedras miúdas ou em grãos de milho por alguns minutos no canto da sala de aula. Enquanto isso acontecia à professora prosseguia suas atividades escolares.

A educação naquela época então era de cunho colonialista, sob responsabilidade do Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Neste caso, quem ministravam as aulas eram os professores não indígenas indicados vinculados ao órgão, sem anuência dos índios. Em

função da educação forçada, muitos desistiram de estudar, porque não davam conta de aprender do modelo de ensino aplicado. Dificilmente conclui o ano letivo, por falta de incentivo próprio ou dos pais, não tinha motivação em estudar, muito menos aprender a ler e escrever. Poucos dos indígenas que frequentavam a escola naquele tempo conseguiram aprender a ler e escrever em português, mas não suficientemente.

A situação escolar instalada, ao longo dos anos de contato com a sociedade envolvente, vinha acontecendo de modo contrário aos anseios e interesses da comunidade de São José. Os Apinajé têm vivido um processo de perda étnica com seus valores culturais subjogados pela sociedade branca (ALBUQUERQUE, 1999). Ainda conforme Albuquerque, (1999), um dos mais contundentes problemas com relação à educação indígena é o de que o processo educacional utilizado em todas as comunidades não atende aos anseios dos Apinajé. Essa educação é um dos principais veículos de dominação da sociedade branca, já que está sujeito a um sistema de educacional concebido e inspirado por aquela sociedade e que, portanto, carrega grande parte de seus valores ideológicos. Dessa forma a escola ao invés de promover a autonomia desejada, vem gerando conflitos, fazendo com que muitos alunos indígenas desistam da escola.

2. As séries oferecidas na escola de São José

Nesta abordagem será mencionada, sobretudo a escola da Aldeia São José que é a maior de todas e traz principalmente os dados de quadro de modalidades os números de alunos, servidores e também o estudo dos alunos indígenas na cidade antes da implantação do ensino fundamental e médio. Os dados apresentarão o aumento de número significativo de professores indígenas e o interesse dos alunos pela escola como espaço principal para discutir problemas relacionados ao processo de sua educação na tentativa de resgatar seus processos culturais através da leitura e escrita.

Atualmente existem duas escolas de referência: a de São José e a de Mariazinha, com seu “quadro” de modalidades de ensino fundamental e médio, graças às lutas das comunidades e caciques das duas aldeias.

Antes era muito difícil, para os alunos. Quando concluíam o ensino fundamental 1ª fase, não tinha outra opção que pudesse garantir a continuidade do estudo. A partir de 1997, houve então o incentivo de um chefe de posto da FUNAI, Raimundo Alves Garcêz, de colocar os alunos de São José para estudar na cidade de Tocantinópolis. A proposta foi levada ao pátio da aldeia e discutida entre cacique, comunidade e alunos. Acharam por bem e aceitaram a proposta. Mais de 15 jovens se matricularam no Colégio de Estadual Giuliano Morette em Tocantinópolis.

Nos primeiros dias despertou muito o interesse destes jovens, porque o fato de estudarem fora, no ambiente diferente, era uma novidade para eles, por isso tiveram questão de estudar neste colégio. O deslocamento dos alunos era feito em um caminhão da aldeia, como o único transporte escolar, todos os dias, menos aos finais semanas e feriados. O motorista era o próprio chefe de posto que os levava. Como ele estava a serviço da FUNAI, as vezes tinha outra demanda para atender à comunidade. Quando não podia, os alunos deixavam de ir as aulas. Todas as tardes a comunidade saía para cidade com esses alunos e retornava a aldeia às 10:00 h da noite no percurso de 23 km de estrada de chão. Mas no decorrer dos anos aos poucos foi se tornando difícil, pois alguns desses jovens desistiram de estudar, enquanto outros continuaram firmes. O motivo pelo qual desistiram era justamente pela falta de transporte adequado e a dificuldade de não acompanhar o ritmo acelerado de aulas dos professores branco daquele colégio.

A situação escolar dos alunos Apinajé na cidade ficou mais ou menos caótica o que resultou a falta de uma solução que garantisse a permanência desses alunos por parte do Estado. Diante de obstáculos foi necessária a implantação de ensino fundamental através

da reivindicação dos próprios alunos e comunidade. A Secretaria de Educação e Cultura – SEDUC¹⁴, na época reconheceu a situação crítica dos alunos que estudavam na cidade e por isso priorizou a Aldeia São José em primeiro momento para implantar o ensino fundamental naquela unidade escolar. A comunidade justifica para a SEDUC que era necessário por conta da dificuldade e o cansaço de sair todos os dias para a cidade. Dessa forma facilitaria o acesso escolar, evitando o desgaste de rotina de deslocamento que acarreta o desconforto na jornada de trabalho durante o dia e de estudo a noite.

A partir de 1998, o Estado implantou o ensino fundamental na Escola Mãtyk¹⁵, de São José com intuito de os alunos voltarem a sua aldeia, então foram transferidos do colégio da cidade para a mesma escola. Portanto, foi um sucesso não somente para os alunos, mas também para a comunidade, uma vez que se percebe que a conquista dessa luta contempla a coletividade. A partir do momento que se concretiza o fato, novas demandas surgiram sobre educação escolar Apinajé. A comunidade de São José, novamente reivindicava a construção do prédio de sua escola, e que posteriormente fosse implantado o ensino médio, mas só veio após da construção da escola. Assim a construção do prédio da escola de São José se efetivou em 2003, atendendo a reivindicação dos alunos e comunidade. Em 2008, o Estado implantou a 1ª série do ensino médio e alguns anos depois o concluiu o ensino médio completo. Neste caso, a comunidade de São José, reconheceu a importância do estudo para seus filhos, de modo que futuramente possa assumir sua escola na aldeia (ALMEIDA, 2011).

Hoje a escola Mãtyk atende os alunos, tanto na comunidade beneficiada, como também os alunos de outras escolas de aldeias vizinhas, tendo em vista o ensino e aprendizagem com amplos conteúdos pedagógicos. Depois de implantação do ensino médio completo, só falta o ensino superior. E para dar a continuidade aos seus estudos, os

¹⁴ SEDUC – Secretaria do Estado da Educação Cultura e do Desporto;

¹⁵ MÃTYK – Nome indígena muito usado pelos Apinajé às pessoas do sexo masculino.

alunos vão ter que sair novamente para estudar fora. Alguns desses alunos que já concluíram o ensino médio estão estudando curso superior na cidade de Tocantinópolis. Alguns estão em fase de conclusão, mas que também encontram dificuldades. A situação se repete. É semelhante aos aqueles que começaram a estudar na cidade, quando só tinha 1º à 4º ano do ensino fundamental.

Dessa forma a comunidade de São José, conseguiu ampliar as modalidades de ensino e a escola depois de anos de espera, mas que sua reivindicação foi consolidada com o resultado positivo. Com o aumento de número de alunos foi preciso aumentar também o números de professores para atuar nessa escola. Com a estruturação do prédio da escola, surgem outras necessidades para melhoramento na medida do possível. O objetivo é a oferta de ensino de qualidade e específico para alunos Apinajé, evitando a saída para estudar na cidade, pois, em consequência disso, pode causar o desaldeamento definitivo desses alunos que nunca mais vão querer voltar ao seu povo.

Assim a escola Mãtyk atende alunos de outras escolas como os das aldeias Prata, Cocal Grande, Bacabinha, Brejinho, Bacaba, Boi Morto e a Serrinha. Todos esses alunos são atendidos com transporte escolar ofertado pelo Estado. Em algumas dessas aldeias Apinajé funcionam modalidades de ensino fundamental. É caso da Prata, Boi Morto e a Serrinha. A escola da Aldeia Bacuri, recentemente criada, funciona como extensão da Escola Mãtyk de 1º à 4º ano do ensino fundamental, os demais alunos cursam ensino médio na escola de São José. Apesar de muitas lutas e dificuldades, tanto por parte da comunidade e do poder público, os Apinajé conseguiram uma conquista tão esperada por todos, e que foi salto significativo em relação ao ensino de educação escolar.

Como já foi relatado na discussão anterior, existem duas escolas de referência, a de São José e de Mariazinha. Na escola da Mariazinha cujo nome é Tekator, também é ofertado o ensino fundamental e médio, depois da escola de São José. Os alunos das

escolas menores, também são atendidos na escola da Mariazinha, com transporte escola do Estado. Com a ampliação aumentou o número de alunos e professores indígenas e não indígenas, sendo os não indígenas estão atuando temporariamente naquela unidade escolar. Entendo que os professores não indígenas que atuam tanto na escola Mãtyk e Tekator, assim o fazem por conta da falta dos professores indígenas não preparados para ministrar as disciplinas de ensino universal.

Partindo da situação da escola de São José, é que a comunidade e os alunos da Mariazinha, também reivindicaram e aos poucos a SEDUC, implantou o ensino fundamental e médio. Graças à luta dessa comunidade, junto aos caciques, depois de anos de espera, até que se concretizaram de fato as ações de suas reivindicações. Por ocasião de não implantação de ensino fundamental e médio na época muitos alunos daquela aldeia tiveram que estudar na cidade, enfrentando muitas dificuldades. Com a ampliação da escola e seu quadro de modalidades, os alunos retornaram a sua aldeia de origem.

Portanto com as escolas de São José e da Mariazinha, os Apinajé se orgulham das lutas de conquista a partir da necessidade de promover uma educação de conhecimento indígena e do conhecimento universal. É dessa forma que as duas escolas estão promovendo suas atividades educativas, pensando a formação escolar a partir dos dois conhecimentos. Os jovens da comunidade de São José justificam que é preciso ter acesso aos conhecimentos ocidentais, mas o conhecimento indígena é importante na manutenção da cultura indígena. E pensando nisso que nas duas escolas atuam os professores indígenas e não indígenas, sendo que para os alunos indígenas os dois conhecimentos são essenciais para sua formação escolar. Na atual conjuntura política do Estado, a educação escolar indígena, agora é palco da visão crítica por intelectuais da educação do Brasil e também por parte das lideranças indígenas. No caso das escolas duas escolas Apinajé, a Mãtyk e

Tekator,¹⁶ não é diferente das escolas de outros povos. No contexto da política educacional adotada tem sido percebida nos últimos anos por lideranças e professores indígenas na tentativa de reverter o quadro educacional. O modelo educacional atual não corresponde de fato aos anseios das comunidades indígenas, isso porque não é uma educação proposta por índios e sim pelo Estado. Os professores indígenas questionam, mas não tem voz, porque eles são pagos para prestar serviço na comunidade, por isso eles têm que seguir as orientações pedagógicas mesmo ao contrário de sua vontade.

No tocante às políticas públicas de educação adotadas nas escolas Apinajé, de certa forma não transformou em verdadeira educação diferenciada e específica. O que se percebe é que poucas culturas indígenas são trabalhadas pelos professores indígenas e não indígenas. Os conteúdos programáticos da matriz curricular é a mesma de uma escola regular com exceções de disciplinas específicas. É o caso da Língua Indígena, História Indígena, Saúde indígena, Manifestações Culturais e Saberes Indígenas e as demais são disciplinas regulares de escola da rede pública. Nas séries iniciais todas as disciplinas da grade curricular são ministradas pelos professores indígenas. No ensino médio somente as disciplinas específicas são ministradas pelos professores indígenas e as regulares são ministradas pelos professores não indígenas.

A luta dos Apinajé agora não é mais pela ampliação das modalidades de ensino e sim por uma educação diferenciada e específica que atende a realidade do seu povo. As atividades desenvolvidas, no caso da escola de São José, sobre os conhecimentos não são suficientes. Dadas às dimensões da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins, a grande diversidade de situações encontradas, há muito por fazer. Constata-se, claramente, uma defasagem entre o avanço do discurso e da legislação escolar indígena e a realidade de grande parte das escolas e programas educacionais oferecidos aos índios.

¹⁶ **TEKATOR** – Nome indígena, muito usado pelos Apinajé às pessoas do sexo masculino.

De acordo com RCNEI de 1998, afirmo que há outros fatores observados, questionados pelos professores e lideranças nas escolas Mãtyk de São José: é o sistema de ensino que não compartilha a vida social na aldeia. A obediência de calendário escolar que não corresponde às atividades coletivas e rituais importante para a socialização dos estudantes em seus padrões culturais. Aos sistemas de avaliação que também não consideram conteúdos e metodologias experimentadas pelas práticas de educação indígena. O número de professores indígenas capacitados é insuficiente, a falta de realização contínua de formação em magistério indígena para os professores é outro problema.

Outro questionamento que se percebe é pela falta de Projeto Político Pedagógico – PPP da escola. Em função disso, vem adotando o modelo padronizado das escolas regulares. Os conteúdos ministrados são distribuídos por disciplinas com áreas de conhecimentos separadas. Em sua totalidade, com acúmulo de conteúdos termina dificultando a aprendizagem dos alunos. Daí gera reclamação dos pais, que seus filhos não estão aprendendo culpando principalmente os professores indígenas. Alguns pais avaliam e refletem constantemente sobre os efeitos da educação formal escolar em sua comunidade e estão atentos a partir das experiências pedagógicas dos professores. Só assim a educação dos seus filhos poderá ser assegurada e a escola poderá avançar no sentido de oferecer uma educação diferenciada e específica. A inclusão da escola de São José, nos sistemas oficiais de ensino em toda sua história, ainda se encontra difícil. Ainda há luta para fazer o processo próprio de construção de uma educação específica, enfrentando problemas e buscando soluções condizentes com o direito constitucional a uma educação específica e diferenciada.

Com base das reflexões do RCNEI, de 1998 (pag. 39) vários são os fatores responsáveis por esse quadro de dificuldade entre eles:

Em primeiro lugar, persiste a tradição de uma política pública homogeneizadora que não atinge somente a educação escolar indígena. Fomentar mudanças nessa área exige investimentos em capacitação dos professores indígenas e tais iniciativas ainda não estão sendo tomadas de modo abrangente e com qualidade necessária. Ainda de acordo com RCNEI, em segundo lugar, apesar do crescente esforço da Secretaria da Educação, criar instância específica Gerência de Educação Indígena para todas as escolas do estado, incumbida de definir prioridades e estratégias para promover uma educação escolar verdadeiramente específica e intercultural, em diálogo com as comunidades indígenas e entidades que representam as experiências não têm ainda tempo de maturação suficiente para apresentar resultados para uma avaliação qualitativa. Da mesma forma a dotação orçamentária específica para a educação escolar indígena, ainda que já existente, não cobre todas as demandas e carência das escolas e da formação dos professores indígenas precisar progressivamente ampliada. Ainda é insuficiente a Secretaria, através de sua Gerência de Educação Indígena, que contempla a participação significativa de professores indígenas para assessorar as decisões relacionadas à política pública implantada.

Com relação ao povo Apinajé, há muito ainda por se fazer para que as escolas indígenas conquistem a autonomia curricular e administrativamente reivindicada. As normas adotadas pelo sistema de ensino contradizem os princípios da educação diferenciada quando toma como referência para a criação das escolas critérios, que não se adaptam a realidade indígena. Por tanto por essa razão, a maior parte das escolas indígenas são identificadas na categoria de “escolas rurais”, com calendários escolares, e planos de curso válido para esse tipo de escola. Outro fator comum é considerar as escolas indígenas salas – extensão ou salas vinculadas a uma escola para não índios, sob argumento de que não atendem às exigências válidas para os demais escolas para terem funcionamento administrativo curricular autônomo.

A comunidade de São José, atualmente luta por uma educação de qualidade no contexto indígena, não deixando para trás os conhecimentos universais da sociedade envolvente. Por isso que todo projeto escolar deve ser pensado e planejado, construído e mantido pela vontade livre e consciente da comunidade. A SEDUC e outras instituições de apoio devem ser de conhecimento, incentivo e reforço para este projeto escolar. Não se trata apenas de elaborar currículo, mas de permitir e oferecer condições necessárias para que a comunidade gere sua escola. Complemento do processo educativo próprio, a escola deve se constituir dos interesses e possibilitar sua participação da proposta curricular, do seu funcionamento, das escolhas dos professores que vão lecionar, do projeto pedagógico que vai ser desenvolvido, enfim da política educacional que será adotada.

Diante da política de educação adotada, a escola de São José vem tentando se adaptar a realidade indígena. Para se tornar em uma escola que caracteriza a cara da comunidade tem que seguir o seu processo próprio de ensino e aprendizagem. Mas persiste a dificuldade em mudar para que sua educação seja focada mais para contexto social indígena ou, já que na condição que está a escola, deve levar em consideração que os conhecimentos indígenas e não indígenas sejam paritários. Da forma que está sendo, percebe-se que os conhecimentos ocidentais, principalmente a língua portuguesa, deve ser mantida na escola. Para a nova geração aprender o português, é um meio para a comunicação com os não índios e para a socialização no mundo da sociedade nacional.

Segundo RCNEI (1998, pág., 121) aponta que aprender e saber usar a Língua Portuguesa na escola é um dos meios de que os povos indígenas dispõem para interpretar e compreender as bases legais que orientam a vida no país, sobre aqueles que dizem respeito aos direitos indígenas. Todos os documentos que regulam a vida na sociedade brasileira são escritos em português: as leis, principalmente a Constituição, os regulamentos, os documentos pessoais, os contratos, os títulos, os registros e os estatutos. Os alunos

indígenas são cidadãos brasileiros e como tais, têm o direito de conhecer, sempre que necessitarem, em qualquer esfera da vida social e política do país.

Algumas mudanças precisam ser feitas na escola de São José, mas a própria SEDUC demonstra resistência ao manter o modelo de educação padronizado definido por ela. Por isso, não acata todos os pedidos através de documentos e reuniões dos índios. A escola é vinculada ao Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena que abrange todas as escolas do Tocantins. O conselho reúne seus membros, no qual os professores Apinajé fazem parte para discutir os processos de ensino em sua escola. Muitas vezes os resultados das discussões não são positivos, embora os membros possuam voz, mas não definem as metas de educação de forma suficiente. A escola, então do ponto de vista da comunidade continua, não tendo a sua autonomia própria sobre os processos própria de ensino e aprendizagem.

3. Escola Apinajé da FUNAI, MEC e SEDUC: uma educação indígena em regime de colaboração.

Para entender melhor a história de mudança da educação escolar Apinajé para outras instituições escolares é preciso voltar no passado para uma reflexão histórica sobre educação escolar indígena no estado de forma mais abrangente, a partir da legislação brasileira.

A Educação Escolar Indígena Apinajé, desde princípios vem sendo coordenada inicialmente pelo SPI, até 1967, quando com a criação da FUNAI. Essa educação segue então sob a política integracionista e sem considerar a pluralidade cultural. A partir de 1962, teve o início de trabalho do SIL, em parceria com a FUNAI, para a promoção de Educação Bilíngue na escola de São José.

Em 1991, com o decreto presidencial numero 91, atribuiu ao MEC¹⁷ a competência para integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular. O mesmo Decreto atribui a execução das ações às secretarias estaduais e municipais de educação em consonância com as diretrizes traçadas pelo MEC. O reconhecimento dos direitos educacionais específicos dos povos indígenas foi reafirmado no Decreto nº 1.904/96, (RCNEI, 1998, pag. 32), que institui Programa Nacional de Direitos Humanos. Ainda de acordo com RCNEI, (idem) ali se estabelece como meta a ser atingida em curto prazo a formulação e implementação de uma política de proteção e promoção dos direitos das populações indígenas em substituição a política assimilacionista e assistencialista, assegurado às sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sociocultural.

Segundo Albuquerque (1999:14 apud Almeida 2012) o Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins¹⁸ é um importante documento visando à formação de professores para atuarem no Magistério Indígena¹⁹ e se efetivou em 1991 mediante assinatura do convênio tripartite entre a Universidade Federal de Goiás, a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins e a Fundação Nacional do Índio. De acordo com relatório DRE, 2002 (apud Almeida 2012), após o convênio com a Secretaria de Estado da Educação, no ano de 1991, foram contratados os professores indígena e não indígenas em caráter temporário para que os mesmos pudessem atuar nas escolas das aldeias. Nesse período a escola Mãtyk passou a ser supervisionada pela Diretoria Regional de Ensino²⁰ de Tocantinópolis (DRE), e a receber instruções da Coordenadoria de Educação Indígena na Secretaria da Educação em Palmas, Estado do Tocantins, que também era responsável pelo

¹⁷ MEC – Ministério da Educação e Cultura;

¹⁸ **PROJETO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA PARA ESTADO DO TOCANTINS** – Convênio tripartite entre a UFG/SEDUC/FUNAI, visando à formação dos professores para atuarem no Magistério Indígena;

¹⁹ **MAGISTÉRIO INDÍGENA** – Formação específica dos professores indígenas para atuarem em suas escolas das aldeias.

²⁰ **DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO** – Instituição de ensino ligada a SEDUC, com sede em Tocantinópolis.

suprimento de equipamentos e materiais didáticos necessários para o bom desempenho das atividades escolares. O material específico para o trabalho em língua materna inicialmente foi elaborado pelos membros do SIL. Posteriormente, a partir de 2001, os próprios professores indígenas confeccionaram um material didático e bilíngue, organizado e produzido por eles mesmos, sob a supervisão e coordenação do professor Francisco Edviges Albuquerque, através das ações do Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Escolar Apinajé.

De acordo com Cabral (1987, apud Almeida, 2012, p. 31) os indígenas, ao serem autores dos materiais didáticos utilizados em suas escolas, detêm o controle do seu próprio processo educacional e aparentemente legitimam a sua atuação no trabalho. Para Costa



Figura 11 – Alunos em atividade com artesanato com profa. Ana Rosa

Lana (2009, apud Almeida 2012, idem 31) a produção do material didático e específico para escolas indígenas deve de autoria dos próprios indígenas e igualmente, a legislação garantir formas de participação e controle social

indígena nas políticas da educação escolar a eles destinado. Para a autora, o que se constata é que não se criou nenhum órgão ou uma modelo institucional que fosse capaz de colocar em prática os direitos educacionais indígenas. Para Albuquerque (2007), o caráter de política pública da Educação Escolar Indígena acredita que, ao assumir responsabilidade de elaboração de material didático e de apoio pedagógico, os professores Apinajé estão exercendo um direito que lhes é garantido em documentos importantes, por exemplos, a

Constituição Federal do Brasil (1988), Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional²¹ (1996), o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (1998)²².

Após implementação das leis citadas acima, outras foram implementadas depois, para reforçar a questão da Educação Escolar Indígena, bem como o Parecer 14 (1999)²³ e Resolução 003 (1999)²⁴, ambos do Conselho Nacional de Educação e por último o Plano Nacional de Educação²⁵ (2001). De acordo com Almeida (2011) em função do Trabalho coletivo que a escola indígena Mãtyk de São José, desenvolvendo e tendo em vista a diversidade linguística e cultural presente na comunidade, são considerados vários aspectos positivos na realização de suas ações.

Segundo Albuquerque (1999, apud Almeida, 2012 p. 37), ainda há muito que fazer pela escola no que tange ao trabalho de reconhecimento e da valorização da cultura e da língua indígena. Esforços têm se verificado no sentido de desenvolver a autonomia dos Apinajé, através da articulação com as demais culturas indígenas e não indígenas. Assim constitui uma possibilidade de informação e divulgação da cultura indígena praticada na comunidade, e conseqüentemente o reconhecimento desta na sociedade não indígena. Por isso a comunidade escolar prima pela participação efetiva de toda a comunidade local no processo pedagógico da escola, fundamentalmente na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e no exercício das práticas metodológicas, assumido um papel necessário para a efetividade de uma educação bilíngue, diferenciada e intercultural.

Como já foi discutido anteriormente a Educação Escolar Indígena foi transferida da FUNAI por decreto presidencial em 1991, atribuindo ao MEC à competência para integrar

²¹ **LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL/96** – Lei do Ministério da Educação que rege a educação do país.

²² **REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA ESCOLAS INDÍGENAS/98** – Importante documento que orienta aos professores indígenas atuarem em suas escolas das aldeias;

²³ **PARECER 14/99** – Parecer do Conselho Nacional de Educação que determina a estrutura e funcionamento das escolas indígenas e propõe ações concretas em prol da educação escolar indígena;

²⁴ **RESOLUÇÃO 003/99** – Resolução do Conselho Nacional de Educação que fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e das outras providências;

²⁵ **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO /2011** – Plano de educação que apresenta diretrizes, objetivos e metas para Educação Escolar indígena.

aos sistemas de ensino regular, coordenando as ações em todos os níveis e modalidades. A mudança só surtiu efeitos no Apinajé após alguns anos. Aos poucos a escola foi se constituindo em proposta de educação escolar ofertada a comunidade educativa. A partir de 1994, a Educação Escolar Indígena Apinajé passou definitivamente à competência do Estado através da Secretaria de Educação e Cultura.

Várias mudanças começaram acontecer na escola Mãtyk de São José. Inicialmente com a inserção de professores indígenas. Até então só podiam os professores da FUNAI e da Missão Novas Tribos do Brasil. E em seguida à desvinculação dos mesmos professores da FUNAI, somente aqueles da missão continuam prestando serviços voluntariamente e como colaboradores. Nova grade curricular foi introduzida na escola com disciplinas regulares mais acréscimo de disciplinas específicas voltadas para o contexto indígena. Novas demandas surgiram, dentre elas a contratação dos professores indígenas e não indígenas. Há necessidade de construir prédio próprio da escola do tamanho necessário para possa acolher os professores para exercer suas atividades docentes. Criação de direção e coordenação para dar suporte aos professores e contratação de secretário para cuidar dos serviços burocráticos. Contratação de merendeiras e coordenadoras de apoio à merenda escolar e vigias.

Outros mecanismos promovidos através da Secretaria da Educação do Estado exemplos de Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Tocantins²⁶, com participação dos professores indígenas para definir o rumo da educação dos Apinajé. Curso de Formação em Magistério Indígena para qualificar os professores indígenas, atuarem em sala de aula em suas escolas das comunidades. Equipamentos da escola ampliação do quadro de modalidade de ensino e mais construção de escolas para as demais comunidades. Há também implantação de Projeto de Apoio Pedagógico a Educação Escolar Apinajé em

²⁶ CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO TOCANTINS

parceria UFT/FUNAI, sob coordenação do professor Francisco Edvirges Albuquerque. O objetivo do projeto é dar suporte aos professores Apinajé a trabalharem em salas de aula, com os temas voltados para a realidade da comunidade. O resultado do projeto deu-se até no momento a produção dos livros com apoio da UFT/FUNAI, abordando as áreas da alfabetização, História, Geografia, Matemática, Ciências, Medicina Tradicional, Receitas, Narrativas e Músicas Tradicionais escritas em Apinajé e na Língua Portuguesa, usadas pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

De acordo com Almeida (2011, pág. 144), em 2007 o Ministério da Educação, no âmbito da implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que defina nova sistemática de transparência de recursos para as Secretarias de Educação, através de Plano de Ações Articuladas. Nessa nova sistemática, as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, devem apontar as necessidades de acordo com as ações abaixo discriminadas apresentando suas demandas a partir da elaboração de diagnósticos sobre a situação da educação escolar indígena, contando com a participação dos povos indígenas nessas tarefas. As ações apontadas são:

- 1- Formação Inicial de professores indígenas;
- 2- Formação Continuada de professores Indígenas;
- 3- Produção de Materiais Didáticos;
- 4- Ensino Médio Integrado;
- 5- Formação de Técnicos para Gestão de Programas de Educação Escolar Indígena;
- 6- Construção de Escolas Indígenas.

Partindo de tais propostas a escola Mãtyk de São José, tem sido contemplada por esses programas de apoio e com as demais escolas das comunidades Apinajé. Nessa perspectiva de promover uma educação de qualidade para os filhos, a comunidade escolar

está atenta em acompanhar as atividades da escola, analisando o perfil dos professores indígenas e não indígenas. Assim a escola de São José se encontra no momento de capacidade estrutural e administrativa de levar a educação bilíngue das comunidades Apinajé. A escola Mãtyk de São José é uma escola exemplar para as escolas menores, pois ela é quem está a frente dos problemas relacionados a educação escolar indígena. Demonstra o interesse e capacidade em promover ações voltadas para educação escolar indígena, envolvendo outras escolas vizinhas. Por ser uma escola maior, está a frente das lutas pelas melhorias das escolas. Esforços partidos dos professores indígenas que compõem o quadro e possuem grau de escolaridade mais ampla

. Mas para que a escola seja assumida somente por índios, é preciso que os professores indígenas continuem estudando, se atualizando mais, ampliando seu grau de escolaridade (faculdade, mestrado e doutorado). A escola exige dos seus docentes mais capacitação e qualificação para assumirem a educação de sua comunidade. Caso contrário, os professores indígenas não preparados podem ser substituídos por professores não indígenas. Por essa razão os professores não indígenas estão atuando na escola, mas temporariamente. É do conhecimento da Secretaria da Educação, os professores não indígenas estão atuando, enquanto os professores indígenas se preparam para assumirem definitivamente sua escola como um todo.

Ao pesquisar aspectos pedagógicos da minha escola de São José, percebo que os professores Apinajé, eles têm os mesmos anseios e as mesmas necessidades de todo professor brasileiro. Por vezes sua situação é até mais problemática, pois precisam lidar com os conteúdos curriculares descontextualizados de sua realidade sociocultural e linguística. Eles fazem o que fazem não apenas pelo salário que ganham e apesar de viverem numa comunidade, terem um currículo alheio aos interesses ao seu povo, não terem plano de carreira próprio e os direitos trabalhista justo igualmente a um professor de

escola da rede pública. Também foram identificadas as práticas pedagógicas dos professores indígenas, com atitudes simples, rompem com os preceitos do paradigma da educação tradicional. Em contrapartida, na ação dos professores Apinajé identifica-se um novo paradigma, que traz a percepção de um mundo complexo, a visão de contexto, uma visão mais ampla e abrangente, destacando a compreensão ecossistêmica de vida.

Os professores indígenas se deparam com a complexidade do mundo do kupê (não índio) a partir de suas ações pedagógicas nas escolas diante das dificuldades de não atingir objetivos desejados pelo sistema da Secretaria da Educação. O que acontece é que a educação tradicional, não sendo inserida de fato, principalmente as suas práticas culturais, exatamente por conta das normas de calendário, currículo, PPP e a própria estrutura física das escolas, não dão condições necessárias suficientes para as ações pedagógicas diferenciadas voltadas para realidade de cada comunidade. Para entender melhor a história de mudanças de educação escolar Apinajé para outras instituições de ensino, já foi relatada a reflexão histórica da Educação Escolar Indígena de modo geral na forma mais abrangente. Neste sentido, a política de educação adotada no Apinajé, desde o início de suas atividades se configura na condição integracionista, voltada meramente para sociedade brasileira, com intuito de convencimento para incorporar numa educação integradora e de não respeito a pluralidade cultural.

Com base deste argumento, as relações entre o poder público e os povos indígenas do Brasil, têm uma história na qual se pode reconhecer duas tendências: 1) a de dominação por meio da integração e homogeneização e 2) respeito a pluralidade cultural. Essas tendências formam a base da política de governo que é desenvolvida a cada etapa da história do país. A ideia de integração firmou-se na política indigenista brasileira até recentemente, persistindo em sua essência desde o período colonial até o final dos anos 80 do século passado quando um novo marco se constrói com a promulgação da constituição

Federal de 1988. A política integracionista começava por pensar e reconhecer a diversidade dos povos indígenas que havia no país, mas apontava como ponto de chegada o fim dessa diversidade. Toda diferenciação étnica seria anulada ao incorporarem os índios à sociedade nacional e ao se tornarem brasileiros tinham que abandonar sua própria identidade.

É dessa forma que a educação escolar dos Apinajé se estabeleceu no princípio, sem o processo de consulta à própria comunidade de São José. Uma educação que se assemelha no processo de ensino não emancipatório e que se fundamenta nos conhecimentos da sociedade nacional, deixando de lado as suas diferenças relativas à língua, ao modo de viver. Ao contrário de que se discute hoje através da legislação vigente é que não seja apenas uma discussão teórica, mas tendo em vista as ações propostas amparadas nas escolas, se transformam em educação diferenciada e específica com os conteúdos pedagógicos que refletem a realidade da comunidade beneficiada.

De acordo com a discussão atual dos professores e lideranças, a escola de São José, deve então obedecer aos princípios básicos, às diretrizes e metas conforme prevê a legislação da educação escolar indígena, levando em consideração os aspectos culturais e línguas. Reconhecer formas de organização própria socialmente, economicamente, em que a comunidade escolar pensa sobre o mundo, a humanidade como todo. Historicamente os Apinajé têm a memória de percursos de experiências históricas diversas (conforme capítulos 1 e 2), de seus contatos com outros povos indígenas e os não índios. É um processo sem fim, cultura e língua são frutos da herança de gerações anteriores, mas estão sempre em eterna construção, reelaboração, criação e desenvolvimento. O respeito ao direito à diferença, exigido no Brasil pela Constituição Federal, é o principal recurso para a continuidade do processo de educação como patrimônio vivo, renovado em seus conteúdos e possibilidades e de valor inestimável. Os professores indígenas que atuam na escola

deverão ter uma visão mais voltada para a valorização da cultura de sua comunidade, mas para isso precisa de interesse maior e compromisso com a escola onde trabalha.

4. Processo de fixação das aldeias

Nesta abordagem será discutido o processo de fixação das aldeias no território indígena Apinajé, uma vez que já foi comentado em parágrafos anteriores. A discussão será retomada no sentido de compreender dois aspectos básicos em que os Apinajé continuam em processo de mudanças e construções das aldeias: a de permanência definitiva e aumento de aldeias de forma acelerada nos últimos anos no território delimitado.

Atualmente os Apinajé continuam constituídos em processo de mudanças de suas aldeias, como já foi discutido no capítulo 2 deste trabalho. O processo de fixação das aldeias é dado a partir do momento em que as comunidades ganham benefícios vindos das políticas públicas do governo em assistência à saúde, educação e outros programas sociais às comunidades indígenas. Neste sentido as comunidades pensam e refletem para o próximo passo e não pretendem mudar de suas aldeias, mas por outro lado algumas pessoas das comunidades insistem em mudar para outros lugares do território, construindo novas aldeias. É por isso que o número das aldeias tem crescido bastante. Ao contrário do passado, uma vez que aldeia era extinta, sua população inteira era deslocada para outro canto do território e dificilmente retornava para habitar aquela aldeia. Hoje o processo ocorre de forma diferente. Somente partes das famílias costumam sair para construir novas aldeias e não a população inteira. As mesmas permanecem com restante de seus habitantes, conforme relatada no capítulo 2 deste trabalho.

Outro fator preponderante no processo de fixação é pelo fato de argumentos das instituições de saúde, educação e o poder público municipal. Esses argumentos são na

tentativa de convencer os Apinajé, a não se expandir tanto pelo território. É melhor que os índios morem na aldeia formada em comunidade maior e mais organizada para facilitar o acesso para dar assistência a saúde, a educação e outros benefícios sociais do governo. Segundo as instituições, quanto mais os índios se espalharem pelo seu território, mais difícil fica o acesso e até mesmo para atendimento das outras políticas públicas do governo. Em relação à concepção dos índios, o processo de mudança de local não é um fator negativo e sim uma questão cultural. Em uma aldeia bem-sucedida com a estrutura das políticas públicas, onde a comunidade se sinta bem atendida, dificilmente essa aldeia muda para outra localidade. É o caso da São José, que conta com a escola, a saúde estruturada e a eletrificação. São três benefícios básicos que faz com que os Apinajé, não mudam as aldeias, mas não impede a saída de algumas famílias dessa aldeia. Todas as comunidades com suas aldeias construídas atualmente são de famílias vindas de São José.

As duas aldeias sede, a São José e a Mariazinha, possuem estrutura bem sucedida de construção de escola, posto de saúde, instalação de energia elétrica e poço artesiano. Por esse motivo as duas aldeias não tem como mudar mais para outro local. Alguns tempos atrás essa mesma aldeia já foi transferida, e agora recentemente a comunidade pensa em transferi-la, novamente para outro local, mas acabam optando em permanecer. Está ocorrendo com outras aldeias construídas no território. Nas novas aldeias algumas famílias decidem mudar para outras localidades, construindo novas aldeias. Ocorrem também nas aldeias menores. Algumas famílias podem decidir mudar mesma em aldeia mais recente e assim sucessivamente. No processo de fixação das aldeias normalmente se observa algumas melhorias de política pública de governo tem chegada até as comunidades, apesar das dificuldades de acesso. Outras ainda estão em fase de solicitação de melhorias de qualidade de vida, através das políticas públicas. Outro fator que se assemelha no processo de permanência das aldeias é a melhoria de infraestrutura, que são as estradas vicinais em

terra indígena. Mas isso é diferente dos outros benefícios, porque não é uma política pública e sim atendimento através das reivindicações dos índios anualmente. É o único problema enfrentado pelos Apinajé todos os anos e o poder público municipal e estadual, muitas vezes não dão atenção base para as melhorias das estradas que dão acesso às aldeias. Só efetuam as ações quando é solicitada e ainda através da pressão dos índios às autoridades responsáveis. Para os Apinajé são 42 aldeias, existentes em terra indígena sendo 36 são reconhecidas e cadastradas segundo os dados do SIASI – Sistema de Informação de Assistência a Saúde indígena no Polo indígena de Tocantinópolis em 2017. Veja abaixo por ordem alfabética.

ALDEIA	Nº DE PESSOAS	MUNICÍPIO
1. Abacaxi	144	Tocantinópolis
2. Águas Limpas	15	Tocantinópolis
3. Aldeinha	49	Tocantinópolis
4. Areia Branca	77	Tocantinópolis
5. Bacaba	51	Tocantinópolis
6. Bacabinha	50	Tocantinópolis
7. Bacuri	48	Tocantinópolis
8. Baixa Funda	60	Tocantinópolis
9. Barra do Dia	33	Maurilândia
10. Boi Morto	85	Tocantinópolis
11. Bonito	93	Tocantinópolis
12. Botica	141	Maurilândia
13. Brejinho	58	Tocantinópolis
14. Brejão	34	Tocantinópolis
15. Cipozal	09	Tocantinópolis
16. Cocal Grande	69	Tocantinópolis
17. Divisa	38	Tocantinópolis
18. Formigão	16	Tocantinópolis
19. Furna Negra	37	Tocantinópolis
20. Girassol	117	Tocantinópolis
21. Inhuma	11	Tocantinópolis
22. Macaúba	60	Tocantinópolis
23. Mariazinha	222	Tocantinópolis
24. Mata Grande	85	Tocantinópolis
25. Morro Grande	19	Tocantinópolis
26. Olho D'água	33	Tocantinópolis
27. Palmeiras	153	Tocantinópolis
28. Patizal	70	Tocantinópolis
29. Pintada	51	Tocantinópolis
30. Prata	105	Tocantinópolis
31. Pēpxà (Irepxi)	29	Tocantinópolis
32. Recanto	54	Tocantinópolis
33. Riachinho	43	Tocantinópolis
34. Serrinha	61	Tocantinópolis
35. São José	270	Tocantinópolis
36. São Raimundo	83	Tocantinópolis

Tabela 1 – Aldeias Apinajé e população

Das 42 aldeias existentes no território, 36 são reconhecidas conforme o quadro acima, sendo que a aldeia recém-criada Aldeia Nova, seus habitantes são cadastrados na Aldeia Mata Grande. A Aldeia Serra Dourada e Antônio Bento que também não consta na lista, do quadro acima, seus habitantes são cadastrados na Aldeia Girassol e as aldeias Juçaral e Botiquinha, seus habitantes são cadastrados da Mariazinha. No entanto o número de aldeia no território tem crescido muito nos últimos anos, resultando no total de 2.573 pessoas. Segundo levantamento do SIASI do Polo Indígena de Tocantinópolis aponta esses dados, levando em consideração dos índios desaldeiados que moram na cidade, outros moram em outras etnias como Krikati e Krahô de acordo com o SIASI.

Algumas aldeias têm extinguido como o Riachinho do município de Tocantinópolis, por motivo de conflito interno, causando o abandono de sua população, mas depois de alguns tempos foi reativada. Outras foram extintas do quadro da FUNAI são as aldeias Cocalinho no município de Cachoeirinha e Buriti Comprido no município de São Bento do Tocantins, em função do conflito que ocorreu em dezembro de 2007 entre índios e não índios. Essas não foram reativadas e as comunidades não voltaram, por medida de segurança, mas pretendem em reocupar aquele local de suas aldeias de origem. Houve em tempos atrás a Aldeia Barreira no município de Tocantinópolis foi extinto com esse nome, mas essa transferiu para outro local mudando o nome para atual Aldeia Bonito no mesmo município.

A função empregatícia também influencia nas comunidades indígenas, como já foi abordada na discussão anterior. Na Aldeia São José, há servidores indígenas da escola, da saúde e por conta disso, esses servidores não pretendem mudar com suas famílias para construir novas aldeias e se por acaso eles decidirem mudar dificulta o trabalho e podem até perder a função de emprego. Mas se for por uma demanda de extrema necessidade estes então terminam mudando, porque é uma questão cultural. Podem até mudar de aldeia, mas

continuam exercendo a função empregatícia mesmo na rotina de ida e volta para o seu trabalho. Alguns casos acontecem raramente com esses servidores indígenas, morando em uma determinada aldeia e exercendo a função em outra, mesmo com dificuldade. Às vezes terminam se desvinculando da função que exerce por conta das dificuldades que enfrentam como a falta de condução (transporte) até o trabalho, pois geralmente se desloca no percurso distante. Quando é próxima podem ir até a pé todos os dias para trabalhar na escola ou na saúde. A maioria dos casos é temporária, dificilmente se tornam definitivas, por conta dessas dificuldades para prestar serviços a uma comunidade indígena.

5. Aumento das escolas nas aldeias e as séries oferecidas.

Nesta seção será discutido o panorama geral sobre breve contexto histórico escolar que define as dimensões de implantação com as leis de criação, estrutura física, quadro geral de servidores, alunos e as modalidades de ensino. Serão trabalhados aspectos pedagógicos em cada escola e que perspectiva futura dessas escolas para os Apinajé, no ponto de vista educacional. Veja os dados quantitativos das escolas Apinajé, reconhecidas e regularizadas pela SEDUC, segundo levantamento da Supervisão indígena da DRE de Tocantinópolis em 2017:

5.1 Escola Estadual Indígena Mătyk

Escola Estadual Indígena Mătyk, localizada na Aldeia São José, no município de Tocantinópolis é a mais antiga de todas, iniciou suas atividades a partir dos anos 60. A partir de 1982, a escola aderiu o nome Mătyk em homenagem de um grande líder Apinajé, por quem todos tinham respeito conhecido com José Dias Roxo. A escola até essa época, não era reconhecida muito menos regularizada, mas já exercia suas atividades. Com o Decreto governamental nº 1.196 de 28 de maio de 2008, passou a ser uma escola regularizada, com plenas atividades escolares segundo Supervisão Indígena.



Figura 12 – Escola Indígena Mãtyk – aldeia São José (Foto Cassiano Apinagé)

Atualmente a escola é a maior de todas as escolas Apinagé, seu prédio foi construído em 2003, com recurso do Ministério da Educação, através da SEDUC. A

escola conta com 429 alunos matriculados, nas modalidades de Ensino Fundamental 1ª e 2ª fase e Ensino Médio completo, funcionando em três turnos matutino, vespertino e noturno. Seu quadro funcional é de 30 servidores, sendo 01 diretor indígena efetivo; 02 coordenadores pedagógicos, 01 indígena efetivo, 01 não indígena contratada; 01 secretário não indígena contratado; 01 auxiliar de secretário indígena contratado; 03 vigias todos indígenas contratados; 03 merendeiras todas indígenas contratadas; 01 Auxiliar de Apoio à Rotina Escolar (AARE) não indígena contratada; 03 zeladores todos indígenas contratados; 15 professores sendo 08 indígenas, 02 efetivos e 06 contratados; 07 não indígenas todos contratados.

5.2 Escola Estadual indígena Katàm

A Escola Estadual indígena Katàm, situa-se na localidade da Aldeia Palmeiras, no município de Tocantinópolis. Criada pelo decreto governamental nº 1.196 de 31 de março de 2008, até esse período não era legalizada pelo Estado, só com Portaria da SEDUC, nº 0653 de 28 de abril de 2011, é que a escola iniciou suas atividades e se transformou em uma escola legalmente reconhecida. A escola possui o seu prédio próprio construído pela

Secretaria da Educação do Estado, mas não foi possível encontrar informação da data de construção.

A escola conta com 54 alunos matriculados, sendo 01 coordenador pedagógico não indígena contratado; 04 professores sendo 02 indígenas e 02 não indígenas todos contratados. Modalidade oferecida é de 1ª e 2ª fase de Ensino Fundamental e Ensino médio completo com horário de funcionamento em dois turnos: matutino e vespertino.

5.3 Escola Estadual Indígena Kunĩtyk

A Escola Estadual Indígena Kunĩtyk, está localizada na Aldeia Patizal, no município de Tocantinópolis. Criada pelo Decreto nº 1.196 de 28 de maio de 2001, posteriormente autorizado o seu funcionamento pela Resolução nº 101, de 21 de agosto de 2009. O prédio foi construído e inaugurado em 14 de fevereiro de 1996.

Atualmente a escola possui 24 alunos matriculados, conta com 03 professores sendo 01 indígena e 02 não indígenas todos contratados. O quadro de modalidade de ensino é de 1ª a 2ª fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio (extensão da Escola Mĩtyk), que funciona em dois turnos apenas: vespertino e noturno.

5.4 Escola Estadual Indígena Katàmkaàk

A escola Estadual Indígena Katàm kaàk, situada na aldeia Prata, no município de Tocantinópolis, foi criada pelo Decreto nº 3.331 de 31 de março de 2008. Autorizada o funcionamento pela Resolução nº 198, de 27 de outubro de 2009, com o início das atividades a partir desta data. Possui o prédio construído com o recurso do Estado e funciona em dois períodos: matutino e vespertino.

Esta escola conta com 15 alunos matriculados, 01 professora indígena contratada pela Secretaria da Educação. Modalidade oferecida: 1ª fase do Ensino Fundamental, como

atendimento básico para essa comunidade. Os alunos que cursam 2ª fase do Ensino Fundamental e Médio são lançados na Escola Mãtyk.

5.5 Escola Estadual Indígena Kaxware

A Escola Estadual Indígena Kaxwre, na localidade Aldeia Serrinha, município de Tocantinópolis, foi criada por Decreto governamental nº 3.331 de 31 de março de 2008. Posteriormente iniciou suas atividades como escola regularizada e reconhecida pela Resolução nº 197, de 27 de outubro de 2009. O prédio foi construído com o recurso do Estado, a partir da necessidade da comunidade indígena.

A escola conta com 15 alunos, 01 professor indígena contratado. A modalidade oferecida é a 1ª fase do Ensino Fundamental, funcionando em um turno matutino. Os demais alunos que cursam Ensino Médio são lançados na Escola Mãtyk de São José.

5.6 Escola Estadual Indígena Gôhkru

A Escola Estadual Indígena Gôhkru, localizada na Aldeia Boi Morto, no município de Tocantinópolis, funciona em local próprio, seu prédio construído. Não foi possível encontrar um documento oficial que data a criação e a regularização, mas já é reconhecida pela Secretaria de Educação do Estado. Atualmente a escola possui 23 alunos matriculados, sendo 02 professores indígenas contratados. Modalidade oferecida é de 1ª Fase do Ensino Fundamental, e os alunos que estão cursando 2ª Fase do Ensino Fundamental e Médio são vinculados à Escola Estadual indígena Mãtyk na Aldeia São José. É uma das escolas que ainda precisa ser estruturada fisicamente, ampliação de mais modalidade para garantir o ensino de qualidade para os alunos daquela comunidade. O acompanhamento das atividades, a merenda e avaliação dos alunos são feitos pela direção da Escola Mãtyk.

5.7 Escola Tekator

A Escola Estadual indígena Tekator, situada na localidade da Aldeia Mariazinha no município de Tocantinópolis, foi criada pelo Decreto governamental nº 1.196 de 28 de maio de 2001, e posteriormente regularizada pela Resolução nº 79, de 17 de junho de 2003, com o início de suas atividades. Em 2007 houve ampliação do prédio com o recurso do MEC, através da Secretaria da Educação do Estado o mesmo já existia, na época em que esta educação estava sob a responsabilidade da FUNAI.

A Escola Tekator é a segunda maior escola da área Apinajé, com 306 alunos matriculados, composta por 26 servidores lotados, sendo 01 diretor indígena efetivo; 06 professores não indígenas contratados; 08 professores indígenas, sendo 05 efetivos e 03 contratados; 01 secretária, 01 coordenadora pedagógica as duas não indígenas contratadas; 01 Auxiliar de Apoio a Rotina Escolar (AARE) não indígena contratada, 01 auxiliar de secretaria indígena; 05 vigias indígenas, 02 merendeiras indígenas todas elas indígenas.

Modalidades de Ensino é 1ª e 2ª Fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio completo, funcionando em três turnos: matutino, vespertino e noturno.

5.8 Escola Estadual indígena Kõkre

A Escola Estadual indígena Kõkre, está situada na Aldeia Girassol, no município de Tocantinópolis. Criada pelo Decreto 3.331 de 31 de março de 2008 e regulamentada pela Resolução nº 187, em 18 de dezembro de 2009. A escola possui o seu prédio, construído recentemente com o recurso do estado e funciona normalmente. Atualmente a escola tem 21 alunos matriculados, 02 professoras e 01 merendeira todas elas são indígenas contratadas. Possui 1ª Fase do Ensino Fundamental, funcionando em dois períodos: matutino e vespertino. As turmas do Ensino Médio constam como extensão da Escola Tekator da Mariazinha.

5.9 Escola Estadual Indígena Tàmgåk

A Escola Estadual indígena Tàmgåk, situada na Aldeia Bonito, no município de Tocantinópolis. Criada por Decreto 1.196 de 28 de maio de 2001 e posteriormente regularizada pela Resolução nº 189 em 18 de dezembro de 2009. A escola tem o seu prédio construído com recurso do MEC, através da Secretaria da educação do Estado. A escola conta com 24 alunos matriculados, sendo 02 professoras não indígenas uma exerce a função de professora responsável/coordenadora todas duas contratadas; 02 professoras indígenas contratadas; 01 merendeira indígena contratada.

A modalidade oferecida é de 1ª e 2ª Fase do Ensino Fundamental e funciona em dois turnos: matutino e vespertino. Os alunos que cursam Ensino Médio são lançados na Escola Tekator da Aldeia Mariazinha.

5.10 Escola Estadual Indígena Kagàpxi

A Escola Estadual Indígena Kagàpxi, está localizada na aldeia Brejão, no município de Tocantinópolis. Criada por Decreto nº 3.331 de 31 de março de 2008 e regularizada pela Resolução nº 188 em 18 de dezembro de 2009.

A escola conta com 06 alunos matriculados, 01 professora responsável/coordenadora não indígena contratada; 01 professor indígena contratado. Modalidade oferecida: 1ª e 2ª Fase do Ensino Fundamental, funcionando em dois períodos manhã e tarde. Esta é a menor escola com número de alunos, mesmo a falta de alunos suficientes em idade escolar está funcionando normalmente e consta no senso escolar.

5.11 Escola Estadual Indígena Pěpkror

A Escola Estadual Indígena Pěpkror, está situada na Aldeia Botica no município de Maurilândia, mas pertence à jurisdição da DRE de Tocantinópolis. Criada 1.196 de 28 de

maio de 2001 e só recentemente legalizada pela Resolução nº 06 de janeiro de 2010. A escola possui prédio, com 33 alunos matriculados; 03 professores indígenas sendo uma é professora responsável, todos eles são contratados.

Modalidade oferecida: 1ª e 2ª Fase do Ensino Fundamental e funciona em dois períodos matutino e vespertino. Os alunos que estão cursando Ensino Médio são lançados na Escola Tekator da Aldeia Mariazinha.

Algumas escolas que estavam funcionando, depois de alguns períodos foram desativadas em função da falta de alunos suficientes, outras por motivos de mudanças de famílias para outras aldeias. Esses fatores contribuem para a diminuição de alunos e implicam para formação de turmas para permitir o funcionamento da escola. São elas escolas desativadas:

- **Escola Estadual Indígena Amnhimykhô** (extensão Escola Mătyk), era situada na Aldeia Bacabinha no município de Tocantinópolis. Na época não foi possível encontrar um documento que comprove a data de criação, funcionava em um barracão, mas que já foi solicitada pela comunidade a construção do prédio e a regularização da escola. A escola contava com 13 alunos matriculados; 01 professor indígena contratado, funcionando somente no período da manhã. Modalidade de Ensino foi de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental e os alunos que cursam Ensino Médio desta aldeia eram contados na Escola Mătyk de São José.
- **Escola Estadual Indígena Pěpnhōrik**, era situada na Aldeia Riachinho, se encontrava na época já inativa, por falta de alunos em idade escolar. O motivo é que a maior parte das famílias se transferiu para Aldeia Girassol por conflitos internos e restaram duas famílias apenas. Não foi possível informar o número de alunos, professores, modalidades de Ensino e períodos de funcionamento.

- **Escola Estadual Indígena Katàmjaka**, era localizada na Aldeia Mata Grande no município de Maurilândia, essa também foi desativada. O motivo, a falta de alunos, pois duas turmas foram transferidas para a Escola Pěpkror da aldeia Botica. Modalidade oferecida: 1ª Fase do Ensino Fundamental funcionava em apenas período matutino. Os alunos que cursam 2ª Fase do Ensino Fundamental e Médio são lançados na Escola Tekator na Mariazinha.

- **A Escola da Aldeia Barra do Dia**, não tinha o nome definido na época, pertence ao município de Maurilândia essa foi desativada. O motivo à falta de alunos suficientes para formar turma, essa funcionava como extensão da Escola Tekator da Mariazinha. Não foi possível informar na época o número de alunos professores, modalidades de ensino e período de funcionamento.

Os professores Apinajé são cientes na jornada de trabalho, enquanto profissional da educação, são envolvidos com as atividades culturais de seu povo. O fato de serem professores indígenas não exclusivamente comprometidos com a educação, mas pro outro lado os conhecimentos e saberes tradicionais são pautas no trabalho pedagógico nas escolas em comunidades. Assim outros temas trabalhados em sala de aula, como movimentos sociais, a luta pelos direitos como cidadãos e formação crítica de sujeito. Na concepção dos mais velhos das aldeias, o professor indígena é o centro das atenções na representatividade, junto às lideranças para a causa das comunidades.

É de conhecimento dos próprios professores indígenas que suas ações nas escolas representam um passo muito importante no presente e no futuro de suas comunidades. Para os Apinajé a escola não deve somente desempenhar o papel de ensinar a ler e escrever, mas para o exercício de cidadania como direito constitucional na formação dos jovens. Os professores indígenas têm o papel e a responsabilidade grande diante de suas funções desempenhadas nas escolas, pois alguns pais estão atentos aos trabalhos dos professores.

Esse compromisso muitas vezes não se verifica adequadamente na atitude dos professores, por causa de acúmulo de outras atividades sem ser das escolas (roças, eventos culturais, viagens e reuniões) que termina dificultando o trabalho escolar. Entendo que ser professor indígena está comprometido não apenas com a sala de aula, e sim com outras demandas, pensando na figura da escola como instrumento de defesa.

A implantação da escola na aldeia é mais um momento de novas demandas de reivindicações para melhoria e novos desafios que surgem tanto para a comunidade e para os Estados e neste sentido o professor indígena aparece como um novo ator que surge nas diferentes realidades indígenas. Tem à sua frente um enorme desafio diante de inúmeras tensões que podem surgir com introdução do ensino escolar bem como choque de lideranças, valorização de novos conhecimentos em detrimento das práticas e ciências indígenas, supervalorização da escrita em detrimento da oralidade. Assumindo que a escola pode gradualmente deixar de ser concebido como instituição externa, como um território estrangeiro, o professor indígena enfrentará então o desafio de tornar espaço possível de interculturalidade.

É importante que as comunidades educativas reconheçam o trabalho de cada professor, valorizar na busca de novas soluções para respostas dos problemas das escolas. Os desafios que os professores indígenas enfrentam na atualidade exigem uma postura étnica e trabalho responsável. Então devem estar comprometidos para desenvolver bons trabalhos no processo de ensino – aprendizagem não como os únicos detentores de conhecimentos, mas como articuladores, facilitadores, intervindo, orientando, problematizando, levando em consideração de novas atitudes dos alunos para novos conhecimentos.

O cenário da educação escolar indígena atual requer um professor- pesquisador como pessoa importante e central da formação. Ele deve tornar-se um interlocutor entre as

aspirações das comunidades e a escola, enquanto representante de apoio à transmissão e criação cultural: incorpora e socializa a escrita e outros instrumentos de recursos de expressão e comunicação cultural. Também é tarefa do professor indígena ser capaz de, com os seus alunos e parentes, identificar e propor algumas das respostas aos novos problemas gerados pelo contato mais amplo com que se costuma chamar de sociedade nacional em sua diversidade.

Os Apinajé defendem na sua educação escolar, que a escola tem de ser parte do sistema de educação de cada povo no qual assegura e fortalece a tradição indígena. A partir daí terão elementos suficientes para uma relação positiva com outras sociedades. Assim ao pensarem objetivos, os professores e representantes de cada comunidade indígena Apinajé, faz a discussão para novas propostas como essenciais para sua educação. As escolas deverão contribuir para que se efetive projeto de autonomia das comunidades indígenas, desenvolvendo novas estratégias de sobrevivência física, linguística e cultural no contato com a economia de mercado. Também pensando numa escola que possa desenvolver em seus alunos e professores a capacidade de discutir os pontos polêmicos da vida da sociedade envolvente e oferecer para as comunidades a possibilidade crítica de conhecimentos de problemas. Para os professores, a escola deve ser um instrumento para a interlocução entre os saberes das comunidades indígenas e aquisição de lado a lado de conhecimentos indígenas e não indígenas.

6. Escola nas comunidades: novos desafios para os professores indígenas Apinajé

Os professores indígenas Apinajé, têm o acesso a parte do conhecimento, tanto historicamente quanto a realidade do seu povo. Partindo da análise e reflexão de forma mais abrangente sobre a questão dos conhecimentos indígenas se remete para a discussão de que cada povo tem uma experiência histórica que diferencia dos outros e ideias próprias

sobre as suas relações com o meio ambiente. É com intuito de conhecimentos tradicionais que os Apinajé vem tentando demonstrar através de suas escolas a maneira de preservar a cultura indígena dos seus ancestrais. Dessa forma querem tornar uma sociedade relativamente autônoma no sentido de um povo diferente, que tem relação profunda de familiaridade com o meio ambiente do qual depende para suprir suas necessidades, comparativamente a uma sociedade urbana que possui maior dependência de suas relações com outras comunidades humanas do que com a natureza. As soluções que deve ser encontradas refletem nas experiências materiais e culturais, tentando encontrar estratégias efetivas para garantir um futuro melhor.

Com a nova proposta da educação escolar indígena introduzida, a escola por mais que tentam explorar os temas voltados para a cultura Apinajé, não desvincula os alunos do contato com a sociedade envolvente. O contato é tido permanente, para conhecer os instrumentos de mental com sua incrível resistência e capacidade. Também para conhecer novas técnicas para economizar esforços ou para fazer um trabalho com maior rapidez. Entram em contato com inúmeros aparelhos eletrônicos, passam a utilizar o papel e escrita, observam o uso que se faz das técnicas de calcular e registro de quantidades. Tais



Figura 13 – Alunos respondendo questionário da pesquisa (Foto: Cassiano Apinagé)

conhecimentos e situações novas se inserem e são reinterpretadas a partir de um vasto repertório de conhecimentos e técnicas próprias daquelas culturas em sua permanente atualização e renovação.

Alguns pais

defendem que seus filhos têm que conhecer a lógica do conhecimento não-indígena, os conceitos e os princípios morais da sociedade envolvente. Ao mesmo tempo afirmam que seus filhos precisam continuar preservando os conhecimentos tradicionais de seu povo, considerando os aspectos culturais que diferenciam sua aprendizagem, inclusive a respeito de valores de outras culturas. Para isso a escola é sempre vista como responsável para a formação dos alunos indígenas tanto nos conhecimentos indígenas e não indígenas para que possam se apropriarem de maneira consciente e, por conta disso, a escola serve para instruir conhecimentos, incentivar as comunidades Apinajé. O fato é que ainda se assemelha em desafio enorme para os professores indígenas e os próprios alunos têm dificuldades em aprender os conhecimentos que a escola transmite para os alunos nas situações que envolvem sua aprendizagem, enquanto são colocados na pauta o futuro da educação desses alunos.

No cenário da política da educação indígena do país, as escolas indígenas são vistas ainda como escola rural, com sistema de ensino precário que não compatibiliza de forma suficiente a formação escolar dos conhecimentos indígenas e não indígenas. Em termos de estrutura física dos prédios também é precário na maioria das escolas construídas nas aldeias que não atendem de acordo com os desejos das comunidades. Enquanto isso, as escolas da rede pública urbana são bem estruturadas para atender seus alunos de forma satisfatória. A diferença das escolas indígenas para as escolas da cidade não são as mesmas categorias que possuem sistema de ensino proposta. As escolas da cidade possuem toda estrutura necessária com equipamentos instalada e, além disso, tem espaço para lazer bem como quadra de esporte, laboratórios equipadas e bem organizadas, tudo isso é pensado antes de construir a escola. Enquanto as escolas indígenas a maioria delas funcionam precariamente tanto na estrutura física quanto no sistema de ensino – aprendizagem.

Essa visão externa sobre as escolas indígenas é uma realidade na reflexão dos pesquisadores e comunidades indígenas. Por conta disso, algumas comunidades indígenas Apinajé exigem atuação mais efetiva do Estado, de modo a garantir uma educação de qualidade e diferenciada para os alunos beneficiados. Neste sentido há posição favorável das comunidades aquelas que concordam com o modelo de educação implantado satisfatoriamente a transmitir os conhecimentos indígenas e não indígenas. Outros membros das comunidades se manifestam contrário, alegando que a educação escolar indígena Apinajé, neste cenário não está atendendo aos anseios das comunidades. Assim essa educação é refletida de forma questionável por parte dos simpatizantes dos índios, instituições, ongs, FUNAI e as universidades.

As escolas em aldeias são resultados de uma luta em longo prazo que os Apinajé vem insistindo pensando em uma educação diferenciada e qualidade que corresponde a realidade do seu povo. Com crescimento das aldeias em território, as comunidades pretendem também aumentar as escolas para atender da melhor forma possível suas reivindicações. Em detrimento das burocracias estabelecidas, a SEDUC adota critérios para implantar escola nas aldeias, uma vez que torna confuso para as comunidades entenderem. Precisava-se quantidade de alunos, de no mínimo de quinze e no máximo trinta alunos para formar uma turma regular ou quando não atinge essa quantidade, neste caso forma uma turma com base multisseriada. Esses critérios não reconhecidos pelas comunidades educativas, a maioria delas não entendem e aí gera questão em torno disso, causando clima de revolta contra o Estado, entendendo como má vontade de não querer implantar escola em aldeias.

Apesar de situações divergentes entre as comunidades e SEDUC, o número de escolas tem crescido bastante nos últimos anos em aldeias, mesmo tendo dificuldades de acompanhar o ritmo de crescimento populacional. Na medida em que a escola é implantada

em uma comunidade, logo é pensada em termo de melhoramento como a estrutura física, equipamentos e a composição dos docentes. Hoje em dia os Apinajé buscam resolver seus problemas através de comissões de lideranças, mas sempre colocando a escola como parte da representação, pois os professores indígenas são os agentes participantes das discussões da causa indígena de interesse das comunidades. Quando em caso de um problema muito maior, as comunidades costumam fazer parceria com outras escolas Apinajé, com organizações governamentais e não governamentais. Lutam para se tornar autônomas, não no sentido de se isolar, mas de poder relacionar com a sociedade envolvente com dignidade, respeito, direitos e deveres a cumprir em vários setores e instâncias a qualquer hora, em qualquer lugar nestes país.

Neste sentido, entendo que no mundo de hoje, de profundas e rápidas mudanças, os povos indígenas procuram novas formas de se organizar para lutar pelos direitos e deveres para continuar como povo indígena. A escola para os povos indígena não representa somente um espaço educativo, e sim um instrumento de defesa o qual se organiza para fortalecer as lutas. Dessa forma querem participar da vida política, entrar na economia do mercado, serem reconhecidos e respeitados pela sociedade nacional. Ao mesmo tempo preocupando com sua realidade, trabalhar na escola sobre a necessidade de preservar a cultura indígena que é muito importante, ver quais as variedades de valores culturais que já perderam, se há possibilidade de recuperá-los discutem as consequências da perda da cultura. Esse trabalho pode ser iniciado a partir dos professores indígenas que estão atuando nas escolas de suas comunidades.

O aumento das escolas em território Apinajé representa avanço significativo em termo de seus filhos terem acesso com mais facilidades, tendo a escola perto de sua casa. O fato de ter escola em sua aldeia é uma conquista, uma vez que não foi fácil, após longos períodos de reivindicações. Ainda é um desafio muito grande a SEDUC, na construção de

escola em aldeias Apinajé, pois sabe-se que o aumento das escolas gera aumento demandas sobre elas, na construção, equipamentos e fornecimentos de materiais escolares, encarando as péssimas condições de estradas que dão acesso às aldeias, principalmente daquelas aldeias recém-criadas e nem todos os tipos de transportes podem trafegar.

O crescimento populacional, no entanto, demanda criação de novas aldeias dentro do mesmo território e quando se cria a lógica de querer a escola é justamente por conta das crianças que fazem parte das comunidades. Portanto a escola é uma política pública voltada para a formação escolar dos alunos. Segundo Supervisão Indígena da DRE de Tocantinópolis, a escola em território Apinajé tem sido construída de acordo com os critérios estabelecidos. Continua sendo uma exigência das comunidades como direito constitucional a partir do momento de novas aldeias criadas. Então quando se cria aldeia, a comunidade logo pensa em ter sua escola e outras políticas públicas como a saúde, o saneamento básico, a infraestrutura e a eletrificação que são as políticas bases para as comunidades Apinajé.

Os Apinajé continuam buscando pela construção da escola em suas aldeias, pensando como ferramenta capaz de articular no duplo olhar concretiza-se em experiências inovadoras em que a escola reflete e auxilia na construção de projeto de educação para os alunos. Também as comunidades apoiam no amadurecimento da reflexão dos professores indígenas sobre sua prática pedagógica e sobre os objetivos e condições da escola desejada. Neste caso, os professores indígenas estão à frente da educação do seu povo desempenhando como agente transformador e inovador do conhecimento dentro da sala de aula.

Capítulo 4

Influência da Escola no Processo de Conhecimento da Prática.

Neste capítulo será trabalhada a influência da Escola Mãtyk no processo de conhecimento da prática dos alunos na vida sociocultural da aldeia São José. Será desenvolvida a discussão acerca dos aspectos culturais que se associam a teoria e a prática, colocando a escola como intermediária dos conhecimentos que envolvem os alunos. Nessa discussão pretendo colocar a escola como transmissor de conhecimentos tanto na teoria quanto na prática e responsável pela formação dos jovens Apinajé no contexto indígena e não indígena, na relação com o meio ambiente. Será trabalhado também atitudes dos jovens e os velhos em relação aos conhecimentos teóricos e práticos e a escola. É por isso que a investigação que pretendo desenvolver neste capítulo será voltada para escola, que afinal das contas é preciso decifrar a relação da escola com o território Apinajé e por fim discutir a relação dos jovens e os velhos com o território independente, ou através da escola.

A influência da escola no processo de conhecimento na prática acontece muito pouco, uma vez que se vê os alunos estudando os conteúdos na teoria gastando a maior parte do tempo em sala de aula. Raramente se vê um professor, seja indígena ou não, realizando uma aula campo, levando os alunos para participar um ritual, uma dança ou qualquer atividade que envolve a cultura. O que se pode colocar em questão é a própria escola que não dispõe o espaço apropriado e o tempo suficiente para os professores colocarem em prática suas atividades que envolvem a cultura indígena. A dificuldade é essa: como pode colocar em prática, por exemplo, uma corrida da tora que requer o tempo maior do que o tempo determinado em cada aula? Da mesma forma um ritual, uma dança no pátio: como fazer se a escola não dispõe o tempo suficiente para a realização das

atividades práticas? O tempo para cada aula é determinado por período de aula. Na parte da manhã o horário é direto, pois as aulas são de primeira fase e cada professor fica com sua turma o turno inteiro, À tarde, na segunda Fase do Ensino Fundamental, o tempo da aula tem a duração de 50 minutos e à noite, no Ensino Médio, é de 48 minutos por aula. Então fica complicado, dessa forma, para trabalhar as aulas práticas, envolvendo aspectos culturais, que estão associados às disciplinas específicas como Educação Física, Manifestações Culturais e Arte, nas quais os temas que se forem colocar em práticas precisa-se o tempo maior para trabalhar.

Dessa forma os alunos estudam mais a teoria, ficando a maior parte do tempo em sala de aula, do que participar de uma atividade prática na comunidade. Assim a escola não contribui efetivamente na formação dos alunos dentro dos conhecimentos tradicionais por conta de dificuldade de não transformar os conteúdos em aulas práticas dentro das disciplinas específicas. Normalmente se assiste mais as aulas teóricas do que aulas práticas, assistindo exposição e explicação dos conteúdos ministrados. Nessa condição o professor, em vez de realizar uma oficina de artesanato, pintura corporal e outros aspectos da cultura, prefere trabalhar os conteúdos em aula teórica durante 50 e 48 minutos. Na falta de espaço apropriado, a opção mais fácil é repassar o ensino em sala de aula obedecendo ao tempo determinado pelo Estado. Então é raro o professor trabalhar as aulas práticas com os temas de suas disciplinas no processo de ensino-aprendizagem. A partir dessa constatação, então, a escola influencia no processo de conhecimento somente na teoria, fazendo com que os alunos se apropriem no ritmo de participar as aulas só em sala de aula e quando se realiza uma aula prática envolvendo interesse dos alunos, foge completamente do costume de estarem lendo, escrevendo ou ouvindo a fala do professor. Essa é a maneira mais fácil de trabalhar com os alunos na maioria das escolas indígenas e nas escolas regulares.

Em relação aos processos educativos próprios das comunidades Apinajé, veio somar-se a experiência escolar com várias formas e modalidades que assumiu ao longo da história do contato entre índios e não índios. A escola tem sido assumida progressivamente pelos Apinajé em seu movimento de reivindicação e pela autodeterminação, pois a final é um dos lugares onde a relação entre os conhecimentos próprios e os conhecimentos das demais culturas deve-se articular constituindo numa possibilidade de informação e divulgação para a sociedade branca. Até então o Estado Brasileiro reconhece a dimensão de conhecimento imenso e complexo e que a escola deve ter por obrigação de incluir em seu currículo como conteúdos pedagógicos levando em consideração a realidade específica de cada comunidade Apinajé. Dessa maneira a escola passa a assegurar os conhecimentos tradicionais e valorizando a cultura indígena para as gerações futuras dos alunos.

A influência da escola no processo de conhecimento tradicional ocorre geralmente em atividades teóricas, expondo aos alunos a importância de preservar e valorizar a sua cultura especialmente a língua falada na comunidade. Entendo que a falta das práticas culturais coloca em risco ainda maior de perder os conhecimentos dos seus ancestrais que é tão importante para a identidade enquanto indígena. Por mais que a escola tenta insistir com os alunos a preservarem e valorizar a cultura, se eles não estão praticando seus costumes e tradição e que o ensino está sendo repassado somente na teoria, neste caso pode desaparecer os conhecimentos, os valores e as práticas culturais e os alunos não conseguem aprender na prática.

Assim a escola vem atuando junto às comunidades indígenas na formação escolar dos jovens, ainda diante de inúmeras barreiras, mesmo não obtendo o resultado com sucesso na questão dos conhecimentos na prática. Como já relatei anteriormente a escola influencia no processo de conhecimento com aspectos de ensino na teoria que é bastante frequente no ponto de vista educacional. O professor pode muito bem trabalhar os temas

que tratam do aspecto cultural. Mas dificilmente se vê um professor realizar uma aula que envolva aspectos da cultura Apinajé ou até mesmo realizar uma oficina de artesanato e pintura corporal na escola. Talvez a falta da maneira de trabalhar com os alunos é que eles não têm costume de se envolver com mais frequência das atividades extraclases e quando não há participação efetiva dos alunos, pode acarretar o desinteresse do próprio professor de não querer realizar mais uma atividade fora da sala de aula.

A escola na aldeia, de acordo com atual política de educação, é alvo da discussão frequente acerca do processo de ensino feito nas comunidades indígenas. Atualmente se percebe muitas críticas em relação ao trabalho da escola por não atingir a meta desejada, mesmo estando em seus conteúdos pedagógicos os temas voltados para aspectos culturais. Nessa perspectiva entendo que realmente a influência da escola, especificamente a de São José, não faz muito efeito positivo na formação dos alunos nos conhecimentos da prática. O aspecto mais comum é a língua falada na comunidade desta aldeia, tanto na escola quanto no cotidiano dos alunos, pois transforma em temas que possibilita ao professor indígena trabalhar como prática pedagógica. A língua na escola possui dois objetivos fundamentais para os alunos: um é de aprender a ler e escrever e, outro, do exercício na oralidade. Pois além de estar presente em todos os domínios sociais a língua falada também está na escola para a comunicação e articulação entre os alunos e professores.

Depois de fazer análise e reflexão sobre a influência da escola no processo de conhecimentos, entendo que precisa com mais frequência o ensino de conhecimentos na prática. Para que isso aconteça, a escola tem que ser preocupar não apenas que os alunos aprendam somente na teoria, e sim na prática, aqueles conhecimentos de interesse deles. A aprendizagem na memória não recupera a perda de conhecimentos tradicionais e valores culturais destes alunos. O espaço escolar é um ambiente de aprendizagem que obriga aos

alunos permanecerem em local fechado todos os dias e submetido a este modelo de educação escolar que está sendo adotado.

Infelizmente as escolas indígenas, inseridas no sistema de ensino formal institucionalizado, ainda se espelham em formas hegemonicamente eurocêntricas e desconsideram muitas vezes a multiculturalidade dos alunos em uma mesma aldeia. Esta visão ocidental de ensino aprendizagem em um ambiente escolar deveria ser paritária à visão de contexto indígena, focando-se em uma educação de caráter igualitária. A discussão que se ouve é que a escola deveria ter educação mais tradicionalmente ancestral, mais comunitária e, sim, um lugar onde os mais velhos são mestres dos saberes, dos deveres, das coisas da vida e do espírito de um determinado grupo étnico.

Com base nessa discussão, o conhecimento tradicional pode então enriquecer o próprio sistema educacional institucionalizado “ocidental”. Porém isso só é possível com uma atitude de respeito em relação às culturas diferentes de saberes e fazeres. Ainda mais, se o sujeito social se constrói com base no processo de internalização da cultura e seus significados, daí a importância de aprender conhecimentos sobre todos os aspectos da cultura, mesmo também a confeccionar objetos étnicos através de pedagogias indígenas próprias. Dessa forma, os Apinajé mais jovens aprenderiam a ser “verdadeiramente” Apinajé e a preservar seu modo de vida único através de uma resistência cultural crítica, definidora de espaço de articulação social a aberta ao novo.

Além disso, os saberes indígenas são tão importantes quanto os saberes aprendidos na escola da aldeia. Neste sentido, entendo que os saberes tradicionais indígenas fundamentam a cultura de um povo, enquanto os saberes escolares são uma “arma” para lidar com a sociedade envolvente. Coloco aqui uma observação de Francisco Edviges Albuquerque (2007), aput Rodrigues (2015, p. 176), linguista e pesquisador da língua materna dos Apinajé sobre essa relação de saberes tradicionais escolares:

... a escola não é vista como um lugar de aprendizado, uma vez que se considera a sabedoria de cada comunidade ou seja, os valores e mecanismo da educação tradicional dos povos indígenas ocupam lugar de destaque no processo de ensino/aprendizagem. Essas formas de educação vêm contribuindo na formação de práticas educacionais que atendem aos anseios, interesses e necessidades do povo Apinajé, viabilizando uma educação escolar específica, diferenciada, bilíngue e intercultural que não só reconhece e valoriza as culturas e línguas indígenas, mas principalmente contribui para a afirmação da identidade e autonomia do povo Apinajé. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 16).

Iskore te kêp mē àhpumunh xà pix pyrāk kêt nē mē pa te ahpÿnhā mē hkwyjê kot amnhix pêx pumunh jakamā kêp haxwÿj ahpÿnhā panhijê kot amnixpêx tûm hã kagã hã mē ahkre mex xwakre pytã. Nhûm mē hkrã kaxpar já o Apinajejê mã hprãm nhûm já mē kãm mex nê. já ho amnhĩ kôt me kukjê axtem kagã ho mē ahkre xà hõ ho nê mē kapêr piikrut kãm nê nhãm mē àhpumunh kwÿ hkôt kê já ãm panhijê xàhpumunh ho hitÿx nê omunh pix kêt no ãm kê mē já ho amnhĩ krã kaxpar kaxyw ho amnhĩ rît nê kêp Apinajejê xihitÿx ã mē amnhĩ pumu nê amnhĩm kator kaxyw.

Apesar das escolas Apinajé não conseguirem, não poderem, por razões culturais próprias de cada comunidade educativa, seguir o rígido calendário definido pelos órgãos governamentais em relação à quantidade de dias escolares específicos e a horários fixos de aulas, estas escolas parecem tentar, principalmente quando os professores são indígenas, incorporar o que Albuquerque chama de “valores e mecanismos da educação tradicional” dentro de suas práticas pedagógicas. (RODRIGUES, 2015, p. 177)

A influência da escola Mãtyk, pela qual pretendo desenvolver discussões como forma de contribuição no processo de ensino – aprendizagem tradicional indígena, pode ser entendido como o processo onde os jovens estão envolvidos em ensinar a aprender fora do ambiente escolar institucionalizado, a confeccionar objetos praticando algo de sua cultura ancestral e a compreender os saberes e fazeres dentro sua comunidade. Este processo é acumulativo, dá valor à tradição ancestral e étnica de pensar e agir, sendo um processo que depende da aprendizagem dentro de um determinado contexto indígena.

De acordo com Rodrigues, (2015, p. 178) todo processo cultural está sempre em movimento acrescentando ou retirando elementos de uma tradição de conhecimentos e fazeres ancestrais. A importância de se pesquisar os modos tradicionais de ensino – aprendizagem entre os Apinajé está em primeiro lugar registrar uma forma de conhecer o

mundo indígena, diferente do mundo branco, em aproveitar o que se pode aprender do conhecimento indígena para que seja incorporada, de alguma forma, aos processos de ensino – aprendizagem da sociedade não indígena, uma vez que traz implicações sociais que alteram a herança cultural construída e preservada por seus membros e a identidade étnica.

As discussões desenvolvidas sobre a influência da escola de São José apontam uma reflexão crítica do ponto de vista educacional da dificuldade em acompanhar as práticas culturais dos alunos. Por um lado, a escola vem tentando apaziguar as ações pedagógicas dentro do processo de ensino, mas que não consegue fazer a relação de forma mais transparente e prática. Então o que se costuma observar é um ensino com base de sistema meramente institucionalizado e teoricamente trabalhando com recursos didáticos. E a pedagogia indígena com base da vivência prática torna-se oculta ainda mais se não houver um projeto de incentivo para a realização das aulas práticas voltadas para os conhecimentos tradicionais dos Apinajé.

A discussão que faço aqui está com base de olhar e observação da falta de aulas práticas frequentes na escola de São José, uma vez que se percebe que essas práticas acontecem raramente, quando houver uma necessidade para tentar fugir da rotina de aula todos os dias em sala de aula. A falta de realização das práticas pedagógica que tratam dos aspectos culturais indígenas, foi o que me despertou em pesquisar entre o meu povo com o tema que trata do meio ambiente do território envolvendo a escola na qual trabalho, por conta de que costumo ouvir em reuniões, palestras e congressos a discussões e vejo que as propostas são inúmeras, mas não são colocados em práticas. A partir daí é que se pode procurar pesquisar por quais razões que a grande maioria das escolas indígenas não conseguem realizar ações mais efetivas das práticas de vivência cotidiana de seus alunos, mas sim ainda seguem à rígido as práticas de ensino das escolas regulares, com as normas

prontas e pensada em uma educação padronizada para as comunidades indígenas. Nessa perspectiva os alunos têm mais afinidade em adquirir conhecimentos por meio de educação ofertada através da teoria. Sendo na prática possibilitaria o resgate e valorização da cultura indígena com mais facilidade tornando aos alunos se aproximar mais de sua realidade cotidiana, uma vez que ainda resta pouca da cultura indígena, a escola deve contribuir para a manutenção da identidade dos alunos indígenas. Eu vejo que a escola por mais que seja um mecanismo institucionalizado, tem que assumir o perfil de oferecer uma educação mais indígena, preocupando tanto com a situação dos alunos da forma de lidar com os conhecimentos tradicionais, quanto dos conhecimentos não indígenas que precisam ser trabalhados de maneira que não pode ser considerados um mais importante ou superior do que o outro.

Como percebo da experiência vivida na comunidade e como coordenador pedagógico da escola, não vejo muito a disposição total dos alunos e de interesse para participar de qualquer evento cultural seja na escola ou foram da escola. Muitas vezes participam quando é solicitado pelo professor, ou melhor, dizer que a participação deles será como avaliação para atribuir nota, pois nessa intenção despertam os alunos a se envolver nas atividades organizadas pela escola. Normalmente os professores costumam realizar com seus alunos as atividades, contando com a sala de aula e o pátio da escola, fazendo as apresentações, mais comumente as datas comemorativas, inclusive o Dia do Índio, que não reflita a especificidade da comunidade, e sim uma imposição que caracteriza o índio de forma generalizada.

1. Formas de Conhecimentos: Teoria X Prática

- **Conhecimento Teórico**

Uma das formas mais comum e frequente de adquirir conhecimentos pelos jovens Apinajé é a própria escola, através do estudo sobre diversos temas que envolvem disciplina

das áreas de conhecimentos. O espaço educativo neste caso é a própria sala de aula como ambiente apropriado, onde os alunos observam prestando atenção ao professor para aprender aquilo que ele pretende repassar. Entendo que o objetivo principal é que ele consiga transmitir os conteúdos pedagógicos de uma determinada área como sua meta desejada. O professor pode muito bem escolher um tema sobre rios, florestas, animais, plantas, formas de relevo, terra, peixes, formação de comunidades e muitos outros. São temas que geralmente retrata a própria organização social dos Apinajé e o seu território habitado. Por um lado podem trabalhar os temas que retratam outros aspectos sociais e os recursos naturais de outras regiões, inclusive as relações sociais da sociedade envolvente.

Dessa forma, considero os conhecimentos adquiridos pelos alunos através da teoria um processo que se baseia muito na exposição de aula, onde o professor dialoga com os alunos, com a utilização geralmente os recursos didáticos e de multimídia. Para que os alunos não somente memorizam aquilo que é repassado, se faz registro de conteúdos explorados, pois a escrita ajuda a conservar os assuntos que lhe interessa, como forma de não perder e acompanhar os detalhes que o professor trabalha em sala de aula. Para isso a escola tem esse caráter transmissível, de diálogo, explicativo e exploratório de conteúdos, de diversos temas que pretende transmitir aos alunos, para depois interroga-los se realmente estão aprendendo ou não, conforme estabelecidos os critérios de ministrar aulas pelas escolas atuais. Ainda que sejam elaboradas novas propostas pedagógicas para as escolas indígenas para tentar desvincular do ambiente fechado, enquanto não são colocados os conteúdos em prática, os conteúdos da escola continuam seguindo a rotina diária em que os alunos ficam presos, sentados em período de quatro horas em sala de aula estudando teoricamente os conteúdos ministrados pelo professor. Essa rotina de estudar escrevendo e lendo textos é a maneira dos alunos estarem concentrado em uma sala de aula, tornando num ciclo vicioso, porque essa é a forma de característica das escolas atuais. A diferença é

que os alunos não costumam estudar os mesmos assuntos, todas as vezes que vão à escola, mas a sala de aula em si, se torna uma coisa repetitiva. Não há na instituição escolar de formação humanizadora do saber, pois os conteúdos são dados um após o outro é cumulativamente muitas vezes, seguindo a ordem de livros didáticos que cerceiam a liberdade de criação o caráter crítico e a inventividade dos educandos.

Entre os Apinajé, fora do conhecimento teórico, o saber tradicional é como um presente dado a quem quer se tornar um indivíduo pleno dentro da cultura do seu povo. Os saberes ancestrais são um diferencial que fortalece o lugar do sujeito em sua sociedade tradicional. Como por exemplo, aquele que aprende a cantar as cantigas tradicionais, e o faz bem, será reconhecido como cantador e terá seu lugar social demarcado pela importância do que faz. O mesmo acontece com os artesãos que confeccionam objetos musicais, pois eles são reconhecidos pelo grupo através de sua especialização técnica e criativa dentro daquela cultura e daquele grupo cultural.

A noção de que os saberes tradicionais transmitidos aos jovens de uma determinada situação não são ensinados com o mesmo caráter formativo, e não cabem para todos indivíduos da comunidade, o ensino na teoria trouxe outros interesses aos jovens. Em oposição a esta visão oriunda do contato, os mais velhos lutam por preservar as tradições indígenas. Para eles, apesar de toda influência nociva a isto, mostrando que os conhecedores da cultura ainda são culturalmente indígenas. Entendo nessa reflexão da situação atual que os mais especialistas com sua riquíssima experiência, ajudam no estreitamento do elo entre o mundo natural e sobrenatural. Em função da posição social que os mais velhos assumem nas comunidades, eles são reconhecidos pelo grupo como figuras com papéis sociais necessários à perpetuação da vida cerimonial do seu povo e são detentores de saberes ancestrais que devem ser preservados e repassados aos jovens dentro do processo educacional tradicional.

Adquirir conhecimentos teóricos é apenas uma forma de captar informações para serem depositadas na memória. Um estudo sobre determinado assunto sem ter contato com a prática é uma teoria que os alunos comumente praticam na escola, uma vez que eles sabem a existência de algo de um determinado lugar distante, mas nunca tiveram no local onde este algo existe e sim só no estudo teórico. Então a dinâmica do processo de ensino na escola normalmente se baseia na utilização do estudo teórico de informações produzidos dos livros didáticos e da experiência própria do professor. Outra forma de adquirir informações e aprendizagem é lendo jornais, revistas ou assistindo um noticiário divulgado pela mídia, tudo isso é uma forma de conhecimento e aprendizagem na teoria. Essa dinâmica de ensinar aos jovens em sala de aula todos os dias, ocorre de tal modo que a aprendizagem se restringiu ao espaço escolar e que talvez, em função disso, não tiveram tempo necessário para as atividades práticas da vida social cotidiana na aldeia. O próprio sistema de ensino na escola cria o esforço dos alunos a irem todos os dias para assistir aula para que o contato com professor seja mais frequente e o acesso aos conteúdos mais atualizados. É por isso que os trabalhos das práticas culturais indígenas na escola tornam-se um desafio para os professores como um todo.

Com base nas reflexões anteriores, a escola não se constitui num processo emancipatório. A escolarização dos jovens Apinajé, mesmo sendo nas escolas indígenas, passa despercebida e não está articulada com as práticas culturais das comunidades. A escola, neste caso, não consegue colocar em prática com mais frequência os temas que tratam da cultura indígena Apinajé. Portanto está claro que a implantação de escolas indígenas que seguem modelos ocidentais, nas aldeias, foi a causa de transformações de mentalidades e comportamentos, conforme já afirmei em outro trabalho:

Os Apinajé historicamente reconhecem a escola como algo muito estranho, uma imposição que os não índios (homens brancos) trouxera para o meio social. Com o passar do tempo, a escola vem causando gradativamente mudanças no aspecto sociocultural dos Apinajé, uma vez

que adquiriram nos conhecimentos da sociedade não indígena, e aos poucos os saberes tradicionais são substituídos por novos conhecimentos e com novas atitudes comportamentais (APINAGÉ, 2012, p. 19)

Na pre amnapê Apinajejê iskoreja pumunh já o te ri mẽmoj puma ho omunh pyrāk nhũm kupêjê mẽ kamã õ àhpumunh kwỳ re. Hãmri nhũm rĩ ahtũm kati nhũm já Apinajejê pê amnhĩr prĩ nẽ mẽ kêt àhpumunh kwỳ ho pikunor o mō já o na pre mẽ amnhĩ to pikunor o mō nẽ hpāj kupê xàhpumunh nyw o amnhità nẽ hkôt axtem hamaxpêr nyw o pa.

Outra forma para a utilização do estudo teórico é a pesquisa na busca de informação e resposta sobre uma determinada investigação do fato. A maioria dos alunos que atuam na escola principalmente no Ensino Fundamental, não costuma fazer trabalho de pesquisa e somente aqueles que já estão no Ensino Médio poucos fazem, mas normalmente para apresentação deste trabalho em forma de seminário. Para apresentação de trabalho, a pesquisa teórica é a parte fundamental para os alunos obterem informações precisas. Para investigação e a busca de informações, costumam recorrer às autores de livros, de trabalhos de pesquisa, documentos e relatórios como fontes de informações para subsidiar o trabalho sobre um fato investigado. O estudo teórico, no entanto, se constitui na utilização de leitura e de interpretação de ideia e pensamento, pelo qual os jovens adquiram conhecimentos dentro do processo de formação escolar.

A leitura também é um dos meios mais utilizados pelos estudantes Apinajé, mesmo não frequentando atualmente, mas que já passaram pela escolarização ou que estão em fase de formação escolar. A leitura permite às informações, como forma de ensinar e aprender os conhecimentos, sem ter o contato real de uma situação. É um mecanismo mais utilizado no processo de ensino na escola, através da leitura os estudantes indígenas aprendem aquilo que consideram como elementos importantes, sejam de fatores externos e internos desde que contribuem na formação humana e nas condições socioculturais.

O ensino na escola, portanto, é uma aprendizagem teórica e de todas as formas gera representação mental, através da leitura e interpretação de texto. No caso para os alunos estudantes de Ensino Médio, o estudo teórico prevalece mais na leitura de livros didáticos e o acesso aos documentários que tratam dos grandes acontecimentos ocidentais do passado e do presente. A grande parte dos fatos que se transforme em conteúdos pedagógicos é fornecida pelos livros didáticos e o acesso é dado através da leitura e interpretação.

Os estudantes Apinajé do Ensino Médio têm a relação forte com a leitura, no caso para o estudo teórico é a característica típica das escolas existente nas aldeias indígenas. Dessa forma a leitura se assemelha no campo de estudo para os estudantes indígenas no Ensino Médio, para se apropriarem mais nos conhecimentos ocidentais do que dos conhecimentos originários do seu povo. No entanto há diferença entre conhecimento teórico e conhecimento prático. A meu ver, os dois não têm uma relação direta no processo educacional, de estudo teórico é apenas a utilização de raciocínio e da memória, enquanto que o estudo na prática traz o contato real dos fatos, e de acontecimentos aos quais o sujeito assiste ou se envolve diretamente da situação.

Vale ressaltar que o estudo teórico geralmente não trás informações de conhecimentos mais aprofundados como, por exemplo, a descrição de um ritual fúnebre, a festa da corrida da tora grande, o ritual de luto, a cerimônia de casamento e tantos outros. O estudo teórico normalmente não descreve o procedimento em detalhes com mais qualidade dos fatos. Já na prática, o sujeito tem o contato real, vê e se envolve na situação e, com certeza, ele descobre mais detalhes, uma vez que a cultura é bastante complexa.

O estudo dos fatos históricos dos Apinajé, também está embasado no estudo teórico, pois muitos desses aspectos já desapareceram. Então como é que os jovens Apinajé vão conhecer e praticar da formação dos guerreiros (*PêpKaàk* e *PêpKumrêx*), a

matança de uma anta que envolve um gênero vocal especializado (*mẽ amnhĩx*) se isto já não são praticados na comunidade? Da mesma forma ocorre com os fatos históricos do mundo ocidental em épocas diferentes, bem como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, as grandes revoluções de desenvolvimentos que ocorreram na Europa e outros tantos acontecimentos históricos. Na história do Brasil não é diferente, muitos fatos e acontecimentos correram no passado e nem um dos estudantes indígenas conviveram esses momentos na prática, até porque não era na época deles. Então neste caso, eles só vão conhecer e aprender os fatos, estudando na escola, lendo os livros didáticos que tratam respectivos assuntos. O professor também tem sua contribuição para o ensino na teoria fazendo a complementação através do discurso aos alunos, a partir de sua experiência própria. Posso dizer que esse meio de acesso se baseia em um estudo teórico que é a característica meramente institucional das escolas existentes nas aldeias.

- **Conhecimentos na Prática**

Entre os Apinajé, normalmente se presencia a participação de jovens em eventos culturais, somente quando é incentivado, pois a falta de interesse pela cultura indígena talvez justamente por conta da falta de incentivo das comunidades. Além disso, existem as práticas sociais cotidianas dos jovens dentro do processo de formação que não seja uma formação escolar de caráter institucional, pedagógico, mas sim uma formação de caráter cultural, que possa dar continuidade dos saberes ancestrais do seu povo. Como todos os povos indígenas no passado se constituem povos ágrafos, por isso mesmo sua transmissão de conhecimentos era feito através da oralidade, sem o uso da escrita.

Nas formas de conhecimentos na prática, no entanto, toda aquisição de conhecimentos que os jovens adquirem é para fazer parte do convívio social dentro de sua cultura. Além das práticas sociais existem as festas, os rituais e as cerimônias como as tradições ancestrais e, para conhecer melhor, é assistindo de perto ou até mesmo

participando do evento. Muita dessas tradições culturais só é possível aprender de fato se for praticando no convívio social, porque há variedades de aspectos, eles são diversos e ocorrem em diferentes momentos, espaços e períodos.

Aqui vou citar alguns eventos mais conhecidos como, por exemplo, a corrida da tora. Ela sempre requer os espaços mais abertos e o percurso para correr de longas distâncias, do mato ao pátio da aldeia e da mesma forma as danças, mas somente em espaço aberto. O período de acontecimento da corrida da tora é sempre à tarde. Para as danças também à tarde ou à noite e quem for participar tem que correr acompanhando a tora. Para quem é participante que não tem prática e habilidade para correr, deve ir somente à metade do caminho para conseguir acompanhar até o pátio da aldeia. Ao contrário, se o participante for desde o local da partida da corrida, corre o risco de ficar para trás. Então a corrida da tora, geralmente é ofertada para quem tem mais experiência e habilidade para correr no percurso de longas distâncias. No caso das danças todos participam normalmente, pois é um evento que não tem restrições de pessoas para participar.

Os rituais ocorrem com procedimento diferente e possuem restrições de participação somente daquelas pessoas que têm a relação de parentesco adequada. O ritual de velório, por exemplo, é um momento muito especial. Quando alguém morre, os parentes costumam visitar seu corpo com choro de lamentação e de solidariedade entre as famílias do falecido. Durante o momento do velório são executados os cantos por pessoas geralmente mais idosas. Os cantores são pagos para executar os cantos durante a noite. Há cantos especiais para o falecido, caso a família queira que seja cantada. É o canto de *Pàrkapê* e *Měõkrepôx Rûnhiti* no momento do velório. Depois de alguns meses ou anos, a festa de *Pàrkapê* e *Mě õkrepôx Rûnhiti* são realizados para homenagear aquele falecido.

O ritual que envolve a vítima de acidente também é somente para os parentes da pessoa, a qual tem a relação com acidente. Geralmente o ato que a vítima sofreu deixa um clima de indignação e sofrimento para as famílias. Uma criança vítima de queimadura ou de engasgamento de alimento é considerada acidente e tem que acontecer um ritual desses atos que a criança sofreu para que no momento ritual a avó faça a simulação do ato que a criança sofreu. Neste caso a avó (*tukatyj*) propõe para que aconteça o ritual, com ela do ato que a criança sofreu. E o *pãm* (padrinho) e a *nã* (madrinha) da criança são notificados pela avó. O *pãm* e a *nã* convidam os irmãos da cultura (irmãos classificatórios por tem a mesma pessoa que arranjou nome para elas) para participar do momento do ritual. Com o dia e o horário marcado, levam suas contribuições que normalmente são carne e arroz para serem consumidos entre os participantes. Neste momento, o padrinho ou a madrinha já preparam o fogo ou alimento que a criança se engasgou a espera da avó. Então ela vem cantando e se aproxima do fogo para se queimar ou alimento para ingerir e se engasgar. Neste momento já se faz presente o *Krà*m (amigo formal) da avó para impedir para que ela não se queime do fogo ou se engasgue com o alimento. Dai termina o ritual com choro de lamentação da avó, sendo que as outras mulheres participantes ajudam a chorar.

Outros conhecimentos na prática considerados relevantes na cultura Apinajé são as cerimônias realizadas dentro da aldeia, com variações de aspectos no procedimento. Vale ressaltar a cerimônia de casamento que ainda é bastante praticada. Além disso, menciono também a cerimônia de posse de caciques.

A cerimônia de casamento tem também restrições de participação, só pode participar quem é convidado e tem relação de parentesco com os noivos. O padrinho ou a madrinha são responsáveis pela organização e despesa dos noivos, pois são elas quem coordenam todo o procedimento da cerimônia.

A cerimônia se inicia na casa do padrinho ou a madrinha, de modo que reúnem dois grupos cerimoniais de cada lado. Os alimentos, como carne, arroz, café, açúcar suco ou refrigerante, trazido pelos irmãos da cultura (classificatórios) dos padrinhos, estes vão ajudar no custeio das despesas. Normalmente a comida é feita de carne, arroz ou em forma de paparuto (com massa de mandioca com carne), que os grupos cerimoniais fazem e que se constitui na troca de comida dos noivos. A troca de comida geralmente acontece ao meio dia, sendo que cada grupo faz a entrega de *jênh* (comida preparada por cada um dos grupos cerimoniais dos noivos). Ao entregar a comida, o padrinho ou a madrinha responsável dos noivos está sempre a frente dos momentos da entrega. Um dos grupos caminha em direção a outra que ali já está à espera para receber comida, sentado em fileira. Ao entregar na casa, um dos responsáveis, no caso o padrinho ou a madrinha, dá de beber à avó que vai discursar ao grupo opositor. A avó faz o uso de repertório em forma de discurso ao grupo opositor. Em seguida ela realiza o choro (*mê mÿr mã prĩ*) lembrando qualquer um dos parentes já falecidos os pais, ou avós e todas as mulheres ali presentes acompanham, chorando coletivamente lembrando no caso dos parentes já falecidos. Da mesma forma ocorre com o grupo opositor seguindo o mesmo procedimento.

Após a troca de comida, os noivos são pintados e enfeitados em adorno e plumária, depois são levados para o encontro dos dois. Pela tradição antiga o noivo é pego no braço no momento da dança no pátio e levado pelos dois cunhados ao encontro da noiva que já está a sua espera na casa da madrinha. Nesse momento já está preparado o bolo e o refrigerante que são colocados na mesa para depois serem servidos aos participantes e as outras pessoas que assistem. Os noivos devem visitar outras casas, que podem ser dos pais ou padrinhos. Em seguida termina ficando o casal na casa dos pais da noiva.

Outro evento bem frequente entre os Apinajé é a cerimônia de posse de caciques e seus companheiros. Neste caso os pais e avós são organizadores do evento, mais para o

momento cerimonial. Na véspera da posse é realizada uma dança no pátio, com a participação das comunidades de outras aldeias. A dança no pátio só é realizada até antes da meia noite. Depois, os organizadores voltam ao pátio na manhã de madrugada e até por volta da 6:00 hs termina a dança.

Os preparativos da posse são feitos em seguida. No pátio da aldeia, cacique e seus companheiros são enfeitados de vestuário tradicional, pintados de tinta de jenipapo, urucum, colares de miçanga e cocares de penas. Depois são dados os colares de miçanga a eles pelas pessoas que tem a relação de parentesco com cada um deles. Os objetos como utensílios, talheres roupas são colocados aos pés de cada um pelos parentes do mesmo. Depois são feitos os discursos de aconselhamento de outros caciques das aldeias vizinhas, dos anciãos e das lideranças. Depois, cacique e seus membros são levados acompanhados de multidão para casa de cada um dele e a cada casa visitada normalmente são servidos café, bolos e refrigerantes às pessoas. A partir então finaliza a cerimônia de posse.

Outras formas de conhecimentos para os jovens são as práticas sociais cotidianas nas aldeias, sejam no trabalho na família em coletivo ou nas reuniões para decisões políticas da comunidade. As atividades de caçada e de pesca são praticadas com menos frequência. Podem aprender essas atividades com os pais ou com os amigos. Depois eles podem aprender sozinho. O trabalho artesanal de objetos que faz parte da realidade, construções de casa, atividade de roça também é conhecimento na prática para os jovens, pois são ações mais praticadas em terra indígena. Alguns dos jovens são envolvidos, participando e observando como são desenvolvidas essas ações. Assim existem tantos outros aspectos das práticas sociais e que às vezes não são investigados e passam despercebidos, mas que estão presentes no dia a dia na vida social desses jovens.

Como já foi afirmado nas discussões anteriores, normalmente os jovens aprendem a adquirir conhecimento ou aprendem a fazer algo de sua cultura, simplesmente interagindo

com os outros ao seu redor, observando e praticando aquilo que deseja aprender. Sua competência de aprender vai se desenvolvendo naturalmente e tranquilamente na medida das suas necessidades de uso das atividades. Assim a convivência cotidiana permite aos jovens compreenderem livremente a multiplicidade de manifestação cultural que existe em diversas situações e em diferentes momentos. Os conhecimentos na prática, no entanto estão conectados a memória, à transmissão de valores, de significados e conhecimentos específicos que mantêm profundas relações com cada aspecto da vida de um povo.

Desse modo, os jovens aprendem a lidar com sua cultura e o caso dos conhecimentos tradicionais já não são dados com tanta regularidade. Mesmo nas condições atuais, sofrendo o processo de aculturação, os jovens resistem em alguns aspectos culturais distintos. Esse processo de resistência contra a cultura não indígena é uma posição de que os jovens podem garantir e seu espaço de preservação e valorização de seus conhecimentos tradicionais de seu povo diante de processo de aculturação cada vez mais frequente e conseqüentemente pode ocorrer risco maior de desaparecimento de aspectos da cultura em função da chegada de novos conhecimentos não indígenas.

2. Atitudes dos Jovens e dos Velhos em Relação ao Conhecimento Teórico e a Prática

Os jovens Apinajé têm atitude positiva em relação ao conhecimento teórico, pois é o caminho mais viável do ponto de vista de aprendizagem. A própria escola estimula o interesse maior do que aprender na prática, uma vez que já são integrados no mundo da leitura e dos conhecimentos científicos do Ocidente. A realidade dos jovens nos tempos atuais, no que diz respeito ao conhecimento teórico, é uma situação causada pela formação escolar. O acesso a leitura é um caminho mais aceito para quem gosta de ler e a própria escola constituída desse sistema de conhecimento teórico. Os jovens pensam que o conhecimento teórico é muito importante para o mundo não indígena, pois permite a leitura

de livros didáticos, jornais, revistas e tantas outras formas de comunicação escrita. Deixo a passagem de Gerson Satyk, aluno de 3ª série do Ensino Médio da Escola Mãtyk disse que:

Para nós estudantes, eu não vejo nenhum problema em relação a teoria, pois embora é uma forma invisível de algo que acontece, a gente não vê, mas a gente consegue aprender através da transmissão oral, mas que exige esforço de pensar e de raciocínio lógico. Nós que estudamos na escola, o estudo se assemelha na teoria de conhecimento, por isso para nós não temos nada a questionar sobre a teoria.

Mê ixpê kagà pumunh xwÿnhjê inhmã ja tanhmã kute hkêk kagà ho mê hamax pêrja te kêp mê no kamã mẽmoj pimnhur pyræk nê mê pa te ï hkôt omunh kêk nê haxwÿj pu mê nhãm mẽ kapêr kôt orêja kôt pu mê hkwy pumu no ãm já kaxyw pa hkrã ho pa jamaxpêr tÿx kumrêx. Mê ixpê iskore kamã kagà pumunh xwÿnhjê na mẽ inhô kagàja te kêp mẽ hamaxpêr pix kôt àhpumunh pyræk kamã mẽ inhmã mẽ hamaxpêrja tanhmã kute hkêk pa mẽ ri kurê ixàkjêr kêk nê.

O conhecimento teórico trazido pelo sistema de escolarização ao longo do período de contato tornou-se para os jovens Apinajé, uma apropriação de olhar e percepção mais ampla do mundo de conhecimento. Os jovens pensam nesse sistema como importante forma de acessar principalmente linguagem escrita. Sem esse sistema seria difícil para os jovens aprenderem conhecimentos sem necessariamente ter contato real com aquilo que pretende conhecer. De acordo com a minha interpretação intelectual, a explanação de uma pessoa em reuniões nas aldeias, sendo como agente informante passam as informações relacionadas a comunidade, neste caso, pode ser entendido como processo de conhecimento teórico, pois através das falas são repassados assuntos que interessa aos jovens. Visto dessa forma, os conhecimentos teóricos passam a ter significados e tornam-se importantes aprendizagens para a compreensão da realidade. A partir do diálogo é que se busca uma relação para pensar questões através da teoria.

É natural que na cultura indígena a oralidade é entendida como forma de transmitir conhecimento teórico, aos jovens. É importante entender que esse processo de aprendizagem acontece de maneira natural de fornecer elementos que constituem conhecimento. A partir da reflexão das falas, pode ocorrer na imaginação e de raciocínio

para gerar ideias e pensamentos na possibilidade de construção de conhecimento, que é justamente os discursos orais que trazem como fornecimento de conhecimento teórico.

Em relação aos conhecimentos práticos, os jovens têm uma aproximação muito boa quando necessita da realização de uma atividade no território ou para participar de um evento cultural. Os jovens pensam de uma maneira positiva, para situações que acontecem na organização das comunidades, talvez pensando do processo de conhecimento prático como característica típica das comunidades indígenas, que deve ser levado em consideração pelos próprios jovens. O conhecimento prático para os jovens, tem uma função social e significativa no contexto social indígena.

O conhecimento prático no âmbito da cultura indígena, ele tem como objetivo desenvolver a competência comunicativa, habilidade física e capacidade de desenvolver experiência em conhecimentos tradicionais. Isso é absolutamente natural para qualquer povo indígena e deve ser encarado com esforço pessoal. Para os próprios velhos do ponto de vista indígenas, esses jovens precisam conhecer e aprender algo não só na teoria, mas na prática da cultura do seu povo. Os próprios jovens têm a consciência de conhecimento prático e a importância de que as práticas e os elementos culturais sejam mantidos sempre em movimento. Porque na prática é que acontecem as coisas mais visíveis e tem uma percepção mais real do que uma preservação na teoria.

O conhecimento teórico, no entanto é toda sequência de momentos visíveis de acontecimento que ocorre no cotidiano e nas práticas culturais das comunidades. A importância desse processo coloca os jovens na possibilidade de se apropriar com mais eficácia nos conhecimentos tradicionais e possível adequação melhor nesse processo. Assim os jovens poderão ter experiência em conhecer e, o mais importante, se aperfeiçoar nos conhecimentos tradicionais, que permite as habilidades em praticar as atividades e a capacidade de conhecer aspectos culturais. Neste sentido, que os jovens percebem as

práticas de conhecer e de fazer as coisas, cada vez mais ganhando visualização estética e se fortalecendo culturalmente.

Nas práticas de conhecimento na cultura indígena são muito mais aproveitados o contexto de oralidade no procedimento que ocorre durante a realização de uma festa, ritual e cerimônia. Na prática se aprende muito mais com detalhes as variedades de aspectos com qualidade e os jovens possuem o potencial de capacidade para lidar com os conhecimentos práticos. Eu vejo que os jovens têm o interesse e pensam a importância de manter a cultura do seu povo, mas como já afirmei no primeiro capítulo deste trabalho, é por falta de incentivo e de conscientização dos jovens Apinajé que estão deficientes em conhecimento na prática.

Com base nessa discussão, os conhecimentos práticos para os jovens principalmente de São José, representam um momento de oportunidade de discussões e de formação tradicional e que se precisa mais adequado para manter vivas as práticas culturais. De acordo com a discussão, Fabiana Sàgry aluna de 2ª série da mesma unidade escolar, se manifestou em relação ao conhecimento prático e argumentou da seguinte forma:

A prática de ensino gera demonstração de cena de um algo, por isso eu vejo que através da prática é mais fácil de aprender conhecimento, então através da prática a gente pode observar momentos de uma determinada atividade, já a teoria a gente não vê algo visual é só no pensamento e na imaginação pode até aprender, mas pode esquecer facilmente daquilo que é repassado.

Mêmoj î ho mẽ ahkre xà na hte ho mẽmoj to tanhmã hapôx to tâ inhmã já kôt na mex kôt mẽ kot mẽmoj kwý pumunh mã mex jakamã î ho já kôt na pu tem mẽhkính kôt pa no ho tanhmã mẽ kot amnhîpêx to pumu. No hikjêja kôt kot kaj ano ho kamã mẽmoj pumunh kêt nê ãm akrã ho ajamaxpêr pix kôt kot marî hkwý ma no ãm kot ka ho ajamakêt kati.

Por isso são importantes a participação e o envolvimento dos jovens, nos aspectos específicos das manifestações da comunidade de São José, como forma de aspectos mais interessante da cultura indígena. Os conhecimentos práticos para os jovens, no entanto são

transmitidos às novas gerações por meio de métodos próprios de aprendizagem, sobre os quais a escola não tem nada a dizer. Entendo que é necessário na escola incluir esse processo de ensino tradicional, pois ela faz parte do conjunto de conhecimento que os jovens Apinajé e São José possuem independentemente da escola. Assim os jovens crescem se familiarizando com os conhecimentos práticos e possam ser especialistas indígenas em conhecimentos práticos.

Dessa forma o conhecimento prático é visto como processo tipicamente inserido na cultura indígena e os jovens percebem uma forte utilização e da maneira muito diferente do que só se aprende através do estudo teórico. Para os jovens a prática de aprender possui uma dimensão e o sentido muito mais amplo de um acontecimento cultural, que ocupa o ambiente de espaço público diante da visualidade que permite a observação para poder interpretar o significado simbólico de uma manifestação.

A prática de ensino no espaço aberto difere todo o potencial de variados elementos que constituem uma determinada manifestação cultural, que ocorre no contexto social dos jovens nas aldeias. É por isso que aprender na prática não envolve o raciocínio e a mente do sujeito, os jovens gostam de participar em uma atividade prática daquela que os mesmos conhecem, seja da cultura ou não. O que importa para eles é praticar e conhecer os fundamentos de origem e os momentos de cenas que acontecem a cada etapa de manifestação cultural.

Desse modo, os jovens entendem que precisam fazer-se conhecer por meio de atos públicos que evidenciem, simultaneamente, sua existência e resistência. Por outro lado os mais velhos temem que os jovens embora possuam aproximação forte com as práticas de atividades não indígenas, que voltem para sua origem na condição de indígena para tornarem público na sociedade que pertencem.

Em relação aos mais velhos, os conhecimentos teóricos não é a forma adequada para o processo de aprendizagem do ponto de vista indígena. Disse o Sr. Cláudio (Amnhimy) ancião da comunidade da Aldeia Areia Branca com o seguinte argumento:

Para mim o conhecimento teórico não é uma coisa certa, pois deixa muitas dúvidas e as informações teóricas são bastantes discutíveis, do ponto de vista da educação. Quem não tem uma memória boa não aprende quase nada, porque o repasse dos conhecimentos não mostra a parte visual, onde mostra todo o procedimento de organização é vista por pessoas que participam ou assistem. Eu vejo que na teoria não é mais viável para aprender conhecimento melhor. Eu sei que essa forma serve mais para o mundo da leitura.

Inhmã na mẽ hkrã hkôt mẽ àhpumunhja na hãmri kêt koja arĩ kaxyw ho ajamxpërja kwỳ rer rax nẽ já kôt na iskore kamã arĩ ho mẽ hamxpër rũnh. Koja mẽ hõ hkrã mex kêt koja já kôt mẽmoj pumunh kêt nẽ no kêt amnhĩ xõ hã mẽmoj jarẽnhja kot ka ĩ hã hkôt omunh kêt nẽ tanhmã ri mẽ kot hipêx nẽ kamã amnhĩpêx to pumunh kêt. Na pa te mẽ hamxpër o mẽ àhpumunhja já kôt inhmã já hãmri kêt ka já kôt mẽmoj pumunh mex kêt nẽ. Ixte já kot omunh ã kagã ho mẽ àhpumunh xwỳnhjê pix mã na mex.

Segundo ele é um processo que não fornece com mais profundidade e com qualidade de informações precisas e também não são bem compreendidos os aspectos de manifestações culturais. Nesse sentido, percebo a atitude dos mais velhos em relação do conhecimento teórico que eles não têm muito olhar positivo. Talvez pelo fato que esse processo dificulta um pouco na aprendizagem em quanto possuem aproximação muito maior do conhecimento prático.

O conhecimento teórico, para os mais velhos, representa a perda de habilidade física e o desgaste mental, pois sempre ao executar qualquer atividade, seu corpo tem que está sempre em movimento para maior vantagem de disposição. Segundo os mais velhos esse processo envolve mais o pensamento e de raciocínio lógico sobre um determinado fato como já afirmei anteriormente. Dentro da cultura indígena é considerado que o

conhecimento teórico tem a relação com os princípios de transmissão de conhecimento e da oralidade cultural, que podem ser entendido como importância de processo tradicional milenar de seus ancestrais. O próprio processo da oralidade direciona como um caminho mais viável para a transmissão de conhecimento, principalmente quando se trabalha com a memória voltada para os fatos e os acontecimentos históricos. Neste caso se usa muito a memória para relembrar e que ao mesmo tempo a processo de transmissão pode servir como aprendizagem. É por isso que o conhecimento teórico também tem a relação com o conhecimento indígena, porém não são entendidos com a mesma categoria na estruturação contextual.

Para os mais velhos, trabalhar apenas com a memória e com o raciocínio não é suficiente, porque a sua maneira de adquirir o conhecimento está mais ligado com a prática e o envolvimento com as atividades, que possibilita a participação maior e mais espontânea, livre, à vontade. Assim o processo de conhecimento é constituído na concentração de raciocínio e superficial de modo que na transmissão desses conhecimentos aglomera na inquietação das pessoas ao ouvir com olhar atento, sem se articular e o movimento do seu corpo.

Quase toda aquisição de conhecimento na cultura indígena, no caso dos Apinajé, segundo os mais velhos aprenderam mais foi na prática, pois esse processo, como já foi afirmado no discurso anterior, tem a ligação forte. Ao contrário do processo teórico, que não possui a parte visual, que se remete mais na memória e o raciocínio. Dessa forma entendo que a contação de história e mitos, esses passam por esse processo sem nenhuma visualização prática e sim somente a utilização de oralidade como um dos componentes do processo teórico.

Desse modo, o processo de conhecimento teórico dificulta o entendimento com mais propriedade e também a compreensão de aspectos e, com isso, a capacidade de

aprendizagem torna lenta. Imagina se esses velhos fossem submetidos todo tempo, nos conhecimentos dos não índios através desse processo teórico? Seria uma aprendizagem sofrida para aprender porque não tem a capacidade e habilidade de raciocínio para esse processo de conhecimento teórico.

Segundo os mais velhos, o conhecimento prático tem a relação forte com a cultura indígena Apinajé, por isso a grande parte dos aspectos socioculturais é aprendida mais na prática. Neste sentido afirmou uma anciã e ex-cacique da Aldeia Areia Branca Joanita (Pãxti):

Eu vejo que a gente aprende as coisas vendo, participando na prática, pois essa é melhor para todos, porque os conhecimentos práticos é a parte mais visível para a compreensão das coisas. Através da prática, a gente pode observar todos os passos e os momentos, os aspectos do evento cultural fiquem bem visíveis para aprender, também tem todo o detalhe de planejamento e organização que é composto por pessoas envolvidas em forma de equipe. Não somente uma pessoa, e sim um grupo que organiza e responsável do começo ao fim, então eu penso que através da prática é mais fácil de aprender as coisas.

Na pa te mẽmoj pumu mẽmoj ĩ ho hkôt kot ka kêt mẽmoj pumu omu nê ri mẽ kot tanhmã kamã amnhĩto já na kêt mẽ piitã mã mex ka kêt ano ho omu nê hkôt omu. Jakamã ĩ ho hkôt ja kôt ka kêt tanhmã kute hkôt omunh pa mẽ hkĩnhja kôt aprĩ hã omunh mex nê tanhmã hipêx kute hkôt mẽ ohtô kamã. Mẽ hõ pyxi hkôt kêt no ãm mẽ ohtô ho tanhmã hkrax kãm nê hitepxà hkãm tã pa ijamaxpêr já o mẽmoj ĩ ho ahkreja o na kêt hkôt mẽmojê pumnh mã hã amex.

A prática cultural causa um movimento bem alegre e motivado. Dá a impressão de sensibilidade e muitas vezes sensação de prazer de ver o espetáculo de eventos que acontecem no espaço aberto. A atitude dos velhos em relação ao conhecimento prático é bem mais positiva do que o conhecimento teórico, uma vez que eles tem a relação de afinidade e o envolvimento das práticas festivas e cerimônias realizadas nas aldeias. Normalmente junta multidão de pessoas seja para participar ou por curiosidade para assistir um eventual momento de uma prática cultural.

Assim, para o efeito do conhecimento, as modalidades de eventos culturais, no caso dos Apinajé, chamam muito atenção, por apresentar aspectos socioculturais de cada momento e o mais importante são os passos de modalidades de aspectos em sequência. Todos os passos das modalidades de eventos culturais na ocasião, para as pessoas que tem interesse em aprender, é observado com atenção, pois possibilita uma visão mais atenta e mais aproximada em relação ao um evento cultural. É por isso que os mais velhos das aldeias, de preferência as mulheres, são mais envolvidas, são organizadoras dos eventos culturais como a festa de cantorias e danças, rituais e cerimônias. Segundo os mais velhos, a grande parte do ensino e aprendizagem das destas tradicionais foram adquiridos através da prática.

3. Escola e o Território Apinajé

A minha investigação da relação entre escola e o território é dada por meio de experiência vivida durante o tempo que estou atuando em sala de aula como professor indígena e agora recentemente atuo na função de coordenador pedagógico. A reflexão que eu faço nesta parte é através das observações de envolvimento com as ações e atividades pedagógicas desenvolvidas pela escola Mãtyk de São José.

A escola não tem relação frequente com o território. Poucas vezes presenciei as atividades desenvolvidas voltadas para a convivência tradicional no espaço do ambiente dos jovens da comunidade. As ações que transformam em atividades pedagógicas, no caso para os estudantes de Ensino Médio, só são possíveis quando planejado por professor dentro de uma disciplina específica da grade e normalmente envolve mais de uma turma. A atividade pode sim transformada em atividade extraclasse, como aula a campo, onde os alunos interagem com o meio ambiente, fazendo o conhecimento e registro das plantas, dos pássaros, do solo e da vegetação em volta da aldeia. Também acontece raramente oficinas

de artesanato, de pintura corporal ou contação de história por uma pessoa mais velha da comunidade e uma apresentação cultural.

Em relação aos conteúdos pedagógicos os professores estão mais comprometidos com a sala de aula. É o que eu vejo na maioria das vezes e todos os dias. Na sala de aula, também ocorre raramente do professor falar do território Apinajé com os alunos em uma oportunidade que surge no período de aula, mas sem planejada como aula. No mais, são trabalhados os temas todos os dias que tratam de outras questões dentro das disciplinas regulares. E as disciplinas específicas os professores indígenas trabalham os temas que tratam da cultura indígena. As disciplinas regulares normalmente trabalham mais com os conteúdos voltados para o conhecimento universal, sendo a Matemática e o Português possui maior carga horária de todas outras disciplinas. Os professores que ministram são os *kupẽ* que só trabalham os conteúdos contidos nos livros. Da mesma forma se percebe que os professores indígenas trabalham raramente com os temas ou realizam as atividades voltadas para a cultura indígena dentro e fora da sala de aula, menos o território que nunca presenciei uma aula sobre este tema.

Desse modo, a escola a meu ver não tem uma contribuição direta e de incentivo para que os jovens tenham uma relação mais efetiva com o território, possibilitando a sua competência de aprendizagem sobre o espaço ambiental. Como já foi abordado no segundo capítulo deste trabalho, que os jovens não têm quase conhecimento sobre o seu território, por que não andam mais para praticar determinadas atividades bem como caçar, pescar e coletar. Os jovens não conhecem bem o seu espaço territorial, por conta de estarem mais tempo estudando na escola todos os dias, enquanto os mais velhos conhecem bem, mantendo o costume de andar pelo território com frequência. Essa relação de conhecimento deveria fazer parte dos conteúdos da escola para os jovens estudantes, transformando em atividades práticas voltadas para o conhecimento tradicional Apinajé.

Neste sentido, a escola não está ensinando de forma suficiente, para o conhecimento sobre o território. E que na falta disso, os jovens não tem a mesma competência de conhecimento que os velhos possuem. A escola deveria empenhar mais e adotar projeto político pedagógico no sentido de levar os jovens se interessarem para aprender e se adaptar no espaço do ambiente dentro do universo indígena. A escola por ser indígena tem o papel primordial na comunidade, para desenvolver ações desejadas transformando em realidade dos jovens, que vivem na aldeia São José.

4. Relação dos Jovens com o Território

A relação dos jovens com o território é vista com pouquíssima interação e exploração do espaço do ambiente em especial na Aldeia São José. Embora todos considerem o território como espaço importante para o usufruto a si mesma, mas que poucos dos jovens exploram o seu espaço do ambiente e a grande maioria deles não tem a relação direta com o território. Normalmente o universo de circulação dos jovens no território é dado através de deslocamento por meio de transporte de aldeia para aldeia e que essa afirmação já foi abordada no capítulo dois deste trabalho. Às vezes os jovens participam de uma caçada e de pescaria que já não acontece com frequência, mas é muito raro que os jovens estejam envolvidos nas atividades práticas e nos conhecimentos sobre o território.

Durante a minha pesquisa de campo tive oportunidade de dialogar com os alunos de Ensino Médio da Escola Mãtyk de São José, onde apliquei questionários que contêm perguntas relacionadas à escola e o território Apinajé, e foram obtidos diferentes respostas entre os alunos. Entre os consultados sobre a escola, afirmaram alunos do sexo masculino entre 16 a 29 anos de idades, realmente frequentaram a escola por muito tempo, a mesma posição obtida pelos alunos do sexo feminino entre 16 a 37 anos.

Em relação à importância do território, aos alunos da mesma faixa etária responderam que sim, o território é importante, pois é o espaço de circulação dos índios para caçar, pescar e conhecer outros lugares e as mulheres, também da mesma faixa etária, afirmaram da importância do território para o usufruto dos índios.

Outra questão mencionada foi sobre os lugares que já frequentaram no território: dos nove jovens apontaram as aldeias como seu universo de circulação e dois não souberam responder. Das seis meninas apontaram também as aldeias como lugares que já frequentaram por elas no território. Sobre a pergunta dada aos meninos como e com quem aprendeu sobre o território, dois deles disseram que é andando com os pais e os amigos; três disseram com os avós; um respondeu olhando o mapa do território, mas não disse com quem e um disse que é andando caçando e pescando, mas também não disse com quem. Com as meninas, quatro delas responderam que foi com os pais que tiveram em alguns lugares; uma disse que foi com avó e mãe e uma respondeu que foi apenas com a mãe.

Em relação à pergunta, se os jovens gostariam de andar pelo território, dos nove meninos todos responderam que sim, gostariam de andar pelo território e somente um afirmou que não gostaria de andar. Para as meninas, sobre a mesma pergunta, todas as seis disseram que sim gostariam e pretendem ter experiência de andar para conhecer diversos pontos do território.

Sobre a pergunta, se estes jovens costumam andar pelo território, dos meninos oito afirmaram que costumam andar inclusive já conhecem diversos pontos do território e um afirmou não costuma andar. Já as meninas cinco responderam não costumam andar e pretende andar, caso se houver uma oportunidade e uma respondeu que não costumam andar no território.

Sobre o período, os meninos seis deles apontaram que é no verão a preferência de andar pelo território, dois apontaram que no inverno é o período mais viável para andar e

conhecer o território e um aponta que os dois períodos ambos servem para andar pelo território Apinajé. Para as moças, três delas responderam o período preferido para andar no território é o verão, duas não souberam responder e uma respondeu que é o inverno.

Em relação aos recursos utilizados no território, dos nove jovens disseram a caça e pesca, a água, a madeira, o solo e as frutas silvestres, como recursos mais utilizados. Para as meninas todas as seis disseram que a água para banhar e lavar, a própria terra para o plantio, no caso da roça como recursos utilizados por elas.

A questão relacionada, se o tamanho do território é suficiente para o modo de vida dos Apinajé: sete dos meninos disseram que não, pois um dia o território vai ser pequeno devido a multiplicação das aldeias e população; dois disseram que sim, o tamanho do território é suficiente para os Apinajé. Das seis meninas: duas disseram que sim, mas não justificaram o porque: uma disse que sim, o território é suficiente para os Apinajé e três disseram que não o território é pequeno para o futuro das gerações Apinajé.

A respeito da pergunta sobre os recursos existentes atuais no território, se os mesmos serão suficientes para garantir o futuro das próximas gerações: sete dos rapazes responderam que sim para atual momento é suficiente, mas para o futuro vai faltar; dois responderam que não, os recursos são insuficientes, para os Apinajé em função do aumento populacional. Das seis moças: três responderam que sim, os recursos existentes hoje no território, são suficientes para garantir as próximas gerações e três responderam que não os recursos são poucos já no momento e para o futuro não vai suprir as necessidades dos Apinajé.

Sobre a pergunta referente a invasão territorial, se é um problema para os Apinajé: oito dos meninos responderam que sim, é um problema grave e um respondeu que não mas disse que não gostaria aconteça a invasão do seu território. Das meninas: cinco delas responderam que sim, as invasões do território são um problema, pois diminui os recursos

e uma respondeu que não, ela vê as invasões como forma natural, por isso não tem nenhum problema.

Sobre a escola, se ela contribui para o conhecimento do território Apinajé: dos rapazes, quatro disseram que a escola contribui sim para o ensino de conhecimento do território e cinco disseram que não, a escola não contribui e sim só ensina os conteúdos de fora. Para as moças: quatro disseram que sim, a escola ajuda no conhecimento do território Apinajé e duas disseram que não, nunca viram um professor ensinando tema que trata do conhecimento sobre o território.

5. Relação dos velhos com o território Apinajé

Nessa discussão será tomado o mesmo critério anterior da relação dos jovens com o território, também através do questionário aplicado com as mesmas perguntas e respostas obtidas de acordo com o ponto de vista de cada um com base da oralidade, que depois foram transcritas por mim no formulário.

Perguntas aos velhos anciãos entre a faixa etária de 52 a 87 anos, se eles frequentaram a escola na época de sua adolescência: oito dos anciãos, sete deles afirmaram que sim, frequentaram a escola por pouco tempo, sendo um aprendeu a ler escrever na língua Apinajé, os outros não aprenderam nada e um afirmou que nunca frequentou a escola. Com as mulheres anciãs foram obtidas as seguintes respostas: das sete velhas, cinco delas responderam que sim, frequentaram por pouco tempo, não aprenderam nada na escola e duas responderam que não, nunca frequentaram a escola na vida.

Em relação à importância do território para os Apinajé: dos velhos entrevistados 100% deles afirmaram que sim, ou todos concordaram que o território é importante. Para as mulheres anciãs seis delas afirmaram que sim, o território é importante para a prática de festas culturais, trabalhar em roça e outras atividades sociais; uma afirmou que o território

não é importante pelo fato de que foi demarcado deixando muitos pontos de fora como lugares tradicionais.

Sobre os lugares já frequentados dos velhos consultados, todos disseram que já frequentados diversos lugares no território, as matas cerrados, cabeceiras de córregos em função da caça e pesca. Das mulheres consultadas todas elas disseram que também já frequentaram diversos lugares, inclusive os locais de primeiro aldeamento como antigas Botica e Gaxprêk e Mokrã Nhôrxà (local de acampamento), Matrinchã (córrego) e antigo local de Cocalinho.

Sobre a questão como e com quem aprendeu sobre o território: tanto os homens e mulheres consultados 100% deles relataram que é andando em grupo de amigos, com as pessoas mais experientes, com os pais e avós e as vezes sozinhos depois de crescidos. Nesta pergunta pude perceber que a experiência em conhecer um pouco do seu território é andando com as pessoas que conhecem bem, praticando as atividades de caça, pesca e coleta de frutas.

Da pergunta que diz respeito, se eles gostam de andar pelo território: dos velhos entrevistados todos responderam que sim, gostam de andar pelo território para caçar, pescar e conhecer outros lugares diferentes. Da mesma forma as mulheres velhas afirmaram que sim, também gostam de andar para coletar frutas ou acompanhar as atividades de caçada e de pescaria.

Outra pergunta relacionada, se eles costumam andar sempre no território: dos velhos anciãos, sete deles disseram que não costumam andar pelo território devido a condição física que não permite a força e disposição, mas que no passado já andaram muito e um disse que sim, costuma andar pelo território. As mulheres anciãs todas elas disseram também que não costumam andar devido a falta de disposição e a força física que não permite.

Sobre o período mais preferido para andar no território pelos Apinajé: os homens entrevistados, sete deles disseram que o verão é o período mais preferido para andar no território e um disse que ambos os dois períodos são mais viáveis para andar no território. Em relação às mulheres todas elas disseram que o verão é o melhor tempo, pois nesse período não chove, portanto elas podem andar sem preocupar com a chuva.

Sobre os recursos utilizados no território: dos oito velhos anciãos todos apontaram a terra, a água, a caça, o peixe, a madeira e as frutas silvestres. Das velhas anciãs apontaram as mesmas respostas e que esses são recursos básicos do território.

Em relação o tamanho do território, se ele é suficiente para garantir o modo de vida dos Apinajé: dos velhos consultados sendo três deles disseram que sim, para o momento atual o tamanho do território é suficiente, mas que afirmaram que no futuro não é suficiente devido o crescimento populacional. Cinco disseram que não o tamanho do território não é suficiente tanto no presente quanto para o futuro e questionam que quando saiu a demarcação, muitos lugares considerados espaços tradicionais ficaram de fora. Das mulheres anciãs, três disseram que sim, o tamanho do território é suficiente para o momento atual, mas para o futuro é pequeno e quatro disseram que não território é de fato pequeno.

A questão sobre se os recursos existentes hoje no território serão suficientes para garantir o futuro das próximas gerações: dos oito velhos consultados um disse que os recursos existentes hoje serão suficientes para o futuro das gerações e sete disseram ao contrário, que não, os recursos existentes não serão suficientes para o futuro dos Apinajé. Das sete mulheres velhas entrevistadas duas disseram que sim, os recursos serão suficientes para o futuro e cinco disseram que não, os recursos serão poucos para o futuro.

Em relação às invasões do território Apinajé pelos caçadores, pescadores e madeireiros se é um problema: dos velhos anciãos entrevistados 100% afirmaram que sim,

as invasões são uma problema para os índios, pois a retirada de grande quantidade de recurso pelos invasores trás prejuízo ao meio ambiente e ameaça o risco de faltar no futuro para os Apinajé. Com as mulheres anciãs ocorreu da mesma forma 100% afirmaram que sim, as invasões são um problema para os índios, pois o roubo de recursos é ilegal.

A última pergunta do questionário, se a escola contribui para o conhecimento do território Apinajé: dos oito velhos entrevistados, sendo dois deles responderam que sim, a escola contribui, os alunos indígenas conhecem bem o conhecimento tradicional e inclusive a língua indígena é mantida tanto na escola e nos domínios sociais da comunidade. Essa afirmação dos alunos demonstra que estão mais envolvidos nos conhecimentos tradicionais. Seis deles relataram que a escola não contribui, só ensina o conhecimento do kupê por isso os alunos não conhecem bem o território. Das mulheres anciãs, sendo duas relataram que sim, a escola contribui, porque a gente vê os alunos nossos fazendo apresentações culturais dos trabalhos com os temas que envolvem o conhecimento sobre o território. Cinco das mulheres anciãs relataram que a escola não contribui para o conhecimento do território, por isso sempre a gente ouve falar que a escola só ensino conhecimento do kupê.

6. Análise e reflexão

As perguntas relacionadas ao território e as respostas obtidas por parte dos jovens, tanto pelos rapazes e moças quanto pelos anciãos homens e mulheres tiveram posicionamentos com base do ponto de vista cultural. Percebi que 80% dos entrevistados têm concepção conservadora e adequado aos conhecimentos tradicionais, especialmente os mais velhos que têm uma relação ainda fortemente aproximada e cultural com seu território. Sobre as perguntas do questionário, deixei abertamente e livre de modo a explorar sua posição sobre o que pensa e não tiveram nenhuma dificuldade para fazer sua

explicação. Já os jovens, responderam as perguntas diretas e tiveram dificuldade para dialogar comigo, suas falas são muito poucas.

De qualquer forma o território é o universo de conhecimento para os Apinajé, no qual possuem a relação com os lugares bem como as roças, os rios e matas. No passado, os Apinajé costumavam mudar de lugares com frequência de acordo com a escassez de recursos e hoje esse costume é visto, mas não com frequência. Além de conflitos as pessoas fazem com que mudem de lugares para construir novas aldeias, em busca de novos recursos naturais principalmente as matas, a caça, o peixe e a terra como necessidade para plantar.

Aqui menciono uma autora (SOUSA, no prelo), que trás abordagem relevante para essa discussão, sobre a toponímia Kisêdjê, povo indígena de língua Jê também conhecido como Suyá, que habita a região de Alto Xingu. Nessa abordagem a autora faz a referência de categoria de nomes das espécies de animais, vegetais e paisagens. Os Kisêdjê têm a relação com seu ambiente territorial, onde possuem conhecimentos variados de animais, plantas, eventos e atividades. De acordo com a concepção dos Kisêdjê, a memória de relação com o ambiente constitui-se em produção de conhecimento e está fortemente atrelado aos lugares de eventos e interações. Talvez se possa dizer que o grau de localização aparentemente de determinação das relações que constituem o coletivo humano. Os Kisêdjê costumam mudar o nome de lugares, porque para eles, o nome depende do que está acontecendo, por causa da roça, das matas quando crescem de novo, em função disso, muda de aldeia com frequência quando volta ao mesmo lugar que foi habitado, este então recebe um outro nome (SOUZA, no prelo p. 22 e 26).

Desse modo o território Apinajé do ponto de vista indígena é o espaço de circulação e o universo de conhecimento. Além disso, existe toda dependência de recursos que necessitam e o uso próprio da terra para produzir. Toda essa cadeia de dependência está

ligada a relação dos Apinajé, com seu espaço territorial. Assim o território está preservado, não somente voltado para a população Apinajé, de explorar seus recursos naturais e os conhecimentos tradicionais nele existentes. Por ser território preservado leva os conhecimentos para a sociedade brasileira que os Apinajé estão preservando e defendendo o seu território, que também contribui para o cenário político nacional como uma das unidades de conservação no país.

Conclusão

A dissertação que foi elaborada aqui, é o resultado de uma pesquisa realizada entre os anciãos e os jovens da comunidade da aldeia São José e da escola Mătyk, na relação de conhecimento com o meio ambiente no território Apinajé. Para obtenção deste trabalho foi preciso recorrer às duas principais formas de pesquisa: a empírica e a teórica. Na pesquisa empírica me dediquei ao trabalho de campo de fazer a coleta de dados através de aplicação de questionário (aos jovens e aos velhos), entrevistas, elaboração de mapas mentais sobre o conhecimento do território e também gravação de voz e fotos como registro. Na parte teórica trabalhei as discussões dos autores que tenham relação com a temática da minha dissertação.

Os sujeitos da história dessa dissertação foram os velhos anciãos (homens e mulheres) das diferentes aldeias e também os jovens (rapazes e moças) tanto da comunidade da aldeia São José quanto da escola. No trabalho de campo foi muito interessante, pois tive oportunidade de descobrir coisas através de relatos dos mais velhos que antes eu não sabia. É o caso do processo de passagem dos Apinajé pelo território tradicional antes da delimitação e demarcação da atual terra indígena. Descobri que as aldeias no passado, elas existiam por algum tempo e depois de alguns períodos as mesmas eram abandonadas por seus habitantes. Elas assim ficaram para trás, como história que faz parte do processo migratório dentro do território indígena. É interessante que tanto as aldeias quanto os lugares como pontos de circulação têm seus nomes na língua. Assim, os córregos, lagos, acampamentos, tipo de vegetação, animais e plantas, são memórias históricas do ponto de vista cultural. Estes lugares do território tradicional foram os pontos privilegiados dos Apinajé para a realização de suas atividades. Também mencionei na dissertação os recursos naturais na exploração tradicional pelos Apinajé que resultava no controle da utilização equilibrada dos recursos. Então, para mim foi uma aprendizagem de conhecimento muito relevante enquanto pesquisador indígena preocupado com a cultura do meu povo.

Durante a pesquisa de campo pude descobrir mais coisas acerca do território Apinajé, sobretudo das práticas culturais e sociais que compõem as ações realizadas no espaço do ambiente (caçada, pescaria, trabalhos coletivos, rituais, cerimônias, cantos e danças). No entanto a minha pesquisa sobre as práticas culturais tem sido não apenas por

curiosidade, mas sim pela necessidade de conhecer melhor aspectos culturais do meu povo, sobretudo nos conhecimentos práticos envolvendo eventos culturais e as atividades de trabalho realizadas na aldeia.

Nessa convivência com os mais velhos durante o trabalho de campo, nas práticas de conhecimentos, pude perceber que a forma mais viável de ensinar e aprender os conhecimentos é na prática, como a maioria dos velhos consultados afirmaram a mim durante a minha visita em casa de cada um deles. Dessa maneira percebi que essa relação de conhecimento na prática dos mais velhos é forte do ponto de vista cultural. E, por conta disso, os mais velhos ainda têm experiência boa em conhecer melhor o seu espaço territorial, porque ainda exploram, andam mais, enquanto os jovens se distanciam cada vez mais do espaço de andar nele. Eles não têm experiência em conhecer melhor o seu território habitado, por falta de andar nele, ficando a maior parte do tempo na escola. Eles também não têm o tempo suficiente para as práticas culturais e sociais de seu povo, fato verificado entre os jovens que também foram consultados.

Outro tópico considerado preocupante é a influência da escola no processo de conhecimento prático sobre o território. E como membro daquela escola, pude perceber que falta as práticas pedagógicas mais efetivas voltadas para a realidade dos jovens. E percebi também que falta a minha aproximação maior com eles, para que possa conhecer melhor a realidade.

Tenho plena consciência de que os jovens de hoje estão sofrendo um processo de interculturalidade que tem modificado bastante o conhecimento deles nos últimos anos sobre sua própria cultura. Foi por isso que pensando na escola como intermediária da situação e que deve contribuir para o fortalecimento de conhecimento tradicional na vida desses jovens, apesar de se assimilarem nos conhecimentos dos não índios através da formação escolar, que decidi fazer esta pesquisa e escrever essa dissertação.

Durante a pesquisa foram levantadas as atitudes dos velhos e jovens na relação do espaço territorial. Descobri o quanto os velhos ainda mantêm a relação constante com seu espaço ambiental, porque ainda exploram, andam nele e argumentam sobre a importância de o preservar e garantir para futuro dos seus filhos pensando o atual território como todo. Enquanto isso, os jovens têm dificuldade e não conhecem bem o seu próprio espaço no

território por falta de praticar o hábito de andar e explorar o meio ambiente, como seus pais tiveram no passado.

As discussões contidas neste trabalho foram com base nos aspectos culturais dos jovens e velhos. Mesmo eu tendo a posição contrária sobre uma prática, seja cultural ou social, que leva ao processo de mudança cultural (como a prática intensa do futebol e abandono das corridas de toras), tenho sempre respeito pela cultura do meu povo. Levando em consideração a cultura modificada dos jovens, durante o processo de escolarização, e que isso tem que ser respeitado e valorizado pelas pessoas, pela escola e por eles mesmos, mas não deixando de andar dentro também do processo de conhecimento tradicional.

Foi pensando na perspectiva de levar a discutir a situação, sobretudo na relação do território com os velhos e jovens para uma possível construção de uma educação mais voltada para o espaço do território Apinajé, que eu pensei em desenvolver este trabalho de pesquisa como forma de envolver os jovens e a escola no processo de educação escolar no contexto de formação para o conhecimento indígena.

Essa dissertação servirá como fonte de pesquisa para os alunos da escola e para os pesquisadores que virão para desenvolver pesquisas com os Apinajé, até porque não tem nenhum trabalho acadêmico que trata da terra indígena Apinajé e da nossa relação com o meio ambiente. Por isso é de extrema importância realizar um trabalho e que o mesmo servirá como subsídio para os professores e os alunos da escola Mãtyk.

Espero ter alcançado o meu objetivo de pesquisar aquilo que eu queria, mesmo diante das dificuldades encontradas durante toda a jornada deste trabalho e das sofridas leituras dos textos dos kupê. Mas que valeu a pena o meu esforço e a coragem de concluir esse trabalho de dissertação.

Ja pix (somente isso)!

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE, F. E. (1999). **Contato dos apinayé de Riachinho e Bonito com o português: aspectos da situação sociolinguística**. Goiânia UFG (Dissertação de Mestrado)

ALMEIDA, S. A. de (2011). **A educação escolar Apinayé na perspectiva bilingue e intercultural: um estudo sociolinguístico das aldeias São José e Mariazinha**. Araguaína Universidade Federal do Tocantins (Dissertação de Mestrado)

ALMEIDA, S. A. de (2012). **A educação escolar Apinayé de São José e Mariazinha: um estudo sociolinguístico**. Goiânia: Ed. América

APINAGÉ, C. S. (2012). **Educação escola Apinayé: trajetória e aspectos atuais**. Tocantinópolis/ Universidade Federal do Tocantins.

APINAGÉ, C.S e GIRALDIN, O. (No prelo). **As Narrativas e Histórias das redes de Relações de contato dos Apinaje com outros povos**.

ARHEN, Kaj. (1993). Ecosofia Makuna. In Correa, F. (org.) **La Selva Humanizada. Ecologia Alternada em el trópico húmedo Colombiano**. Bogotá, Instituto Colombiano/Fondo Editorial CEREC.

DESCOLA, P. (1997). Ecologia e Cosmologia. In CASTRO, E. e PINTON. E.C.F. (orgs.) – **Faces do Tropico Úmido: Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Belém, UFPA/NAEA.

GIRALDIN, O. (2000). **AXPÊN PYRÀK**. História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinaje. Campinas, IFCH/Unicamp (Tese de Doutorado).

GIRALDIN, O. (2004). Os Filhos Plantados: Relação Apinaje com as Plantadas Cultivadas. **Anais do II Encontro da ANPUH-Bahia**. Feira de Santana/UEB. Disponível no site: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/odair_giraldin.pdf

GOMIDE, M.L. Cereda (2011). Ró – Cerrado e Mundo A’uwe Xavante. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo nº 29, pp. 117-13 do Brasil.

LOPES DA SILVA, A (1995) – Mito Razão, História e Sociedade Inter- Relações nos Universos Socioculturais Indígenas. In LOPES DA SILVA, A. e GRUPIONI. L. D. B. (1995) – **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para os professores de 1º e 2º grau**, Brasília MEC/MARE/ UNESCO (pp. 316-335)

LOPES DA SILVA, A. e GRUPIONI. L. D. B. (1995) – **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para os professores de 1º e 2º grau**. Brasília MEC/MARE/ UNESCO.

NIMUENDAJU ([1939] 1983) - **Os Apinayé**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.

OLIVEIRA, S. de (2013). **O Saber/Fazer/Ser e Conviver dos Educadores Indígenas Apinajé: algumas reflexões no campo de Teoria da Complexidade e da Etnomatemática**. Rio Claro UNESP (Tese de Doutorado).

Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas / Ministério da Educação, Secretaria de Educacional Fundamental. Brasília MEC /SEF, 2002.

RODRIGUES, W. (2015). **O processo de ensino – aprendizagem apinayé através da confecção de seus instrumentos musicais.** LEIDEN

SOARES, L. R. (2010). **Mê Amji Kĩn e Pjêh Cunêa: Cosmologia e Meio Ambiente ara os Ràmkhôkamekrá/Canela.** Palmas, Universidade Federal do Tocantins. (Dissertação de

SOUZA, M. S de (No prelo). **A vida dos lugares entre os kisêdjê: toponímia como terminologia de relação.** Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília Laboratório de Antropologias da T/terra (T/TERRA)

TASSINARI, A. M. I. (1995) – Sociedades Indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural. In LOPES DA SILVA, A. e GRUPIONI. L. D. B. (1995) – **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para os professores de 1º e 2º grau,** Brasília MEC/MARE/UNESCO (pp. 445-473).